



INSTITUTO  
UNIVERSITÁRIO  
DE LISBOA

---

## **Caracterização do voluntariado patrimonial em Portugal, através da análise de casos**

Beatriz Isabel Lascas Pinto

Mestrado em Estudos e Gestão da Cultura

Orientadora:

Doutora Sofia Costa Macedo, Professora Auxiliar Convidada,  
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

setembro, 2023

Departamento de História

## **Caracterização do voluntariado patrimonial em Portugal, através da análise de casos**

Beatriz Isabel Lascas Pinto

Mestrado em Estudos e Gestão da Cultura

Orientadora:

Doutora Sofia Costa Macedo, Professora Auxiliar Convidada,  
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

setembro, 2023

## **Agradecimentos**

Gostaria de agradecer a todas as pessoas que me acompanharam nestes últimos dois anos e, principalmente, àquelas que me encorajam sempre a lutar pelos meus sonhos e objetivos, mesmo nas alturas mais difíceis.

Primeiramente, agradeço à minha orientadora, Prof. Doutora Sofia Costa Macedo, que aceitou acompanhar-me nesta etapa tão especial. Obrigada pelos seus ensinamentos, pelos seus conselhos e toda a sua orientação.

À minha família, especialmente à minha mãe, que me ensinou a ser persistente, e que sempre deu uma palavra mais amiga e motivadora quando mais precisava.

À Paula Monteiro, Isabel Melo e Maria José Franco, que disponibilizaram o seu tempo e aceitaram fazer as entrevistas que possibilitaram a concretização desta dissertação.

Às minhas amigas, Rita e Beatriz, por estarem sempre disponíveis a ouvir as minhas dificuldades e a ajudar quando os momentos de insegurança e incerteza se manifestavam. Obrigada pela paciência e carinho, mas também obrigada por serem quem são.



## Resumo

Sendo Portugal um país tão rico em cultura e património, e que atualmente tem um grande fluxo de turistas que se interessam em conhecê-lo, é admirável que o voluntariado cultural registre uma menor apetência, quando comparado com outros setores de atividade como é o caso do serviço social e até religião. Apesar de ser possível encontrar alguns estudos portugueses relativos ao voluntariado cultural, a literatura existente é reduzida. Assim, a presente dissertação pretende contribuir para um melhor conhecimento da realidade portuguesa neste contexto, contribuindo para o estudo e investigação desta temática, em Portugal.

Numa primeira fase, exploraram-se as oportunidades de programas de voluntariado cultural existentes em Portugal, revelando que o distrito de Lisboa é o que tem mais oportunidades de voluntariado e o Portalegre o que tem menos. Através desta análise, foi também possível concluir que a instituição que mais promove estas ações de voluntariado é o Banco Local de Voluntariado, estruturas locais implementadas nos concelhos onde se inserem.

De seguida, através de três casos de estudo – Rota do Românico, DGPC e GAMNAA -, foi possível caracterizar estes voluntários e identificar as suas motivações. Na sua maioria são pessoas mais velhas, reformadas e do sexo feminino, no entanto, as suas motivações variam consoante o local onde se voluntariam. Enquanto as motivações dos voluntários da Rota do Românico têm muito a ver com própria ligação do Cuidador com o monumento, as motivações dos voluntários da DGPC e GAMNAA estão mais associadas a questões sociais.

**Palavras-chave:** Património cultural; Voluntariado cultural; Motivações do voluntário; DGPC; Rota do Românico; GMNAA

## Abstract

Portugal being a country so rich in culture and heritage, and which currently has a large flow of tourist who are interested in getting to know it, it is surprising that cultural volunteering registers a lower appetite compared to programs in other fields, such as social work and even religion. Although it is possible to find some Portuguese studies related to cultural volunteering, the existing literature is small. Thus, this dissertation aims to contribute to a better knowledge of the Portuguese reality in this context, contributing to the study and research of this topic in Portugal.

In the first instance, opportunities for cultural volunteering programs existing in Portugal were explored, revealing that the district of Lisbon has the most volunteer opportunities and Portalegre has the least. Through this analysis, it was also possible to conclude that the institution that most promotes these volunteer actions is the Local Volunteer Bank, local structures implemented in the municipalities where they are inserted.

Then, through three case studies – Route of the Romanesque, DGPC and GAMNAA -, it was possible to characterize these volunteers and identify their motivations. Most of them are older, retired and female, however, their motivations vary depending on where they volunteer. While the motivations of the Route of the Romanesque volunteers have a lot to do with the Carers's own connection to the monument, the motivations of the DGPC and GAMNAA volunteers are more associated with social issues.

**Keywords:** Cultural heritage; Cultural volunteering; Volunteer Motivation; DGPC; Route of the Romanesque; GMNAA

# Índice

Resumo.....	iii
Abstract .....	iv
Índice de Figuras .....	vii
Índice de Quadros.....	vii
Glossário.....	ix
Introdução.....	1
CAPÍTULO 1. Metodologia .....	3
1.1. Pergunta de Partida e Objetivos.....	3
1.2. Metodologia Qualitativa e Definição da Amostra .....	3
CAPÍTULO 2. Enquadramento teórico .....	7
2.1. Definições de voluntariado e voluntário.....	7
2.2. A evolução do voluntariado em Portugal .....	9
2.3. Os direitos e deveres do voluntário .....	10
2.4. Determinantes e motivações .....	13
2.5. Tipos de voluntariado .....	15
2.6. Voluntariado em Portugal.....	16
2.7. Voluntariado e os números europeus.....	18
CAPÍTULO 3. Voluntariado e Cultura .....	21
3.1. Oportunidades no setor cultural em Portugal .....	21
3.2. Voluntariado em museus .....	29
CAPÍTULO 4. Casos de estudo .....	33
4.1. Rota do Românico .....	33
4.2. Direção-Geral do Património Cultural .....	43
4.3. Grupo de Amigos do Museu Nacional de Arte Antiga .....	52
Conclusão .....	63
Fontes .....	67
Bibliografia.....	71
ANEXOS.....	I
Anexo A – Oportunidades de voluntariado cultural em Portugal .....	I
Anexo B – Guiões das Entrevistas .....	XX





## **Índice de Figuras**

Figura 1. Estrutura do voluntariado.....	15
Figura 2. Prática de voluntariado nos Estados-Membro da União Europeia (%).....	19
Figura 3. Oportunidades de voluntariado no setor cultural por distrito em Portugal Continental (n.º)..	23
Figura 4. Instituições promotoras de ações de voluntariado em Portugal (por %)......	25

## **Índice de Quadros**

Quadro 1. Oportunidade de voluntariado no setor cultural em Portugal por região (n.º).....	22
--	----



## **Glossário**

BLV – Bancos Locais de Voluntariado

CASES - Cooperativa António Sérgio para a Economia Social

CNPV - Conselho Nacional Para a Promoção do Voluntariado

CPV - Confederação Portuguesa do Voluntariado

DGPC - Direção-Geral do Património Cultural

DRCN- Direção Regional de Cultura do Norte

FFMS - Fundação Francisco Manuel dos Santos

GAMNAA - Grupo de Amigos do Museu Nacional de Arte Antiga

INE – Instituto Nacional de Estatística

ITV - Inquérito ao Trabalho Voluntário

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONU – Organização das Nações Unidas

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura



## Introdução

Nos últimos tempos, a prática de voluntariado tornou-se muito popular. Definido como um conjunto de ações de interesse social e comunitário praticadas por alguém que dedica parte do seu tempo, conhecimentos e competências, sem esperar uma compensação monetária, o voluntariado revela-se um recurso valioso para muitas instituições. Um relatório preparado pelo programa de Voluntários das Nações Unidas revela que, em 2018, a nível global, cerca de um bilião de pessoas doaram o seu tempo, o que equivale a 109 milhões de trabalhadores full-time anualmente (UNV, 2018). No que diz respeito às práticas de voluntariado na Europa, as estatísticas revelam que entre 92 e 94 milhões de adultos já realizaram algum tipo de voluntariado (European Parliamentary Research Service, 2016). Apesar destes números notáveis, Portugal é um dos países europeus que menos pratica voluntariado, o que é evidenciado através do Inquérito ao Trabalho Voluntário apresentado pelo INE em 2019, que aponta a taxa de voluntariado do ano de 2018 nos 7,8%, o que corresponde a cerca de 695 mil pessoas da população residente com idade igual ou superior aos 15 anos.

Relativamente ao tipo de atividades voluntárias praticadas estas podem variar muito. As mais populares são, sem dúvida, as de âmbito social e humanitárias, mas não ficam muito atrás as da área da saúde, educação e até cultura (European Parliamentary Research Service, 2016). São nestas de aspeto cultural que se vai centrar este trabalho, especialmente do domínio do património.

O fraco número de estudos sobre o voluntariado neste domínio é um dos grandes motivadores para a escolha deste tema. Não só isto, como também o baixo número de programas em Portugal dispostos a receber voluntários durante o ano inteiro. Sendo o património a identidade de um país, poder-se-ia presumir que seria dispensada uma grande atenção e foco a este domínio e que fosse de interesse envolver a população naquilo que lhes pertence e que esta mostrasse uma forte vontade em participar em ações com este fim.

Diversos estudos apontam que fazer voluntariado no setor do património apresenta muitos benefícios, tais como: aprender sobre os visitantes, utilizar habilidades pessoais e adquirir novas, contribuir para a comunidade, conhecer pessoas com interesses parecidos, aprender coisas novas, ganhar novas qualificações e tomar posições em instituições culturais (Păceșilă, 2020). Então, com tantos benefícios, é difícil entender perceber a falta de interesse que a população tem em fazer voluntariado.

Existem entidades nacionais que são reconhecidas pelos seus programas de voluntariado no domínio do património, como é o caso dos programas de voluntariado discutidos mais à

frente. Devido ao sucesso destes programas e ao aparente desinteresse dos portugueses a voluntariar-se, que é comprovado pelos números previamente indicados, pretende-se conhecer a realidade atual portuguesa através das suas experiências e dados.

Nesse sentido, através da presente dissertação de mestrado, propõe-se estudar e perceber, por um lado, a oferta de programas de voluntariado na área cultural e como é que se distribuem pelo país, e por outro, o relacionamento bilateral entre as instituições e os voluntários, entender de que forma o voluntariado marca ambos. Um outro aspeto importante a ter em conta e a concluir está relacionado com os números revelados ao longo desta pesquisa e se estes coincidem com as informações fornecidas pelas instituições a colaborar.

# **CAPÍTULO 1. Metodologia**

## **1.1. Pergunta de Partida e Objetivos**

Como ponto partida, é essencial definir a pergunta que norteia a presente investigação e que irá constituir a sua linha fundamental de pensamento: Em relação ao voluntariado cultural, como se entende a realidade portuguesa?

Com esta investigação, definem-se dois objetivos principais. O primeiro é averiguar as oportunidades de programas de voluntariado na área cultural distribuídos por Portugal e o segundo é caracterizar os voluntários desta área, através de três casos de estudo. Com o primeiro objetivo, procura-se identificar as regiões portuguesas com mais oportunidades de programas de voluntariado, perceber se há razões que justifiquem um maior ou menor número de oportunidades, e apontar as entidades que mais se envolvem na criação destes programas. Já com o segundo, pretende-se conhecer os voluntários do setor cultural, caracterizá-los, sobretudo, a nível de idade, género e escolaridade, e identificar o que os leva a voluntariarem-se.

Para atingir os objetivos principais desta investigação, recolheram-se informações e dados que permitiram alcançar objetivos secundários, sendo estes:

- Identificar os benefícios que os programas de voluntariado podem trazer aos espaços culturais;
- Compreender se existe uma grande diferença entre o trabalho que os voluntários e os funcionários pagos dos espaços fazem, no que concerne as responsabilidades e tarefas;
- As funções mais comuns praticadas pelos voluntários.

Considerando todos estes objetivos, com a elaboração desta dissertação pretende-se também contribuir para o estudo e investigação desta temática, em Portugal, que se revestisse de utilidade para investigadores do património e cultura.

## **1.2. Metodologia Qualitativa e Definição da Amostra**

A metodologia pode ser definida pelo conjunto “(...) dos processos e instruções de trabalho, dos procedimentos teóricos à implementação dos diagnósticos técnicos, a que recorrem os sociólogos para conhecer e dar a conhecer a realidade social (...)” (Almeida, 1994, p.193).

Para esta dissertação, utiliza-se uma metodologia qualitativa, que normalmente dá mais ênfase às palavras do que à quantificação na recolha e análise de dados (Bryman, 2012, p.714).

Segundo Berg e Lune (2018), uma pesquisa qualitativa procura resposta examinando vários contextos sociais e os grupos ou indivíduos que neles estão inseridos.

Na primeira parte da dissertação, dedicada ao enquadramento teórico do tema, encontra-se a definição de conceitos, uma contextualização do voluntariado em Portugal (legislação, evolução histórica, dados percentuais de voluntários), uma comparação de dados portugueses e europeus, e também uma inventariação dos programas de voluntariado na área cultural que podem ser encontrados *online*. Para a sua elaboração seguiu-se os seguintes passos (Bryman, 2012, p.384):

1. Perguntas gerais de investigação;
2. Seleção de sites e temas relevantes;
3. Recolha de dados relevantes;
4. Interpretação de dados;
5. Trabalho conceptual e teórico;
6. Redação de conclusões;

A revisão da literatura é feita no seguimento do enquadramento teórico efetuado.

É preciso chamar atenção que, apesar do tempo dedicado à investigação, é possível que não estejam identificadas todas as oportunidades de voluntariado disponibilizadas em Portugal. Como já for referido, para este efeito recorreu-se à *Internet* e pode haver programas de voluntariado mais locais que não tenham presença *online*. Para além disso, a palavra-chave para esta investigação foi “voluntariado”, juntamente com “cultural” e “patrimonial”; e existem programas cujo nome não contém nenhuma destas palavras, o que as exclui dos resultados de pesquisa. É o que acontece, por exemplo, com o programa da Rota do Românico, Cuidadores do Património. Apesar de se ter tentado perceber quais destes programas poderiam ou não estar ativos através da sua atividade *online* ou da idade do *website*, existe a possibilidade de alguns dos programas apresentados não estarem atualmente ativos.

De modo a atingir o objetivo desta dissertação optou-se pela aplicação de uma metodologia de Caso de Estudo. O caso de estudo é uma estratégia de investigação que procura analisar de uma forma mais profunda algo concreto, como um indivíduo, um grupo ou uma organização, mas também algo menos definido, como decisões, programas, processos de implementação ou mudanças organizacionais (Meirinhos e Osório, 2010). Dooley (2002, citado por Meirinhos e Osório, 2010) refere que:

“Investigadores de várias disciplinas usam o método de investigação do estudo de caso para desenvolver teoria, para produzir nova teoria, para contestar ou desafiar teoria, para explicar



uma situação, para estabelecer uma base de aplicação de soluções para situações, para explorar, ou para descrever um objeto ou fenómeno” (p. 343-344).

Propôs-se, então, analisar os programas de voluntariado da Rota do Românico, conhecido como Cuidadores do Património, da Direção Geral do Património Cultural (DGPC) e do Grupo de Amigos do Museu Nacional de Arte Antiga (GAMNAA).

Existem vários instrumentos de recolha de informação que podem ser pertinentes para a realização de um caso de estudo, como questionários, fontes documentais, registos de informação tecnológicos e entrevistas (Meirinhos e Osório, 2010). Por ser uma fonte de informação importante, determinou-se que para esta dissertação faria sentido a realização de entrevistas. Especialmente, porque é um método que permite recolher informações, números, fatos de fonte direta e confiável, como também opiniões, sentimentos e relatos de situações reais. A entrevista é considerada uma interação verbal entre, pelo menos, duas pessoas: o entrevistado, que fornece respostas, e o entrevistador, que solicita informação para a sua investigação. A entrevista é uma técnica importante

“em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação” (Gil, 2008, p. 109).

As entrevistas podem ser semi-diretivas/semi-estruturadas e diretivas/estruturadas. Nas primeiras, as mais utilizadas nas ciências sociais, o entrevistador tem um guião preparado, com questões-guias, que utiliza de forma a obter as respostas necessárias, sem interpelar, mas sem perder o foco. Já nas entrevistas diretivas/estruturadas, ou *focused interview*, o entrevistador não tem um guião, mas abordará os tópicos relevantes, controlando todo o desenrolar da conversa (Quivy e Campenhoudt, 1998, p. 192 e 193).

As entrevistas realizadas às três entidades foram de natureza semi-estruturada. Inicialmente, foi idealizado entrevistar também o Museu das Comunicações, uma vez que no seu *website* está muito óbvio a existência de um programa do voluntariado, como também a secção dedicada ao programa está bastante completa e informativa, mostrando, assim, o seu empenho para com o mesmo. No entanto, em resposta ao *e-mail* enviado em maio de 2023 a solicitar uma entrevista foi dito que o programa não se encontrava ativo. A primeira entrevista realizada foi à Coordenadora do Serviço Educativo da Rota do Românico, Paula Monteiro. A decisão de entrevistar esta entidade está relacionada com a sua área geográfica de atuação, e do seu reconhecimento nacional e internacional pelo seu programa dos Cuidadores. A entrevista foi realizada no dia 1 de junho de 2023, via Zoom, uma vez que não seria possível a discente

deslocar-se até Lousada. A segunda entrevista foi à coordenadora do Programa de Voluntariado da DGPC, Isabel Melo. Realizada presencialmente a 6 de junho de 2023, no Palácio da Ajuda, esta entrevista foi desejada porque a DGPC é uma entidade pública com mais de 20 monumentos sob sua tutela e é relevante saber a sua posição no que toca ao voluntariado nos seus equipamentos. Mais especificamente, o objetivo desta entrevista era caracterizar o estado atual do programa de voluntariado da DGPC, como também perceber a motivação para a existência deste programa e se o órgão promotor considera benefícios tanto para os espaços culturais como para os voluntários. Dada a elevada componente de voluntários presente nas instituições do setor cultural na maioria dos países europeus, pretende-se caracterizar a situação nos Museus, Monumentos e Palácios (MMP) tutelados pela DGPC em relação à presença e relevância dos voluntários no património cultural. A terceira e última entrevista realizada foi à coordenadora dos voluntários do GAMNAA, Maria José Franco, e decorreu no dia 16 de junho de 2023, no MNAA. O propósito de entrevistar este Grupo está ligado ao facto deste Museu estar sob tutela da entidade previamente entrevistada, e perceber de que forma é que o Grupo, embora independente, trabalha em parceria com a DGPC, e como o trabalho de ambas se cruza. Tal como se queria alcançar com a entrevista à DGPC, pretendia-se é caracterizar o estado atual do programa de voluntariado cultural do GAMNAA, perceber as motivações para o mesmo e os benefícios que o voluntariado cultural traz para o espaço cultural e para os voluntários.

Para a realização destas entrevistas, foram construídos três guiões de entrevista, que podem ser encontrados no Anexo B. Tendo em conta que os objetivos da realização destas entrevistas eram semelhantes, também os eram os seus guiões. Adaptadas para cada entidade, os guiões eram compostos por quatro ou cinco partes. Com cinco partes estruturam-se os guiões referentes às entrevistas com a Rota do Românico e DGPC, onde se incluem informações associadas à identificação, tanto da pessoa que está a ser entrevistada como o próprio local e data, ao programa de voluntariado, ao processo de recrutamento, seleção e formação dos voluntários, à caracterização dos voluntários e à avaliação do programa. O terceiro guião, da entrevista ao GAMNAA, apesar de ser o único com quatro partes, cobre, em menor ou maior quantidade, os mesmos assuntos que os restantes dois outros guiões. Das três entrevistas, foi a da DGPC que contou com mais questões (24), seguida pela do GAMNAA (22) e, por último, da Rota do Românico (17).

## CAPÍTULO 2. Enquadramento teórico

### 2.1. Definições de voluntariado e voluntário

Nos últimos anos, tem-se visto um aumento na existência de ações de voluntariado e, conseqüentemente, um aumento de trabalhos académicos sobre o tema. No entanto, verifica-se que o termo “voluntariado” é definido com pouca frequência, o que pode significar que os autores consideram que o termo se explica por si só e que é universalmente compreendido.

Na realidade, apesar de existir um consenso do que este conceito poderá significar, a verdade é que o conceito de voluntariado pode ser definido de várias maneiras diferentes que variam consoante as instituições onde as funções deverão ser desempenhadas (Păceșilă, 2020).

A definição mais comum está relacionada com a prática de atividades ou ações de interesse social e comunitário por uma pessoa que dedica parte do seu tempo, conhecimentos e competências, sem esperar uma compensação monetária. Porém, um aspeto apontado por Cnaan et al. (Cnaan, Handy & Wadsworth, 1996) é o facto de que apesar de uma pessoa estar a agir em benefício da sociedade, a ação praticada pode ou não ser considerada voluntariado. Por exemplo, alguém que esteja a fazer algum trabalho sem qualquer compensação monetária é considerado voluntário e outra a fazer exatamente o mesmo, mas por razões judiciais, como serviço comunitário, já não.

Apesar das inúmeras definições são identificadas quatro dimensões que se encontram presentes na maioria delas (Cnaan et al, 1996): *Free will* (livre-arbítrio, escolha por vontade própria), *Availability of rewards (remuneration)* (ausência de recompensas – remuneração), *Structure* (estrutura de enquadramento do voluntário, formal e informal) e *Proximity to the beneficiaries* (proximidade dos beneficiários).

Ou seja, para uma atividade ser classificada como voluntariado é aceite que o participante tenha tomado a decisão de participar por livre vontade e não por ser legalmente obrigado (e.g. serviço comunitário), ou por ter sido coagido a fazê-lo (e.g. pressão social ou parental); que o participante não seja recompensado monetariamente ou de qualquer outra forma. Em alguns casos, os voluntários podem ser reembolsados pelas despesas que ocorram no âmbito da realização do voluntariado (e.g. despesas de mobilidade e/ou alimentação), receber prendas simbólicas ou outras coisas que expressem gratidão pelo trabalho executado, e, mais frequentemente, voluntários podem receber alguns benefícios não-monetários, como o desenvolvimento de capacidades, conhecimentos, relações sociais e de trabalho, e sentimentos de autovalorização; que a atividade seja tanto realizada num âmbito formal (organização ou

instituição) como informal (trabalho direto com indivíduos não pertencentes ao seu agregado familiar); e que o trabalho voluntariado não seja feito em prol de membros da família, especificamente a família “imediata”. No entanto, como as designações de “família” e até “de família imediata” são problemáticas, uma vez que podem ter diferentes significados dependente dos países e culturas. É mais correto dizer que é voluntariado quando a atividade não é realizada em benefício do agregado familiar próprio ou das pessoas com quem partilhe casa (Manual on the measurement of volunteer work, 2011)

Com o apoio de um grupo consultivo de especialistas sem fins lucrativos e um grupo de especialistas técnicos congregado pela OIT, agência da ONU especializada nas questões do trabalho, o Manual sobre a Medição do Trabalho Voluntário (2011) propõe a seguinte definição de voluntariado: “Trabalho não pago e não compulsivo; que consiste no tempo que os indivíduos dedicam a atividades não remuneradas, realizadas através de uma organização ou diretamente, em prol de outros que não pertençam ao seu agregado familiar”.

Na legislação portuguesa, o voluntariado é enquadrado juridicamente pela Lei n.º 71/98, de 3 de novembro<sup>1</sup>. No artigo 2.º define-se o voluntariado como um

“conjunto de ações de interesse social e comunitário realizado de forma desinteressada por pessoas, no âmbito de projetos, programas e outras formas de intervenção ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade desenvolvidos sem fins lucrativos por entidades públicas ou privadas” (Lei n.º 71/98, art.º 2.º).

No entanto, tal como acontece em outros países, em Portugal também “Não são abrangidas (...) as atuações que, embora desinteressadas, tenham um carácter isolado e esporádico ou sejam determinadas por razões familiares, de amizade e de boa vizinhança” (Lei n.º 71/98, art.º 2). No que diz respeito ao voluntário, também a legislação portuguesa o define na referida lei:

“O voluntário é o indivíduo que de forma livre, desinteressada e responsável se compromete, de acordo com as suas aptidões próprias e no seu tempo livre, a realizar ações de voluntariado no âmbito de uma organização promotora.” (Lei n.º 71/98, art.º 3.º).

A ONU define voluntário como “o jovem ou o adulto que, devido ao seu interesse pessoal e ao seu espírito cívico, dedica parte do seu tempo, sem remuneração alguma, a diversas formas de atividades, organizadas ou não, de bem-estar social, ou outros campos” (Quinta, 2016, p. 25).

---

<sup>1</sup> Lei n.º 71/98, de 3 de novembro. *Diário da República*, Série I-A, n.º 254 de 1998-11-03. Bases do enquadramento jurídico do voluntariado.

Tendo por base estas duas definições, entende-se que a definição de voluntário não diverge muito e que consiste numa pessoa que por iniciativa própria dedica-se a uma atividade ou tarefas, sem esperar qualquer tipo de compensação.

Em relação à origem do voluntariado em Portugal a informação existente é escassa e dá conta da criação de um grupo de Bombeiros Voluntários que conta com mais de seiscentos anos (Quinta, 2016).

## **2.2. A evolução do voluntariado em Portugal**

Apesar da literatura existente em Portugal ser reduzida, como refere Gomes (2009), especialmente comparativamente a outros países da Europa, é possível traçar uma evolução histórica do voluntariado em Portugal. De acordo com Acácio Catarino (2004), a evolução do voluntariado divide-se em quatro fases, que correspondem a quatro épocas:

1. Idade Média. Embora o conceito de trabalho voluntário fosse inexistente, não significa que este não fosse praticado. Nesta época, o desenvolvimento do trabalho voluntário deriva essencialmente da ausência de direitos e de instituições de resposta aos problemas sociais. No século XV, o surgimento das Santas Casas da Misericórdia, dirigidas pelas congregações religiosas, verifica-se uma primeira materialização de um sistema de proteção social de escala alargada que permite a inclusão de práticas de voluntariado (Serapioni, Ferreira e Lima, 2013, p. 135)

2. Século XIX. O século XIX vê surgir diversos tipos de voluntariado sindical, cooperativo, mutualista, político e associativo, que tinham um carácter laico. Face ao novo contexto económico e laboral, no seguimento dos processos de industrialização, e à inexistência de instituições de apoio social, surge a necessidade de se recorrer à solidariedade, verificando-se o aparecimento de associações de socorro mútuo (Serapioni, Ferreira e Lima, 2013), onde o voluntariado é praticado com alguma expressão. Ao mesmo tempo que o voluntariado ganha notoriedade, verificou-se a sua desvalorização. Este paradoxo resulta de uma sociedade cujo venda e profissionalização do trabalho social tornou-se num fator fundamental, contra o carácter gratuito da ação voluntária. Assistiu-se, também, nesta altura, a um processo de transformação no mercado social que originou a profissionalização das relações sociais, através da especialização das competências e da divisão técnica do trabalho. Estas características da organização do trabalho, assentes no princípio da profissionalização, contribuíram para uma desvalorização do voluntariado (Serapioni, Ferreira & Lima, 2013, citado por Amaro, 2002).

3. Estado Novo. Foi uma época difícil para o voluntariado, em muitos casos objeto de

proibição. Com o Estado Novo o voluntariado perde a sua importância e assiste-se a uma profissionalização do trabalho social, uma vez que o Estado passa a ser entendido como o ator privilegiado para a resolução dos problemas sociais. Mantiveram-se, contudo, algumas formas de voluntariado, muito associadas às práticas de origem medieval. Como referido por Catarino (2004), o voluntariado de origem medieval, com algumas atualizações, foi de alguma forma favorecido apesar dos condicionalismos impostos pelo regime. Estes condicionalismos tiveram essencialmente como origem o papel do Estado tido como “omnipotente e como solução para todos os problemas sociais”, mas também a emergência do estado social, a criação de um sistema de segurança social e o aumento do trabalho social remunerado. Deste modo, durante este período o voluntariado era quase exclusivamente de carácter social. O Estado Novo fica para a história do voluntariado em Portugal como o momento que marcou a interrupção do seu desenvolvimento (SPES, 2009), estando as organizações da sociedade civil confinadas a atividades de assistência social e com fortes restrições à sua liberdade. Como referido no recente relatório da Comissão Europeia (2011) sobre o voluntariado em Portugal, umas das consequências do regime ditatorial e da proibição do direito de reunião e associação foi a existência de um setor da sociedade civil bastante mais reduzido, quando comparado com o dos países do Norte da Europa. Este regime resultou no declínio das organizações não lucrativas.

4. Pós 25 de abril. Esta fase foi muito positiva para o voluntariado. Para além de se ter dado continuidade a domínios já conhecidos, como: social, educativo, saúde, proteção civil, sindicalismo, política, religião, desporto, coletividades locais, associativismo; surgiram domínios de voluntariado novos, tais como: direitos humanos; cooperação para o desenvolvimento; desenvolvimento local; ambiente, defesa do património, defesa da natureza. Devido à popularidade das práticas de voluntariado, foi publicado, em 1998, a Lei n.º 71/98, de 3 de novembro, que visa promover e garantir, a todos os cidadãos, a participação em ações de Voluntariado e a definição das bases do seu enquadramento jurídico (Quinta, 2016).

### **2.3. Os direitos e deveres do voluntário**

Antes de alguém decidir participar em qualquer ação de voluntariado é importante saber que, apesar de não ser considerado trabalhador ou funcionário nas instituições onde se voluntaria, os voluntários legalmente estão protegidos por um conjunto de direitos que vigoram durante a realização do exercício do trabalho voluntário. No entanto, é igualmente importante perceber que o voluntariado implica também um conjunto de deveres, também eles explícitos na lei.

O primeiro passo em direção à proteção dos voluntários deu-se em 1989, quando foi promulgado o Decreto-Lei 40/89, de 1 de fevereiro<sup>2</sup>, que instituiu o seguro social voluntário, reconhecendo que os voluntários sociais “embora não exercendo uma atividade qualificável como profissional, prestam serviços socialmente relevantes e que, pelas suas características desinteressadas e humanitárias, merecem enquadramento pela proteção social”.

Em 1998, foi promulgada a Lei n.º 71/98, de 3 de novembro, que estabeleceu as bases do enquadramento jurídico do voluntariado, de forma a “promover e garantir a todos os cidadãos a participação solidária em ações de voluntariado”.

São dez os direitos do voluntário apresentados nesta lei:

1. Ter acesso a programas de formação inicial e contínua, tendo em vista o aperfeiçoamento do seu trabalho voluntário;
2. Ter um cartão de identificação de voluntário;
3. Enquadrar-se no regime do seguro social voluntário, no caso de não estar abrangido por um regime obrigatório de segurança social;
4. Exercer o seu trabalho voluntário em condições de higiene e segurança;
5. Faltar justificadamente, se empregado, quando convocado pela organização promotora, nomeadamente por motivo do cumprimento de missões urgentes, em situações de emergência, calamidade pública ou equiparadas;
6. Receber as indemnizações, subsídios e pensões, bem como outras regalias legalmente definidas, em caso de acidente ou doença contraída no exercício do trabalho voluntário;
7. Estabelecer com a entidade que colabora um programa de voluntariado que regule as suas relações mútuas e o conteúdo, natureza e duração do trabalho voluntário que vai realizar;
8. Ser ouvido na preparação das decisões da organização promotora que afetam o desenvolvimento do trabalho voluntário;
9. Beneficiar, na qualidade de voluntário, de um regime especial de utilização de transportes públicos, nas condições estabelecidas na legislação aplicável;
10. Ser reembolsado das importâncias despendidas no exercício de uma atividade programada pela organização promotora, desde que inadiáveis e devidamente justificadas, dentro dos limites eventualmente estabelecidos pela mesma entidade (Decreto-Lei n.º 71/98, de 3 de novembro, Artigo 7.º).

---

<sup>2</sup> Decreto-lei 40/89, de 1 de fevereiro. *Diário da República*, Série I, n.º 27 de 1989-02-01. Institui o seguro social voluntário, regime contributivo de carácter facultativo, que visa garantir o direito à Segurança Social das pessoas que não se enquadrem de forma obrigatória no âmbito de regimes de protecção social.

No caso dos deveres, segundo o Guia do Voluntário do CNPV<sup>3</sup> (2002), estes aplicam-se a cinco tipos de agentes distintos: destinatários, organização promotora, profissionais, outros voluntários e, ainda, a sociedade.

De acordo com a Lei n.º 71/98, de 3 de novembro, existem nove deveres do voluntário:

1. “Respeitar os princípios deontológicos da atividade, nomeadamente o respeito pela vida privada das pessoas que beneficiam do seu apoio;
2. Observar as normas que regulam o funcionamento da entidade a que presta colaboração e dos respectivos programas ou projetos;
3. Atuar de forma diligente, isenta e solidária;
4. Participar nos programas de formação destinados ao correto desenvolvimento do trabalho voluntário;
5. Zelar pela boa utilização dos recursos materiais e dos bens, equipamentos e utensílios postos ao seu dispor;
6. Colaborar com os profissionais da organização promotora, respeitando as suas opções e seguindo as suas orientações técnicas;
7. Não assumir o papel de representante da organização promotora sem o conhecimento e prévia autorização desta;
8. Garantir a regularidade do exercício do trabalho voluntário de acordo com o programa acordado com a organização promotora;
9. Utilizar devidamente a identificação como voluntário no exercício da sua atividade” (Decreto-Lei n.º 71/98, de 3 de novembro, Artigo 8.º).

No Decreto-Lei n.º 389/99, de 30 de setembro, que regulamenta a Lei n.º 71/98, de 3 de novembro (Lei de Bases do Enquadramento Jurídico do Voluntariado), é proposto a criação do Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado. Esta entidade teria como objetivos: 1) Desenvolvimento de ações que possibilitassem a caracterização do universo dos voluntários; 2) Apoiar as organizações promotoras e dinamizar ações de formação, bem como outros programas que contribuam para uma melhor qualidade e eficácia do trabalho voluntário; 3) Criação de um conjunto de medidas que promovam e divulguem o voluntariado, chamando a atenção para a sua valorização e forma de sensibilizar a sociedade para a importância da ação voluntária como instrumento de solidariedade e desenvolvimento. Em 2007 foi constituída a Confederação Portuguesa do Voluntariado

---

<sup>3</sup> Conselho Nacional Para a Promoção do Voluntariado. Entidade criada através do Decreto-Lei n.º 389/99, de 30 de setembro.



(CPV) que “representa os/as voluntários/as de Portugal e as respetivas organizações, quaisquer que sejam os seus domínios de atividade, e contribui para a defesa dos respetivos direitos e interesses” (CPV, 2023).

O enquadramento jurídico foi essencial para reconhecer e valorizar o papel do voluntariado e, de certa forma, impulsionar a participação da população nas variadas ações disponíveis.

## **2.4. Determinantes e motivações**

Nos dias de hoje é expectável receber algum tipo de retribuição monetária ao concretizar qualquer trabalho. No entanto, como já foi referido, no voluntariado não há qualquer tipo de compensação e os voluntários têm conhecimento deste facto. Apesar de muitos dizerem que o dinheiro não é tudo, é inegável que este seja indispensável para manter uma vida com as mínimas condições necessárias para a sobrevivência de um indivíduo. Então, resta-nos saber o porquê destas pessoas dedicarem o seu tempo e energia a uma causa, quando sabem que não vão receber dinheiro em troca, e também o que as motiva.

Saber a motivação dos voluntários é também relevante para as instituições. Uma vez que existe falta de voluntários, é importante que as instituições saibam o que motiva as pessoas a fazer voluntariado. Sabendo as suas motivações, as instituições podem criar um plano e adaptar as suas ações para incitar à prática do voluntariado.

Segundo Jäger, Schmidt e Beyes (2007, citado por Ferreira, Proença e Proença, 2008) existem pelo menos quatro áreas importantes para o envolvimento das pessoas no voluntariado: as características demográficas (distribuição geográfica, o estatuto social, a educação e/ou a personalidade dos voluntários), as motivações que conduzem ao voluntariado, o comportamento dos voluntários na organização e as recomendações para uma gestão efetiva de voluntário.

De acordo com Pittman e Heller (1987, citado por Ferreira, Proença & Proença, 2008) existem inúmeros fatores que podem influenciar as motivações das pessoas, como as necessidades, os traços de personalidade, os valores e o contexto. As necessidades, tanto fisiológicas como de segurança, são um dos fatores mais fundamentais, uma vez que estas são sempre consideradas para a tomada de decisões no que concerne ao espaço, condições físicas e práticas. Igualmente importantes são as necessidades de pertença, no que diz respeito a equipas de trabalho coesas, de estima, referente à responsabilidade e ao reconhecimento; e as de atualização pessoal, relevantes a nível da criatividade e desafios de trabalho (Lathan e Pinder, 2005). A personalidade é considerada como elemento principal de previsão das motivações.

Segundo a literatura e investigações focadas neste tema, os traços de personalidade influenciam a procura e escolha de determinada iniciativa, tal como o desempenho e a satisfação (Schmitt, Cortina, Ingerick e Wiechmann, 2003, citado por Ferreira, Proença & Proença, 2008). Segundo Lathan e Pinder (2005) os valores são semelhantes às necessidades na medida em que ambos influenciam comportamentos, no entanto, enquanto as necessidades são internas, os valores são adquiridos através da experiência e da cognição. Por fim, o contexto está relacionado com o meio ou local onde as pessoas cresceram. Ou seja, fatores culturais são determinantes nas motivações do voluntário, assim como crenças pessoais, códigos de ética de trabalho, tolerância, educação, experiências sociais, prosperidade económica ou sistema legal (Steers e Sanchez-Runde, 2002).

Numa análise efetuada por Ferreira, Proença e Proença (2008), a partir de 21 estudos existentes dedicados às motivações de voluntários de ONG ligadas maioritariamente ao desporto, à arte e ao ambiente, as motivações reveladas foram agrupadas em quatro categorias identificadas o altruísmo, a pertença, o ego e reconhecimento social e a aprendizagem e desenvolvimento. Isto vai de encontro aos fatores mencionados por Pittman e Heller (1987) anteriormente.

Em Portugal, foram realizados dois estudos pelas autoras Fabiana Fortunato (2019) e Maria Marques (2016) para compreender as motivações de trabalho voluntário de estudantes do ensino superior. No estudo de Marques (2016) ficou evidente que as motivações mais importantes são referentes às funções de experiência, depois à função dos valores (associado a sentimentos altruístas e humanitários) e à função do crescimento pessoal/autoestima, sendo que as funções menos valorizadas são a proteção e a social. A autora justifica este resultado apontado para o facto de a amostra ser composta por estudantes universitários e destes “estarem mais motivados perante oportunidades de poder absorver novas aprendizagens, conhecimentos, competências e habilidades” (Marques, 2016, p. 79). No estudo de Fortunato (2019), obtiveram-se resultados muito semelhantes. Igualmente ficou concluído que a amostra, também composta por estudantes, valorizava mais a aprendizagem e os valores, do que as dimensões social e de proteção.

Estes dados vêm contribuir para um conhecimento mais aprofundado sobre as motivações do voluntário, que variam consoante muitos fatores. Assim sendo, é importante que as instituições percebam que tipo de voluntários necessitam e, de acordo com essa necessidade, saber não só como podem atrair mais indivíduos, mas também garantir que estes estejam satisfeitos e mantenham uma atividade voluntária no médio e longo prazo.

## 2.5. Tipos de voluntariado

Antes de avançar para a questão do voluntariado na cultura e património, é importante fazer uma breve contextualização sobre os vários tipos de voluntariado.

Através de um estudo realizado sobre o voluntariado, o Observatório do Emprego e Formação Profissional de Portugal apresentou, em 2008, uma sugestão de estruturação para o voluntariado (Figura 1).



**Figura 1.** Estrutura do voluntariado. Fonte: Quinta, 2016.

No primeiro patamar temos o voluntariado formal e informal. O voluntariado formal caracteriza-se por um trabalho realizado pelo próprio indivíduo que se enquadra no âmbito de uma organização ou instituição. Já o voluntariado informal é caracterizado como um trabalho não estruturado produzido, igualmente, pelo próprio indivíduo a outros indivíduos, que não pertençam ao seu agregado familiar, como por exemplo, ajudar um vizinho ou um amigo (Quinta, 2016).

Em relação ao voluntariado formal este pode ser subdividido em dois: dirigente e não dirigente. O voluntariado dirigente refere-se a um trabalho em que o voluntário exerce funções de gestão na organização a que pertence, enquanto o não dirigente refere-se à realização das tarefas de rotina da organização (Quinta, 2016).

Dentro do voluntariado formal não dirigente, especifica-se voluntariado de acordo com a frequência com que é praticado. No caso do regular, refere-se a um voluntário que “colabora de forma regular com a instituição” (Almeida, Nunes, Pais e Amaro, 2018, citado por Quinta, 2016). Já no esporádico, o voluntário aparece na organização ocasionalmente.

No que toca às áreas de atuação, o voluntariado destaca-se por desenvolver atividades em diversas áreas: cidadania, ação social, saúde, educação, ciência e cultura, defesa do património, defesa do ambiente, cooperação para o desenvolvimento, emprego e formação profissional,

reinserção social, proteção civil, desenvolvimento da vida associativa e economia social, promoção do voluntariado e da solidariedade (Associação Mutualista Montepio, 2017).

## **2.6. Voluntariado em Portugal**

Segundo os dados recolhidos pelo *European Value Survey* em 1999, a taxa de voluntariado em Portugal situava-se nos 17%; em 2008 nos 14% e em 2018, baixou para 7,8%, sendo que a média europeia se situa nos 19,3%.

Com bases nos dados recolhidos no Inquérito ao Trabalho Voluntário (ITV), realizado pelo INE em 2018, 7,8% da população residente com 15 ou mais anos participou em pelo menos uma atividade formal e/ou informal de trabalho voluntário, o que equivale a 695 mil pessoas envolvidas em ação voluntária. Estima-se que foram dedicadas 263,7 milhões de horas a trabalho voluntário, o que significa, em média, a população total residente com 15 ou mais anos dedicou aproximadamente 32 horas por mês a trabalho voluntário. Dos tipos de organização que mais acolhem voluntários, as orientadas à assistência social apresentam-se em primeiro lugar com 36,2%, seguidas pelas de religião e de cultura, comunicação e atividades de recreio, ambas com 15,7%. A publicação do INE revela também que as mulheres, os jovens (15-24 anos), os desempregados, e as pessoas com maiores níveis de escolaridade, são quem mais praticaram voluntariado.

Numa perspetiva comparativa com o estudo anterior realizado em 2012, este revelou que cerca de 1 milhão e 40 mil residentes com 15 ou mais anos, fez algum tipo de ação de voluntariado. Também neste estudo, foi apontado que em relação às principais tarefas desempenhadas pelos voluntários cerca de 33,9% são trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores, 26,1% apresentam-se como trabalhadores não qualificados, isto é, responsáveis por funções de limpezas, recolha de alimentos, roupa e donativos, e 19,0% são técnicos e de profissões de nível intermédio, prestando apoio técnico social, apoio religioso, organização de eventos culturais e desportivos. Cerca de 40% dos inquiridos do sexo feminino revelou-se mais focado em atividades relacionadas aos serviços pessoais, enquanto o sexo masculino apresenta-se um pouco disperso, com 27,2% a desempenhar tarefas de trabalhadores não qualificados e 24,3% tarefas dos trabalhadores dos serviços pessoais (INE, 2012).

Evidencia-se um declínio de participantes de ano para ano. Alguns autores tentam justificar este declínio apontando para: as condições políticas, sociais e económicas de Portugal; fatores sociodemográficos, como as baixas habilitações literárias da população e a diminuta proporção das classes média e média-alta (Amaro, 2002, citado por Romão et al., 2012); uma participação

cívica ainda incipiente (Delicado et al., 2002); as características do mercado laboral português (Barreto, 2000, citado por Romão et al., 2012), que se caracterizam por uma elevada taxa de emprego feminino, na maioria com horários de trabalho a tempo completo; e, por fim, o peso da socialização familiar na adoção de práticas de voluntariado, o que faz com que a mudança entre gerações seja ténue (Wuthnow, 1991, citado por Delicado et al., 2002)

Os dados mais recentes foram publicados a 5 de dezembro de 2021 (Dia Internacional dos Voluntários) em forma de notícia na página oficial do Governo de Portugal<sup>4</sup>. Apesar de nesse ano ainda se sentir os efeitos da COVID-19, o número de voluntários inscritos nas plataformas geridas pela Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES) registou um crescimento de mais de 26,6% ao longo desse ano, tendo nesta altura cerca de 8.500 pessoas inscritas. Também nesta publicação foi apresentada uma caracterização dos inscritos nas plataformas, que apurou os seguintes factos:

- A faixa etária que mais se registou nas Plataformas de Voluntariado foi a do 15-24 anos, com 27%, seguida pela faixa etária dos 25-34 anos (25%);
- As mulheres têm mais disponibilidade para participar em ações, representando 71% dos voluntários;
- A região que detém maior número de voluntários (46,7%) é a de Lisboa e Vale do Tejo, que foi igualmente a que mais cresceu face a 2020 (mais 27%). Em seguida, encontra-se a região Norte com 23% de pessoas inscritas, mais 17% face ao período homólogo;
- 38% dos inscritos são trabalhadores e 24% estudantes;
- 43% disponibiliza-se para fazer voluntariado quatro ou mais horas por semana;
- As atividades mais procuradas são as de ação social, cívica e cooperação;

Apesar desta caracterização corresponder somente aos voluntariados registados nas plataformas geridas pela CASES, podemos ver que há uma grande semelhança com os dados recolhidos pelo INE em 2018.

É importante apontar que a caracterização dos voluntários se tem alterado de ano para ano e de estudo para estudo, mostrando assim que não são dados estagnados e que estão em constante transformação. Quando se está a trabalhar este assunto é então indispensável prestar atenção às datas das publicações de dados e, preferencialmente, procurar compará-los com publicações mais recentes.

---

<sup>4</sup> <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacao/noticia?i=voluntariado-em-portugal-cresce-quase-30-em-2021>

Podemos clarificar esta questão apresentando dados recolhidos em 2010 e publicados no ano seguinte, mais de dez anos antes da publicação mais recente (2021). Estes dados, apresentados pela ENTRAJUDA<sup>5</sup> e a Universidade Católica Portuguesa, num estudo em parceria com os Bancos Alimentares, revelam que, em média, 56,5% dos voluntários que colaboram em Instituições de Solidariedade Social têm idade superior a 56 anos (em 2021, 52% tem entre 15 a 34 anos), 41,6% são reformados, 10,9% são estudantes e 28,1% têm atividade profissional (em 2021, 62% são estudantes ou trabalhadores) e 78,4% são voluntários regulares colaborando com a instituição pelo menos uma vez por semana (em 2021, apenas 43% disponibiliza-se para fazer voluntariado quatro ou mais horas por semana). No que diz respeito ao género que mais faz voluntariado, em ambos anos as mulheres são quem mais dedica o seu tempo.

## **2.7. Voluntariado e os números europeus**

Na União Europeia, não só pela falta de uma definição comum e compartilhada das práticas e formas de voluntariado, como também pela falta de metodologias harmonizadas no que diz respeito à comparabilidade internacional do voluntariado, é difícil a recolha de informação (Marques, 2016).

No âmbito do Ano Europeu do Voluntariado, comemorado em 2011 e cujo objetivo foi “celebrar o trabalho de milhões de voluntários em toda a Europa e incentivar o envolvimento dos cidadãos que atualmente não participam em atividades de voluntariado”, foi realizado entre 13 de abril e 2 de maio de 2011 o Inquérito Especial Eurobarómetro. O inquérito abrangeu os 27 Estados-Membros da União Europeia<sup>6</sup> daquela altura e foram entrevistados pessoalmente quase 27 000 habitantes da Europa com mais de 15 anos de idade (TNS Opinion & Social, 2011).

Nos países europeus perto de um quarto dos inquiridos estava envolvido numa atividade voluntária (24%), tanto a título regular (11%) como esporádica (13%). Esta percentagem varia consoante entre os Estados-Membros.

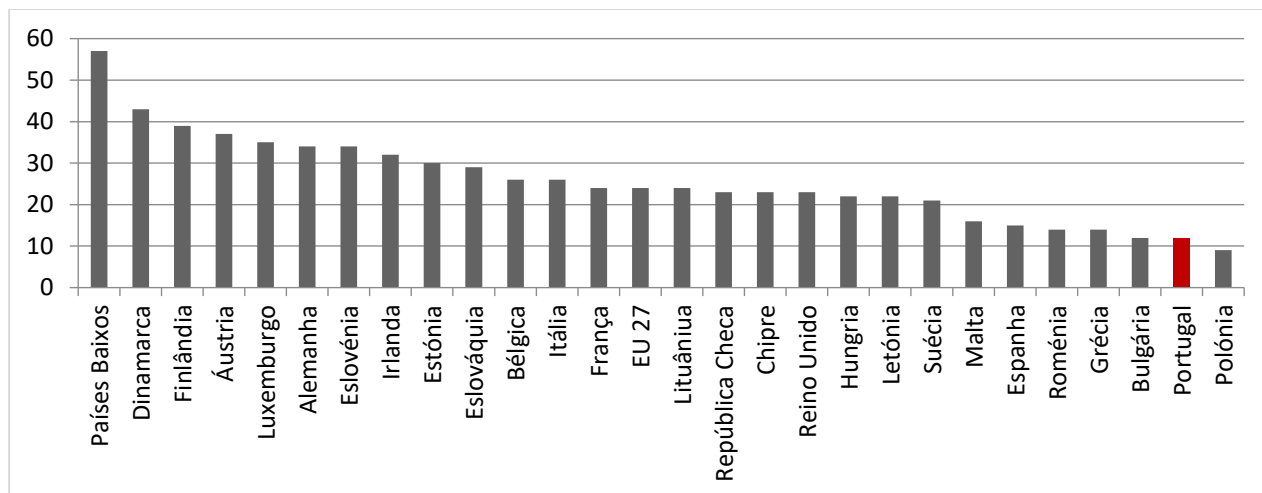
Entre os países que mais se envolvem no voluntariado estão os Países Baixos, onde mais de metade dos inquiridos dizem ter realizado uma atividade voluntária (57%), em oposição à Polónia que foi o Estado-Membro que registou a menor taxa de voluntariado, com apenas 9%.

---

<sup>5</sup> A ENTRAJUDA é um projeto que visa apoiar as instituições de solidariedade social, proporcionando o acesso aos meios e recursos necessários que lhes permita exercer uma ação determinante na inclusão social e no combate à pobreza (ENTRAJUDA, 2023).

<sup>6</sup> Em 2011 o Reino Unido ainda não tinha saído da União Europeia.

Portugal surge em penúltimo com 12%. Na figura 2 percebemos em maior detalhe os países que mais fazem voluntariado e os que menos fazem, acompanhados pelas respectivas percentagens.



**Figura 2.** Prática de voluntariado nos Estados-Membro da União Europeia (%).

Fonte: elaboração própria, a partir do Eurobarómetro 75.2 realizado por TNS Opinion & Social (2011).

No que diz respeito à caracterização dos voluntários europeus, o inquérito do Eurobarómetro às variáveis sociodemográficas demonstra que a variável sexo e idade não interferem na decisão do indivíduo em fazer voluntariado. A variável de estudos é um pouco maior entre aqueles com estudos superiores (32%). Os moradores de áreas rurais e pequenas cidades são mais propensos a voluntariar-se (25%) do que moradores das grandes cidades (20%). Em relação à variável ocupação, os trabalhadores por conta própria e estudantes são quem mais se voluntariam, com 29% e 26% respetivamente (TNS Opinion & Social, 2011).

Sobre o papel do voluntariado, existe a noção entre os cidadãos da União Europeia da sua real importância, principalmente no domínio da solidariedade e a ajuda humanitária (37%), cuidados de saúde (32%), educação (22%) e o ambiente (22%). Isto mostra que os voluntários estão preocupados com as questões que afetam a vida quotidiana da maioria dos cidadãos da União Europeia (TNS Opinion & Social, 2011).

Em relação às atividades que os voluntários mais exerceram, encontram-se em primeiro lugar as associadas aos clubes desportivos ou associação de atividades ao ar livre (24%), seguem-se as associações culturais ou artísticas (20%), as organizações de beneficência ou de apoio social (16%), as associações comunitárias ou de bairro (13%) e as organizações

religiosas (12 %). Entre os menos referidos estão as organizações profissionais, os sindicatos e os partidos políticos (5 % ou menos) (TNS Opinion & Social, 2011).

Por fim, no que toca aos benefícios do voluntariado na União Europeia, os inquiridos referem a manutenção e o reforço da coesão social (34%) e reforço dos valores da solidariedade (25%). Outros benefícios mencionados foram a propósito dos próprios voluntários, estes acreditam que o voluntariado contribui para a autorrealização e o desenvolvimento pessoal dos voluntários (25 %), facilita a aquisição de conhecimentos e de competências que promovem a inclusão profissional (22 %) e participação cívica (20%).



## **CAPÍTULO 3. Voluntariado e Cultura**

### **3.1. Oportunidades no setor cultural em Portugal**

Como já foi anteriormente mencionado uma das áreas de atuação disponíveis para fazer voluntariado é a cultura. Antes de avançar e apresentar oportunidades de voluntariado disponíveis no setor cultural, far-se-á uma breve introdução ao tema, explicando os seus significados e como é visto e vivido em Portugal.

Apesar das diferentes definições e noções que a palavra “cultura” possui é inegável a importância que desempenha nas nossas vidas. Derivado do latim “Colere”, a palavra surgiu no século XIII para designar o ato de cuidar ou cultivar algo, especialmente animais ou terra, no entanto ao longo dos séculos este significado foi-se alterando (Williams, 1976, p. 87). No século XX, segundo Raymond Williams (1976), existiam três grandes categorias de definição em uso, definidas como: 1) Um processo de desenvolvimento intelectual, espiritual e estético; 2) Uma maneira particular de viver, quer seja de pessoas, de um período, de um grupo ou da humanidade em geral; 3) Os trabalhos e as práticas intelectuais e atividades artísticas.

É impossível escolher uma “verdadeira” definição entre as três previamente mencionadas, porque a verdade é que esta palavra não tem um único significado. Mas, por motivos de relevância, ao longo desta dissertação a menção da palavra “cultura” associada ao voluntariado terá a ver, principalmente, com as ideias mais reconhecidas atualmente: a participação em atividades artísticas, como música, literatura, cinema, teatro; participação em atividades ligadas a locais histórico-culturais, locais que proporcionam experiências e aprendizagens fundamentais à formação da identidade.

Portugal, apesar de ser um país considerado pequeno, é um país com bastantes manifestações culturais. Desde a gastronomia à música, passando também pelas danças, tradições festivas (inúmeras festas pelo país associadas, nomeadamente, à religião cristã), a arquitetura (estilo pombalino, manuelino, azulejos e a calçada portuguesa) e literatura (Luís Vaz de Camões, Fernando Pessoa e José Saramago), Portugal é um país extremamente rico. Apesar disto, é também um país onde a população tem fracas práticas culturais. O resultado do inquérito da Fundação Gulbenkian, realizado pelo Instituto de Ciências Sociais em 2020, e que pretende apresentar as práticas culturais dos portugueses revela “significativas desigualdades sociais no acesso à cultura”. Alguns domínios investigados, cujos resultados são os mais desanimadores, são referentes às práticas de leitura e à frequência de bibliotecas, museus, monumentos históricos, sítios arqueológicos e galerias de arte. Em relação à leitura, a

percentagem de inquiridos portugueses que não leram qualquer livro impresso em 2020 foi de 61%. Nos 12 meses anteriores à pandemia, 31% dos inquiridos visitaram monumentos históricos, 28% frequentaram museus, 13% deslocaram-se a sítios arqueológicos e 11% frequentaram galerias de arte (Pais, Magalhães e Antunes, 2022).

É importante ter estes dados em atenção ao analisar Quadro 1 que apresenta o número de oportunidades de voluntariado disponíveis neste setor nas sete regiões de Portugal (NUTS 2). A recolha destes dados foi feita entre os meses de setembro e dezembro de 2022, utilizando sobretudo o motor de busca *Google* e abrangeu todos os concelhos de Portugal Continental e Regiões Autónomas. O critério de escolha das atividades selecionadas para apresentar está essencialmente relacionado com o local onde decorre o voluntariado e as tarefas a executar, caso essas tenham sido apresentadas, e a sua correlação com a cultura, e o tipo de voluntariado no que concerne a sua duração e/ou frequência, tendo-se dado primazia àqueles que estão abertos o ano inteiro e que estão sempre dispostos a receber voluntários. A lista de oportunidades completa está disponível no Anexo A.

**Quadro 1. Oportunidade de voluntariado no setor cultural em Portugal por região (n.º)**

Região	Nº de concelhos	Nº de oportunidades	Relação entre n. de oportunidades e n.º de concelhos (%)
Norte	86	57	66,3%
Centro	100	61	61,0%
Área Metropolitana de Lisboa	18	32	178%
Alentejo	58	17	29,3%
Algarve	16	9	56,3%
Madeira	11	0	0%
Açores	19	2	10,5%
	308	178	

Fonte: Elaboração própria.

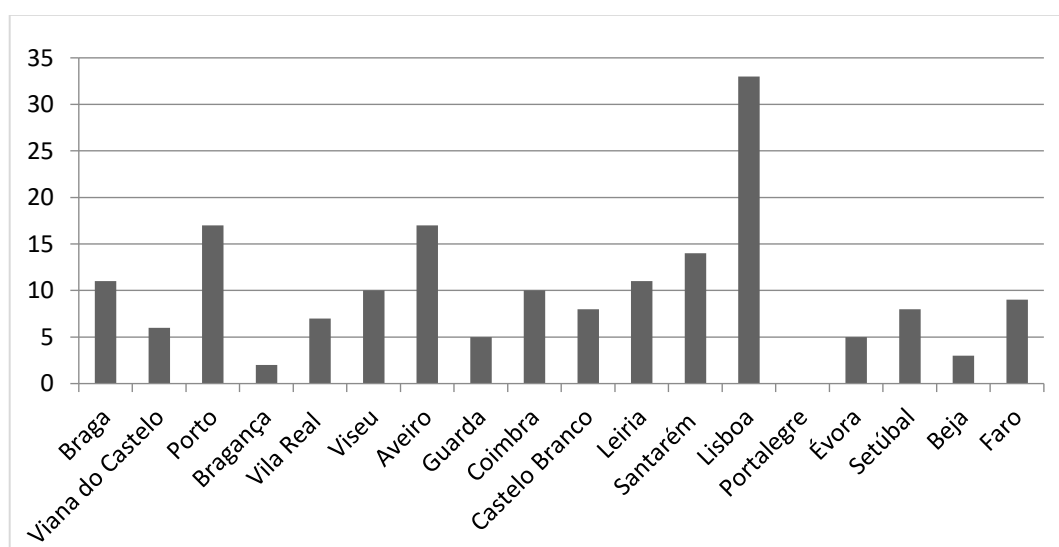
Ao analisar o Quadro 1 e a quantidade de oportunidades identificadas de voluntariado no setor cultural é necessário ter em atenção o número de concelhos em cada região. Ao analisarmos a relação entre de oportunidades de voluntariado e o número de concelhos em cada região (NUTS 2), verifica-se que a Área Metropolitana de Lisboa apresenta uma maior percentagem de oportunidades em relação ao território. Verifica-se ainda que a região Norte apresenta uma relação um pouco mais favorável que as restantes regiões do país, mas é seguida

de perto pela região Centro e pelo Algarve. Não havendo uma grande disparidade entre estes números, pode-se supor que a grande diferença de oportunidade entre as duas regiões é, principalmente, fruto do igual contraste de número concelhos entre elas. A região, no território continental que apresenta uma relação mais escassa entre oportunidades de voluntariado e número de concelhos é o Alentejo. As Regiões Autónomas também têm uma relação menos conseguida, sendo que na Madeira não foram identificadas quaisquer oportunidades de voluntariado no setor cultural.

Poder-se-ão apontar razões de natureza vária para estas diferenças. Por um lado, a população de cada uma. Segundo o INE, em 2022 os Açores tinham cerca de 239.942 habitantes, já a região do Algarve tinha quase o dobro, cerca de 472.000 habitantes, sendo que um maior número de oportunidades se relaciona com o número de pessoas potencialmente envolvidas ou a envolver (INE, 2023).

Outra questão que vale a pena mencionar é o facto de que todas as áreas geográficas são conhecidas por características diversas. Enquanto existem certas regiões que são mais populares devido a certas festividades, património ou arquitetura, existem outras que são mais conhecidas pela sua natureza e paisagens, o que é o caso dos Açores. Isto pode de alguma maneira, justificar os baixos valores de oportunidade de voluntariado cultural naquela região, uma vez que os Açores não oferecem muitas oportunidades no setor cultural, mas podem oferecer em outros.

Refletindo sobre a Figura 3 que apresenta o número de oportunidades por distrito, tal como se encontra nos anexos e como foi originalmente elaborada, destacam-se três distritos com um maior número: Lisboa (33); Porto (17); Aveiro (17).

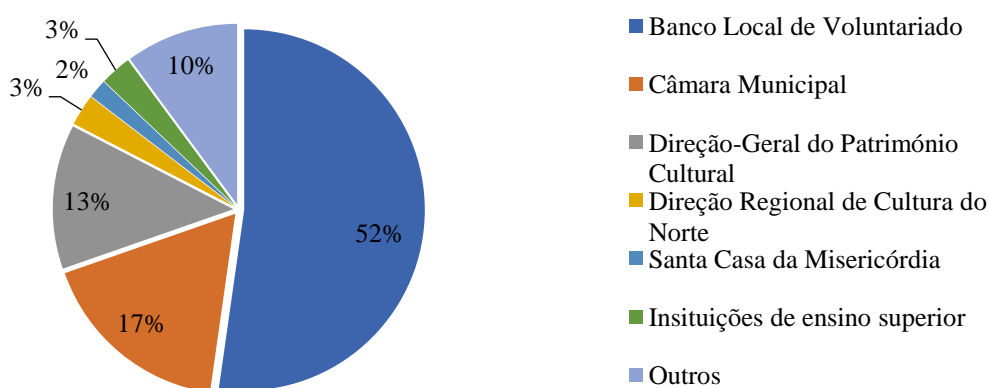


**Figura 3.** Oportunidades de voluntariado no setor cultural por distrito em Portugal Continental (n.º). Fonte: elaboração própria.

Lisboa é o distrito com mais oportunidades de voluntariado no setor cultural, o que vai de encontro à informação anteriormente revelada, referindo que a região com maior número de voluntários (46,7%) é a de Lisboa e Vale do Tejo. De certa forma, um maior número de voluntários exige um maior número de oportunidades e vice-versa. O facto de Lisboa ser o distrito com mais oportunidades pode ser justificado por alguns fatores: 1) A cidade de Lisboa é a capital de Portugal, o que dá um maior enfoque no território; 2) Lisboa é rico em património e locais culturais, contando com mais de 70 museus e mais de 500 imóveis patrimoniais. É de valorizar também a concentração de locais classificados pela UNESCO, como o Mosteiro do Jerónimos e a Torre de Belém (CCDR LVT, 2015: 3) Lisboa é o distrito mais populoso de Portugal, com 2.287.869 habitantes em 2021 (INE, 2023). Os três concelhos com mais licenciados, Lisboa, Sintra e Cascais, fazem parte do distrito de Lisboa (FFMS, 2023). Isto é importante uma vez que, como já foi visto anteriormente, as pessoas com maiores níveis de escolaridade, são quem mais praticaram voluntariado.

Na Figura 3 destacam-se igualmente três distritos com o menor número de oportunidades de voluntariado no setor, sendo estes: Portalegre (0), Bragança (2) e Beja (3). Neste caso, podemos imaginar que os mesmos motivos que tornam o distrito de Lisboa o mais oportuno e até com o maior número de voluntários, são os mesmos que levam à fraca contribuição de Portalegre, e também dos outros dois distritos. Entre espaços culturais, museus e monumentos, o distrito de Portalegre tem apenas 65 locais a visitar (Cardápio, 2023), um grande contraste com os números de Lisboa. No que toca a população, em 2021 Portalegre tinha cerca de 104.923 habitantes (INE, 2023), quase 23 vezes menos que o distrito de Lisboa. Estima-se também que em 2021, cerca de 12.932 pessoas de todo o distrito tinham o grau de licenciatura. Estes dados revelam que o distrito do interior do Alentejo, o sexto maior distrito português com 6.065 km<sup>2</sup> contra os 2.761 km<sup>2</sup> de Lisboa, é uma região pouco habitada e com um número relativamente baixo de licenciados. Apesar de existirem locais e espaços culturais a investigação feita não revela programas de voluntariado no setor. Em primeira instância pode parecer chocante, no entanto, ao ter tudo o que foi dito em conta, acaba por não ser surpreendente pois as pessoas geram oportunidade, e se não há pessoas então as oportunidades acabam por ser escassas.

Outro aspeto interessante a analisar é respetivo às instituições que organizam e promovem os programas de voluntariado disponíveis. Com base na investigação realizada e apresentada no Anexo A, construiu-se a Figura 4.



**Figura 4.** Instituições promotoras de ações de voluntariado em Portugal (por %). Fonte: elaboração própria.

A percentagem de cada um advém da contabilização das instituições responsáveis pelas oportunidades de voluntariado no setor cultural encontradas pelos distritos de Portugal Continental e Regiões Autónomas da Madeira e Açores.

Ao observar a Figura 4 podemos reparar, quase de imediato, em duas coisas: 1) a figura apresenta uma lista heterogénea de instituições; 2) Apesar da sua heterogeneidade, uma grande percentagem (52%) reflete apenas uma instituição, o Banco Local de Voluntariado (BLV).

Começando pelo primeiro ponto mencionado, é possível distinguir sete intervenientes: sendo eles: BLV, Câmara Municipal, Direção-Geral do Património Cultural (DGPC), Direção Regional de Cultura do Norte (DRCN), Santa Casa da Misericórdia, instituições de ensino superior e outros.

Os BLV são estruturas locais, implementadas nos concelhos onde se inserem, cujo objetivo é facilitar a prática do voluntariado divulgando projetos e oportunidades e criar um espaço de encontro entre as pessoas que pretendem ser voluntários e as organizações que promovem ações de voluntariado e reúnem condições para receber estes voluntários. Estas estruturas são, na sua maioria, implementadas pelas Câmaras Municipais, o que permite a adaptação das áreas de intervenção oferecidas às características e necessidades de cada comunidade e região (CASES, 2019). Esta informação pode criar alguma confusão uma vez que o BLV e a Câmara Municipal aparecem como duas instituições distintas. Esta distinção acontece porque apesar do BLV ser instituído pela Câmara Municipal local existem espaços culturais pertinentes para esta investigação, principalmente museus municipais, que não são referidos no BLV e só lendo os

seus regulamentos, aprovados pelo Presidente da Câmara e a Assembleia Municipal, é que se sabe que aceitam voluntários. Isto acontece em Vila Franca de Xira, concelho que para além de ter um BLV com domínios de voluntariado em cultura e defesa do património tem também dois museus municipais, o Museu Municipal de Vila Franca de Xira e o Museu do Neo-realismo, que, segundo os seus regulamentos, recebem “voluntários maiores de idade que mostrem interesse em participar, de forma desinteressada e não remunerada, em atividades superiormente definidas pela Direção, em horário a combinar, e integradas no âmbito de projetos, programas e outras formas de intervenção, sempre desenvolvidas sem fins lucrativos” (CM de Vila Franca de Xira, 2020, p.39). Este exemplo é apenas um de muitos encontrados, resultando na percentagem de programas de voluntariado organizados pela Câmara Municipal que é a segunda mais alta, com 17%.

A terceira percentagem mais alta (13%) corresponde à DGPC. Este órgão da administração central, responsável pela gestão do património cultural em Portugal, tem como missão gerir, salvaguardar, valorizar e restaurar os bens patrimoniais imóveis, móveis e imateriais. Com o objetivo de incentivar a participação individual e coletiva em ações e serviços dos atuais 23 Museus e Monumentos que gere, a DGPC criou um programa de voluntariado onde os interessados se podem inscrever, conforme a sua disponibilidade e áreas de especialização e espaços preferenciais de colaboração (DGPC, 2023). É possível constatar que a maioria dos monumentos e museus sob tutela desta entidade estão concentrados no distrito de Lisboa, o que pode ser justificado pelo número elevado de espaços culturais em Lisboa e pelo facto desta estrutura ser sediada em Lisboa.

Com 10%, o que equivale a 18 programas, encontramos outras instituições. A existência de apenas uma percentagem que representa várias instituições deriva dessas mesmas instituições terem somente um programa de voluntariado e também de serem muito específicas de um determinado local geográfico ou espaço cultural, não sendo conhecidas por um público de fora. Alguns exemplos que se podem encontrar são: Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural de Castelo de Paiva (Aveiro); Fundação Museu Nacional Ferroviário Armando Ginestal Machado (Santarém); GRACE (Lisboa); Fundação Portuguesa das Comunicações (Lisboa); Fundação Eugénio de Almeida (Évora); Associação de Defesa do Património de Mértola (Beja); e a Almargem - Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental do Algarve (Faro). A maior parte destas instituições são Organizações Não Governamentais, ou Organizações Sem Fins Lucrativos, que trabalham de forma independentemente dos governos nacionais (Comissão Europeia, 2017). Assim sendo, estas estão muitas vezes dependentes de apoios solidários, não só no sentido

monetário como também de colaboradores, sendo assim comum ver estas associações com uma equipa composta, na sua maioria, por voluntários.

Com as mesmas percentagens (3%) temos a DRCN e instituições de ensino, ambas com cinco programas de voluntariado. A DRCN é um organismo desconcentrado do Ministério da Cultura, criado através do Decreto-Lei n.º 215/2006 de 27 de outubro (DRCN, 2023), cuja área de atuação estende-se pela região norte. A sua missão não difere muito da DGPC, em conjunto com os serviços e organismos da Presidência do Conselho de Ministro na área da cultura, esta baseia-se na “criação de condições de acesso aos bens culturais, o acompanhamento das atividades e a fiscalização das estruturas de produção artística financiadas pelos serviços e organismos da área da cultura, o acompanhamento das ações relativas à salvaguarda, valorização e divulgação do património cultural imóvel, móvel e imaterial, e o apoio a museus” (Decreto-Lei n.º 114/2012 de 25 de maio). De todos os monumentos e museus sob gestão da DRCN, os cinco que disponibilizam programas de voluntariado são: Mosteiro de Tibães (Braga); Museu D. Diogo de Sousa (Braga); Museu dos Biscainhos (Braga); Paço dos Duques de Bragança (Braga); e Museu de Lamego (Viseu). De forma geral, todos estes espaços expressam que os voluntários irão desenvolver competências profissionais especializadas, ganhar oportunidades de aprendizagem, reforçar competências pessoais e sociais, contactar com agentes culturais e o público, participar em eventos culturais, enquanto agem ativamente para a salvaguarda e valorização do património cultura (Museu de Lamego, 2020).

Em relação às instituições de ensino superior foi possível constatar que a maioria das instituições com programas de voluntariado no setor cultural são instituições de grande expressão como a Universidade do Porto e a Universidade de Lisboa. A Universidade do Porto conta com 11 espaços museológico (Universidade do Porto, 2023), não sendo especificado se algum destes espaços não esteja à disposição para receber voluntários. Já a Universidade de Lisboa propõe um programa de voluntariado no Museu Nacional de História Natural e da Ciência, um seu organismo que oferece múltiplas possibilidades de formação nas mais diversas vertentes de trabalho no Museu, desde as coleções à educação, ao acolhimento ao público às exposições, bibliotecas e arquivos (Museus da Universidade de Lisboa, 2023). Apesar de se ter dado preferência aos programas de voluntariado que estejam abertos e a receber voluntários durante todo o ano, este último da Universidade da Lisboa, em 2023, só aceita candidaturas para o museu em outubro, tendo o programa uma duração de seis meses. Durante o restante ano, o museu continua a receber voluntários, mas exclusivamente para o Jardim Botânico de Lisboa e para o Jardim Botânico Tropical. Outras instituições de ensino superior portuguesas que se entende terem programas de voluntariado

são o Instituto Politécnico de Leiria, o Instituto Politécnico de Tomar e a Universidade do Algarve. Nenhuma destas três especifica os locais onde decorrem as ações de voluntariado, no entanto, compreende-se que Universidade do Algarve tem ações na área da cultura, o Instituto Politécnico de Leiria ações de promoção, divulgação e recuperação do património histórico e cultural, e o Instituto Politécnico de Tomar atividades na área de arquivos, cultura e biblioteca.

Por fim, com a percentagem mais baixa (2%), temos a Santa Casa da Misericórdia. Das centenas de Misericórdias todas são Instituições Particulares de Solidariedade Social, exceto a de Lisboa que pertence ao Estado. Todas estas Misericórdias têm o papel fundamental de auxiliar a comunidade, principalmente os mais necessitados, e contribuir para o desenvolvimento social das pessoas e do território onde se inserem (SCM Covilhã, 2023). As áreas de intervenção podem variar consoante a Misericórdia, no entanto, existem muitas comuns como a ação social; saúde; educação; beneficência; economia social; cultura e património. No que diz respeito a este último ponto, muitas das instituições são responsáveis pelo património local, no entanto nem todas têm programas de voluntariado que apoie esta vertente. Nesta investigação foi possível constatar que das mais de 300 Misericórdias, somente três possuem programas de voluntariado no setor cultural: a da Covilhã (Castelo Branco), de S. Pedro do Sul (Viseu) e de Lisboa (Lisboa). A Misericórdia de Covilhã atesta que o seu voluntariado na área do património cultural relaciona-se com o apoio ao funcionamento do Arquivo Histórico, nos eventos religiosos, como procissões, e ao apoio nas igrejas e outros edifícios da Misericórdia (SCM Covilhã, 2023). Já a Santa Casa da Misericórdia de S. Pedro do Sul indica que o seu voluntariado nesta área se baseia no apoio ao funcionamento da Capela de S. António e apoio na estruturação do futuro Museu e Arquivo Histórico (SCM S. Pedro do Sul, 2023). A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa foi, destas três, a mais vaga relativa ao seu programa de voluntariado. Apesar de afirmar a possibilidade de fazer voluntariado na área cultural, em ações e atividades culturais, nada mais é acrescentado relativamente às especificidades destas.

Anteriormente, no início deste ponto de discussão relativo às oportunidades no setor cultural em Portugal, foi mencionado um inquérito encomendado pela Fundação Gulbenkian que deu alguma noção sobre as práticas culturais dos portugueses, como visitas a monumentos históricos, a museus, a sítios arqueológicos e galerias de arte. Um dado interessante que é revelado neste inquérito é que “61% dos inquiridos apontaram a escola como a instituição que, nesse período [infância e adolescência], mais se empenhou na realização de



visitas a bibliotecas, exposições, museus, monumentos e idas a espetáculos de qualquer tipo” (Pais, Magalhães & Antunes, 2022, p.9).

Esta informação demonstra a importância das instituições de ensino na vida dos indivíduos, uma vez que é graças a elas que os mais jovens aprendem e vão ganhando hábitos culturais, importantes tanto para a sua formação como vida pessoal. Após o fim da escolaridade obrigatória e, conseqüentemente, das visitas de estudo organizadas pelas escolas, cabe às instituições de ensino superior criar uma organização que incentive a continuação da participação dos seus alunos em atividades e eventos culturais que aspire ao enriquecimento da vida e da formação académica. Ou seja, é importante que os jovens ganhem estes hábitos culturais, porque isto aumenta a probabilidade de os indivíduos procurarem interagir com a cultura nos seus tempos livres, mas para isto acontecer também é necessário que as instituições de ensino superior tenham algo a oferecer aos estudantes, seja em forma de voluntariado ou de atividades pontuais.

### **3.2. Voluntariado em museus**

Relativamente a informações ou estudos portugueses sobre o voluntariado em instituições culturais, é possível encontrar alguns dados no estudo “Da Salvaguarda à Valorização: Os Monumentos Nacionais de Portugal e a Abertura ao Público em 2021” (Soares et al., 2023). Numa análise dos recursos humanos nos Monumentos Nacionais, é possível observar que, tanto no ano de 2020 como 2021, o número de total de pessoas ao serviço foi superior que o número de pessoas no quadro (indivíduos que trabalham em permanência no monumento). Apesar do pessoal ao serviço integrar não apenas voluntários, mas também estagiários e bolseiros, é interessante ver que, apesar de não pagos, são quem têm uma maior presença nos monumentos.

Se comparamos a outros países, especialmente europeus, Portugal tem um baixo número de estudos sobre o tema. Por essa razão, neste ponto de discussão, nenhuma informação ou dados são baseados em programas de voluntariado portugueses.

A nível mundial, temos dados impressionantes. No Reino Unido, nove em dez museus envolvem voluntários e estima-se que estes ultrapassem os funcionários pagos de dois para um (CreighTyte e Thomas, 2001, citado por Holmes & Edwards, 2008). No Canadá, o departamento do Património Canadense, estimou que os voluntários correspondiam a 65% dos trabalhadores nos museus. Para além destes dois países, também é comum ver programas de

voluntariado no património e museus em diversos países como o Japão, México, Nova Zelândia, Grécia e Taiwan (Holmes & Edwards, 2008).

Para a autora Katherine Groninger (2011) existem quatro princípios que guiam o voluntariado em museus nos países ocidentais: conhecimento sobre os assuntos, interesse da comunidade, sistema de recompensa e código de ética imposto pela profissão de voluntário nos museus.

Nos museus, os voluntários podem ter uma variedade de funções. Muitas vezes atuam como o principal ponto de contato com os visitantes, tendo papéis de guia, assistente de bilheteira e assistente de sala, podendo também ajudar nas lojas, cafés, ou até no serviço educativo. Porém, existem tarefas igualmente importantes que decorrem “behind-the-scenes” e que não exigem contacto com os visitantes, como documentação, administração, conservação, manutenção e investigação (Holmes, 2003; Holmes & Edwards, 2008).

De acordo com Hooper-Greenhill & Chadwick (1985) existem duas categorias principais de voluntários de museus: os aspirantes a profissionais de museus e indivíduos com muito tempo livre e habilidades/conhecimentos para oferecerem. Os aspirantes a profissionais de museus são aqueles que têm grandes expectativas tanto para o museu quanto para seu próprio potencial. Estes veem o voluntariado como um importante meio de inserção no mercado de trabalho remunerado em museus e uma manifestação de compromisso e experiência. (Holmes, 2005, citado por Păceșilă, 2020). Os aspirantes a profissionais de museus podem realizar atividades voluntárias em diferentes etapas: antes, durante e depois de se formarem na universidade. Já os da segunda categoria são identificados, por Holmes (2002), como seniores.

Mais recentemente, os voluntários têm sido comparados e descritos como visitantes ativos, já que os dois parecem compartilhar algumas características: são altamente educados, têm ocupações profissionais ou clericais e têm um interesse geral pela cultura (Păceșilă, 2020).

Os benefícios que os programas de voluntariado em museus oferecem são muitos, tanto para a instituição como para o voluntário. Diversos estudos (Edwards & Graham, 2006 citado por Păceșilă, 2020; Holmes, 1999; Holmes, 2003; Mattingly, 1984). conseguiram identificar os seguintes benefícios: aprender sobre os visitantes; usar competências pessoais e adquirir novas; fazer uma contribuição significativa para a comunidade; e conhecer pessoas com interesses semelhantes em determinada área de trabalho. As competências que os voluntários podem aprender são bastantes úteis, não só nesta área, como na vida fora do trabalho, especialmente as competências sociais (trabalho de equipa, seriedade, pontualidade, comunicação, capacidade de manter a calma em situações tensas, capacidade de construir relações com os outros) (Păceșilă, 2020).

Já os benefícios para a instituição são outros. Tendo em conta que o trabalho voluntário não é pago, o benefício principal é o financeiro. Porém, para além deste, os museus podem beneficiar de outras maneiras: os voluntários podem reforçar a capacidade dos museus para oferecer novos serviços e projetos inovadores a mais audiências; podem também fornecer uma ligação direta à comunidade (Stamer et al, 2008).

Alguns estudos conseguiram identificar as razões que levam os voluntários a dedicar o seu tempo a este setor: desejo de adquirir experiência e competências; interagir com pessoas que tenham os mesmos interesses (visitantes ou outros voluntários); oportunidade de conhecer novas pessoas e ganhar novas amizades; desejo de partilhar novas ideias e ganhar experiência a trabalhar num museu; facilidade de acesso a material que possa ser de interesse para os voluntários (Păceșilă, 2020).

No que diz respeito à formação de voluntários, alguns pensam não ser necessário pelo facto de serem voluntários e não pessoal profissional remunerado (Groninger, 2011), porém uma formação pode ser uma mais-valia e até mesmo necessária. Nestas formações, que muitas vezes têm de ser realizadas nas próprias instituições e à medida que o voluntário faz as suas tarefas, devem incluir informação sobre a missão, visão, valores da instituição, políticas e procedimentos institucionais, os papéis e responsabilidades dos voluntários, bem como sobre a própria formação (Debo, 2013, citado por Păceșilă, 2020).

De acordo com Hirzy (2007), os museus fornecem geralmente quatro tipos de formação para voluntários: orientação para o museu e programa de voluntariado; formação geral sobre responsabilidades do voluntário, formação especializada para a execução das tarefas; e oportunidades de formação avançada. As formações, ou a falta delas, podem dizer muito sobre o nível de profissionalismo da instituição e o investimento da mesma nos seus voluntários.

O voluntariado em museus pode ter algumas barreiras, e uma delas é a falta de capacidade de formação adequada de voluntários, o que coincide com o que foi dito anteriormente. Para além destas, existem outras: falta de um coordenador de voluntários, falta de tempo de supervisão dos voluntários, diferentes competências necessárias para a gestão de voluntários, questões de saúde e segurança, preocupação com o empenho dos voluntários, falta de espaço e dificuldade em encontrar e recrutar funcionários (Păceșilă, 2020).

Apesar dos benefícios e aspetos positivos, existem igualmente aspetos negativos, sendo que existe um que é debatido muitas vezes. Já foi mencionado que muitos museus e instituições dependem do trabalho voluntário, sendo que frequentemente existem mais voluntários do que funcionários pagos. Isto é visto por alguns como algo negativo, pois quer dizer que as oportunidades de emprego remunerado estão a ser “dispensadas” por trabalhadores que

oferecem o seu tempo e conhecimento de forma gratuita, não só isso como os voluntários parecem assumir tarefas de grande responsabilidade e exigência quando, legalmente, estes não podem substituir os recursos humanos considerados necessários para o funcionamento da instituição, mas sim complementar e ajudar os funcionários pagos (Smithson et al., 2018).

## **CAPÍTULO 4. Casos de estudo**

### **4.1. Rota do Românico**

Um dos casos de estudo a abordar e analisar na presente dissertação é o projeto de voluntariado da Rota do Românico, conhecido como “Cuidadores do Património”. Inicialmente idealizado em 2018, este projeto foi pensado após as responsáveis pela coordenação do Serviço Educativo da Rota do Românico, Paula Monteiro e Emília Machado, terem conhecido e, inevitavelmente, estabelecido relações de proximidade com os cuidadores ao conhecer o território e os seus monumentos, no âmbito do projeto pedagógico da Rota.

Deste contacto com os Cuidadores, foi quase intuitivo para as duas responsáveis encontrar uma forma de guardar as memórias destes voluntários que lhes confienciavam as suas histórias de vida e o porquê daqueles monumentos serem-lhes tão importantes. Com a necessidade de recolher estes testemunhos, as duas técnicas realizaram breves reportagens com estas pessoas, que mais tarde seriam utilizadas como forma de participação nas Jornadas Europeias do Património, cujo tema nesse ano foi Partilhar Memórias. A partilha de histórias destes Cuidadores foi muito bem recebida, especialmente pelas famílias dos voluntários que ficaram orgulhosas ao verem o trabalho voluntário dos seus familiares ser reconhecido. A assinalar as Jornadas Europeias do Património desse ano, a Rota do Românico desenvolveu várias atividades, como exposições, divulgação das reportagens gravadas, visitas guiadas, teatralizações e diversas oficinas temáticas. Em 2018, o objetivo de perceber qual é o papel do Cuidador, como também reconhecer e valorizá-lo e guardar os seus testemunhos foi um sucesso.

Em 2020, no contexto do concurso Histórias do Património Europeu 2020, promovido pelo Conselho da Europa e pela Comissão Europeia, a Rota do Românico decidiu, recorrendo novamente às reportagens gravadas em 2018, pegar em algumas passagens, como lendas que os Cuidadores conheciam e que associavam ao seu monumento, e criar uma história. Este feito acabou por levar a Rota do Românico a ser um dos 11 vencedores do concurso. Foi a partir desse momento que foi proposto à equipa da Rota elaborar o projeto dos Cuidadores do Património, que se iniciaria em abril desse mesmo ano. Num ano impactado severamente pela pandemia do Covid-19, a Rota do Românico sentiu algumas dificuldades uma vez que todas as suas ideias, que envolviam grandes aglomerações através do convívio entre os Cuidadores, as suas famílias e a comunidade, tiveram de ser repensadas. Apesar deste transtorno, a equipa da Rota deu continuidade ao projeto, visto que tinham várias coisas proposta para o projeto.

Uma delas, e que foi alcançada com êxito, foi a instituição do dia 18 de outubro como o Dia Nacional do Cuidador do Património que “pretende homenagear todos aqueles que, de forma dedicada e incondicional, zelam e acarinhos os nossos monumentos, constituindo uma inestimável memória viva do local” (Rota do Românico, 2020). A ideia de reunir os Cuidadores foi concretizada no fim de 2021 e contou com uma exposição fotográfica, da autoria do fotográfico Luís Barbosa que fotografou de uma forma intimista o monumento e o seu cuidador. Esta exposição foi inaugurada no Centro de Interpretação do Românico, mas ao longo do ano 2022 foi apresentada em vários equipamentos culturais distribuídos por sete dos 12 municípios dos vales do Sousa, Douro e Tâmega que integram a Rota do Românico.

Para além do objetivo vital de dignificar a função do Cuidador, este projeto tem também o propósito de contribuir para a continuidade do Cuidador do Património, o que é feito através de encontros intergeracionais, realizados todos os anos e resumem-se na ida de um Cuidador a uma escola para que este fale com algumas turmas sobre a sua função, sobre a sua história, o porquê de ele ser cuidador e a importância do seu monumento. Estes encontros mostram-se bastante positivos, pois ajuda a que os jovens tomem conhecimento do património que têm na localidade onde vivem, o que é um passo importante e primário para que seja despertado neles o interesse e a responsabilidade para cuidar do que, no fundo, é deles também. Destes encontros surgiu também a ideia de uma Bolsa de Cuidadores, que procura cativar os jovens para que no período de férias sejam eles os responsáveis pelos monumentos, que se tornem temporariamente Cuidadores do Património. Nesta ação vê-se esperança que estes jovens no futuro, já numa idade mais avançada, sejam Cuidadores do Património, que ajudem na abertura do monumento ou até na sua apresentação a turistas, que apreciam muito ouvir as histórias dos Cuidadores dos locais que visitam.

Neste momento, o programa dos Cuidadores do Património conta com 44 Cuidadores que se concentram essencialmente em igrejas, mosteiros e capelas, que se categorizam como monumentos fechados. Embora existam exemplos de outros monumentos fechados, com as Torres de Vilar e dos Alcoforados, estes não são religiosos e, portanto, não estão sobre a responsabilidade da paróquia nem exigem a necessidade de um Cuidador, que são sempre pessoas da confiança da comunidade e dos párocos das localidades e não escolhidos pela Rota do Românico. Por norma, os Cuidadores são pessoas que já desempenhavam funções de carácter religioso naquele monumento, eram leitores, membros do coro, sacristães, ainda antes de serem designados para este papel.

São 58 os monumentos de estilo românico no território da Rota, então relembrando que existem somente 44 Cuidadores do Património é evidente que alguns dos monumentos não têm

Cuidador. Dos 58 monumentos, existem monumentos que não têm Cuidadores, ora porque não precisam ora por outro motivo. Três destes são os Memoriais de Ermida (Penafiel), de Sobrado (Castelo de Paiva) e de Alpendorado (Marco de Canaveses), que são monumentos mais pequenos e que se encontram ao ar-livre. Segundo Joaquim Costa, intérprete do património da Rota do Românico, estes arcos memoriais desempenham uma função de memória e utilizavam-se para assinalar a morte de alguém (Dinheiro Vivo, 2021). Uma vez que se encontram ao ar-livre e podem ser visitados livremente, os memoriais não precisam de Cuidador.

Outro caso semelhante são as pontes de estilo românico que também não têm nem precisam de Cuidador, como é o caso da Ponte da Veiga (Lousada), de Vilela (Lousada), de Espinho (Lousada), da Panchorra (Resende), de Esmoriz (Baião), do Arco (Marco de Canaveses) e de Fundo de Rua (Amarante). No caso das três Torres integrantes da Rota, a do Castelo de Aguiar (Paredes) pode ser visitada livremente, logo não exige Cuidador, e as outras duas, a dos Alcoforados (Paredes) e de Vilar (Lousada), também não têm Cuidador, no entanto, caso as pessoas as queiram visitar têm de entrar em contacto com a Rota do Românico ou com o município onde a torre está inserida, só a partir desse contacto é que a Rota promove a abertura do monumento. Para além destes casos excecionais, neste momento o Castelo de Arnóia, em Celorico de Bastos, que está aberto ao público, não tem Cuidador. Todos os outros monumentos, 31 igrejas, 10 mosteiros e 3 capelas, têm Cuidador.

A maioria destes monumentos está sob o cuidado, quase exclusivo, dos Cuidadores, existindo somente dois casos onde é possível encontrar funcionários do equipamento. É o caso, por exemplo, do Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro em Felgueiras onde se encontra dois funcionários. Um deles é o segurança da Direção Regional de Cultura do Norte (DRCN), organismo responsável pelo Mosteiro, e o outro é uma funcionária também da DRCN, que, no entanto, é igualmente a Cuidadora daquele monumento. Outro caso é o da Igreja de Santo André de Vila Boa de Quires em Marco de Canaveses, cujo Cuidador desempenha também funções na paróquia. Sabendo então que existem, pelo menos, 44 monumentos com Cuidador e que apenas dois deles têm tanto funcionários como Cuidadores, embora estes dois papéis sejam desempenhados pela mesma pessoa, é evidente que estes monumentos estão muito dependentes dos seus Cuidadores, que são os zeladores do monumento, sacristãos e não têm nenhuma função oficial para com a paróquia. Embora o grande responsável pelo equipamento patrimonial seja o pároco, o Cuidador, no fundo, é quem promove a abertura do monumento, quem cuida e quem está atento e dá o alerta à Rota do Românico quando há necessidade de alguma obra de conservação e restauro.

Um aspeto único e interessante dos Cuidadores do Património da Rota do Românico tem a ver com as suas motivações para dedicar o seu tempo aos monumentos onde se voluntariam. A grande maioria destes Cuidadores herdou esse legado de familiares ou fizeram uma promessa, então o seu motivo está sempre muito relacionado com a sua vida pessoal e com as suas crenças. É o caso da Cuidadora do Mosteiro do Salvador de Travanca, em Amarante, Rosa Carvalho, que desempenha esta função há mais de 40 anos e que herdou do seu avô. O seu avô era zelador do altar do Mosteiro e guardião da chave, e depois a sua avó foi responsável por alimentar os pedreiros que na altura fizeram obras de restauro no Mosteiro. Logo, Rosa cresceu a acompanhar o seu avô quando este ia arranjar o altar, e quando ele faleceu, Rosa acabou por assumir as suas funções. Outro caso é o da Igreja de Vila Verde, em Felgueiras, em que um casal, o Senhor Abílio e a Dona Deolinda, sempre foram cuidadores da Igreja, mesmo quando esta estava abandonada e sem culto. O casal, sempre paciente, nunca permitiu que se esquecessem daquele local, e quando em 1998 surge a Rota do Românico, a Igreja passa a integrar a Rota e são feitas obras no monumento. O Senhor Abílio acabou por se tornar o Cuidador do Património daquela Igreja, passando os seus dias a apanhar as folhas do chão à volta do monumento e a fazer a sua manutenção. Depois do seu falecimento, foi a sua esposa, Dona Deolinda Pinheiro, que assumiu a função de Cuidador do Património com a ajuda da sua filha Isabel. É, portanto, como foi referido anteriormente, a sua história pessoal e familiar que leva estes Cuidadores a assumir este papel que é encarado por eles como uma enorme responsabilidade, mas também orgulho, dedicando-se a estes monumentos da mesma forma se dedicam a cuidar da sua casa. Como se trata na sua maioria uma herança, é também um respeito pela memória de alguém que lhes foi querido, de certa forma uma homenagem à pessoa que cuidava, mas que partiu. Em outros casos menos comoventes, os Cuidadores já desempenhavam funções de carácter religioso naquele monumento e por serem pessoas de grande confiança do pároco foram convidadas a serem Cuidadores e a ficarem responsáveis pela chave. No entanto, não é por isso que deixam de ter uma menor ligação ao monumento, uma vez que muitas destas pessoas cresceram a frequentar o elemento patrimonial, foi onde se batizaram, fizeram a comunhão, onde casaram e também onde batizaram os filhos.

No que diz respeito às características sociodemográficas destes Cuidadores, com base na lista disponibilizada pela Rota do Românico no seu site e que conta com 41 pessoas, a maior parte já tem mais de 70 anos (16 Cuidadores), mas verifica-se também grande número com mais de 60 (13), havendo alguns com mais de 80 (7) e um com mais de 90 anos. Em menor número, verifica-se também Cuidadores na casa dos 50 anos (3) e um na casa dos 30. Verifica-se que a maior parte dos Cuidadores são mulheres, observando-se que dos 41 Cuidadores



presentes na lista referida anteriormente cerca de 28 são mulheres e 13 homens. Quanto à escolaridade, a maioria tem a antiga quarta classe, acreditando-se que os Cuidadores mais novos tenham o décimo segundo ano. Se comparamos estas informações com os dados recolhidos em 2018 no Inquérito ao Trabalho Voluntário (ITV), realizado pelo INE, já previamente apresentadas e discutidos, constatamos que em relação ao género o resultado é idêntico, o género feminino continua a ser o mais pró-ativo no que concerne as questões de voluntariado. Nas idades, observa-se o oposto. Enquanto os dados de 2018 revelam voluntários sobretudo jovens (15-24 anos), os voluntários da Rota do Românico são pessoas de idades mais avançadas e, por consequente, reformadas, o que também contraria a ideia de que são os desempregados quem mais praticaram voluntariado. Também os dados referentes aos níveis de escolaridade não coincidem com as informações recolhidas sobre os Cuidadores do Património, no entanto, uma vez que sabemos a média de idades destes voluntários e a sua área de residência, e, em alguns casos, a sua naturalidade, é inteligível o porquê disto acontecer, já que os 12 municípios dos vales do Sousa, Douro e Tâmega em que os monumentos e os seus Cuidadores se encontram são locais onde a grande parte da sua população tem apenas o ensino básico (INE, 2021).

Tendo em conta às características sociodemográficas destes Cuidadores, especialmente as suas idades, é possível, quase de imediato, apontar pelo menos um benefício deste programa. Sendo pessoas mais velhas e reformadas, algumas delas viúvas e a viver longe dos filhos e/ou outros familiares, a solidão é uma grande preocupação e a origem de problemas psicológicos. Afastadas de família imediata e outros contactos sociais, estas pessoas podem sentir alguma dificuldade a retomar a uma vida social mais ativa. De forma a combater isto, é importante que estes indivíduos escolham dedicar o seu tempo a tarefas e atividades que lhes traga algum prazer, tranquilidade e alegria. É neste sentido que o programa dos Cuidadores do Património da Rota do Românico oferece a possibilidade destas pessoas se sentirem úteis, criar novas relações sociais e também sentirem orgulho delas próprias ao disponibilizar o seu tempo a um monumento que lhes diz tanto. Já os elementos patrimoniais beneficiam deste programa na medida em que o monumento está a ser cuidado por alguém que se importa, logo, tanto o espaço como as peças valiosas que nele se encontram, vão receber uma atenção especial e redobrada. Por outro lado, uma vez que os Cuidadores disponibilizam o seu tempo para abrir a porta do monumento e receber visitantes, este local vai beneficiar com a possibilidade de receber turistas mais frequentemente, como também estes serão mais bem recebidos, pois os Cuidadores ficam felizes e honrados ao dar a conhecer o seu elemento patrimonial.

Muitos dos monumentos da Rota do Românico têm no seu interior objetos históricos e valiosos, então é necessário que os seus Cuidadores tenham alguns cuidados especiais ao tomar

conta dos elementos patrimoniais. Para que eles possam aprender mais sobre os cuidados a ter, os Cuidadores recebem formação dada pela Rota. Esta formação é muito apreciada, uma vez que estes gostam de saber mais sobre a sua igreja, mosteiro ou capela. Aliás, a maior parte dos Cuidadores, por sua iniciativa, procura informações sobre os monumentos, também elas disponibilizadas pela Rota via publicações. Apesar de não ser uma formação muito rígida, é uma formação importante que abrange temas relacionados aos revestimentos e telhas, também a questões de limpeza de peças mais delicadas e sensíveis. Já foi mencionado que formações, ou a falta delas, podem dizer muito sobre o nível de profissionalismo da instituição, e, realmente, o facto da Rota do Românico oferecer essa formação mostra a importância e a atenção que dá não só aos Cuidadores, mas também aos seus monumentos, importantes e valiosos e fragilizados pelo tempo, que precisam e merecem cuidados especiais.

Com uma população cada vez mais envelhecida e com uma geração mais nova mais desligada à religião, cultura e património, como se pôde ver através dos números revelados através do inquérito da Fundação Gulbenkian, realizado pelo Instituto de Ciências Sociais (ICS) em 2020, existe alguma preocupação com o futuro de todos os monumentos, não só os da Rota do Românico. Para além das fracas práticas culturais, a prática de voluntariado entre os portugueses é igualmente baixa, e, para piorar o cenário, as atividades nas áreas da cultura e o património não são as mais procuradas. No entanto, entre a equipa da Rota, existe a tentativa de dar continuidade a este projeto e combater a falta de Cuidadores no futuro através dos encontros intergeracionais, já mencionados anteriormente. Estes encontros, inseridos no projeto pedagógico do serviço educativo da Rota, pretendem dar a conhecer o património da região aos mais novos para que estes, esperançosamente, partilhem em casa, chegando assim a um maior número de pessoas. O despertar para o património e para aquilo que os rodeia é a grande missão do projeto pedagógico, mas a Rota vai trabalhando também a nível cultural, através de concertos e teatralizações que se dinamizam nos elementos patrimoniais para chamar a comunidade ao monumento, não só aqueles que são crentes. Às vezes esta questão pode ser esquecida, mas é importante lembrar que, segundo o Censos de 2021, de 2011 para 2021, o número de católicos diminuiu 8,1%, passando de 88,3% para 80,2%, e o número de pessoas sem religião aumentou 6,6% (André, 2022). As igrejas e capelas são, de facto, locais de culto, no entanto, não são apenas isso, são também património e cultura e devem pertencer a todos, independentemente da sua religião. Portanto, levar as pessoas a estes espaços através de teatralizações e concertos é uma maneira de mostrar que a Rota não tem só igrejas, tem também outros elementos patrimoniais, e também dar a conhecer e despertar o interesse por aquele monumento. As terras dos vales do Tâmega, Sousa e Douro no Norte de Portugal foram durante muito tempo alvo de

pouca formação e de grandes conhecimentos, então estes projetos, não só o pedagógico e não só da Rota, estão, de certa forma, a construir o caminho. Neste sentido, a Rota do Românico, para além de ser um projeto turístico tem também a função social de ajudar e promover o conhecimento sobre os elementos patrimoniais destas terras, informar as pessoas sobre o que é o património e que valor deve-se atribuir ao património.

Um exemplo que demonstra a atual falta de ligação e noção do que é realmente a cultura e o património vem de algumas reações a um projeto pedagógico da Rota do Românico. Dedicado ao tema Tradições Populares na Rota do Românico, muitas pessoas, principalmente adultos, não compreendiam o porquê de se valorizar uma música. Qualquer música que passe de geração em geração, que marque uma época específica, que expresse o costume de um país, que transmita alguma história, costumes e o passado de um povo, ou até lendas folclóricas pode ser considerado património, mais concretamente, património cultural imaterial. Na Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, realizada em Paris, em 17 de outubro de 2003, definiu-se Património Cultural Imaterial da seguinte forma:

Entende-se por “património cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e aptidões — bem como os instrumentos, objectos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados — que as comunidades, os grupos e, sendo o caso, os indivíduos reconheçam como fazendo parte integrante do seu património cultural. Esse património cultural imaterial, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio, da sua interação com a natureza e da sua história, inculcando-lhes um sentimento de identidade e de continuidade, contribuindo, desse modo, para a promoção do respeito pela diversidade cultural e pela criatividade humana. (UNESCO, 2003)

É esta falta de conhecimento que a Rota do Românico luta para mudar, luta para dar a conhecer e ensinar a valorizar as pequenas coisas do património que devem ser transmitidas e passadas de geração a geração, especialmente de uma região de Portugal tão rica na sua história como é o Norte. O dar a conhecer é primeiro passo, porque a partir desse momento as pessoas tornam-se responsáveis pelos elementos patrimoniais.

Apesar do Cuidador desempenhar uma função de grande responsabilidade, não existe qualquer controle sobre os seus afazeres. A única razão que leva a Rota do Românico a contactar estes Cuidadores está relacionada com a sua disponibilidade para abrir o monumento, de forma a perceber se podem ou não abrir o elemento patrimonial em determinado dia e hora. Embora muitos estejam reformados e a resposta seja quase sempre positiva, há circunstâncias pessoais

que podem dificultar esta abertura, como consultas médicas, que, normalmente, é o único impedimento. Em certos casos, a Rota também poderá entrar em contacto com os párocos que se preocupam mais, de modo que estes fiquem a par de quem vai visitar a Igreja.

De forma geral, o *feedback* que os Cuidadores recebem dos visitantes é bastante positivo. Os turistas, que são recebidos de uma forma muito caseira e hospitaleira, são acolhidos como se tivessem na casa dos próprios voluntários e surpreendem-se com essa receção tão calorosa. Existe uma grande partilha: quem visita o monumento chega e é recebido por uma pessoa bem-disposta e feliz por o ver; por outro lado, o Cuidador olha para aquele momento como um tempo bem passado. Como já foi dito, este projeto é, realmente, uma forma de lutar a solidão e o isolamento que alguns destes Cuidadores possam sentir. É com a companhia dos visitantes que eles se sentem bem e alegres, especialmente, com a presença das crianças.

O projeto pedagógico da Rota do Românico, no seu decurso tem duas partes: a primeira mais teórica, em que a equipa da Rota desloca-se até à escola e fala com as crianças, e a segunda, em que essas crianças visitam os monumentos da sua localidade. É durante este segundo momento que o Cuidador está presente, apresenta-se, fala da sua experiência e que se nota uma grande alegria neles, que olham para aquelas crianças e veem nelas descendentes dos seus vizinhos e conhecidos. Existe, portanto, um maior intercâmbio e interação quando são crianças, os Cuidadores sentem-se muito bem em falar com elas, a explicar o que estão a ver e, por vezes, ajudam na visita partilhando o seu conhecimento. Apesar de terem muitas visitas durante o ano e dos intérpretes da Rota irem lá frequentemente, nota-se que quando o projeto pedagógico termina, os Cuidadores sentem pena e falta desse convívio.

O projeto dos Cuidadores do Património, embora inserido na Rota do Românico, um projeto turístico bastante conhecido, é ainda desconhecido por muitas pessoas. Tendo um peso tão grande na proteção e cuidado dos elementos patrimoniais, como também do próprio bem-estar do Cuidadores, é importante que este projeto seja dado a conhecer, até porque pode ser uma inspiração que leve outros a aplicá-lo a nível nacional ou até que passasse além de fronteiras. Na altura em que o projeto dos Cuidadores venceu a candidatura no concurso Histórias do Património Europeu 2020 foi bastante divulgado pelas redes sociais, pelos jornais, pelos media e acabou por ganhar alguma visibilidade a nível nacional e europeu. No entanto, a Rota dá continuidade a esta divulgação promovendo o projeto de variadas formas, como criar uma secção dedicada exclusivamente ao projeto dos Cuidadores do Património, dando a conhecer os Cuidadores e a sua história e que monumento está sob o seu cuidado, ir a escolas e bibliotecas, dinamizar atividades e, também, celebrar o Dia Nacional do Cuidador.

Como já foi mencionado, o projeto dos Cuidadores do Património já ganhou alguns prémios, tendo sido o prémio internacional Transromanica uma das mais recentes distinções, em 21 de maio de 2022. Estas conquistas não atraem novos participantes uma vez que, como já vimos, esta participação está sempre associada à ligação pessoal e histórica que a pessoa tem ao monumento, como também a confiança que o pároco deposita no Cuidador, contudo os prémios atraem sempre mais visitantes, sobretudo de fora do território. Estes visitantes, que vêm já a saber que este programa existe e no que consiste, mostram-se muito interessados em conhecer o Cuidador e até lhes fazem questões diretamente. A maioria das visitas são acompanhadas, mas, por vezes, há grupos que decidem visitar sozinhos ou que vêm com os seus próprios guias e por terem conhecimento do projeto não têm receio de fazer perguntas, o que valoriza e dá mais importância ao Cuidador, porque ele próprio consegue falar das características e chamar atenção para determinadas esculturas ou detalhes que existem e para o seu significado.

Concluimos então que o Programa dos Cuidadores do Património da Rota do Românico é um bocadinho diferente dos programas de voluntariado que conhecemos e encontramos. Começando pela forma como arranjam voluntários, o programa da Rota deve ser único ou uma rara exceção à regra, pois não existe um formulário de inscrição, a captação destes voluntários tem a ver, exclusivamente, com herança, memória e confiança. Na verdade, esta forma de voluntariado é bastante comum, no entanto, não costuma ser um voluntariado oficializado, ou seja, normalmente apresenta-se como um voluntariado informal, o que acaba por não valorizar e reconhecer o empenho e o trabalho do voluntário, e é aí que o projeto dos Cuidadores do Património difere. Já foi mencionado que saber a motivação dos voluntários é relevante para as instituições para que estas possam criar um plano e adaptar as suas ações para incitar à prática do voluntariado, mas isto não parece propriamente um risco no caso do projeto da Rota, especialmente agora que, para além de fazerem algo que gostam e que lhes dá prazer, são também altamente reconhecidos, ora com premiações ou com a oficialização e celebração do Dia Nacional do Cuidador.

Sobre as características sociodemográficas dos Cuidadores, embora previsíveis devido à localização geográfica dos monumentos da Rota do Românico, estas divergem ligeiramente dos dados recolhidos em 2018 no ITV, principalmente no que diz respeito às idades e à escolaridade dos voluntários. Será, portanto, interessante comparar estas informações com os dados recolhidos nas entrevistas a outros locais com programas de voluntariado na mesma área de ação, de forma a perceber se são comuns e se poderá ser uma particularidade da área da cultura

e património ou se terá a ver com a localização geográfica do programa da Rota e as suas especificidades.

Um aspeto interessante e que deve ser exclusivo do programa dos Cuidadores do Património recai sobre o facto de quase todos os elementos patrimoniais da Rota serem dependentes do seu Cuidador, não havendo uma equipa de funcionários contratados e pagos para cuidar dos monumentos. Isto é um tópico controverso, muitos discutem que haver mais voluntários do que funcionários pagos é algo negativo, que os voluntários não devem assumir tarefas de grande responsabilidade, uma vez que não devem substituir os recursos humanos considerados necessários para o funcionamento da instituição, mas sim complementar e ajudar os funcionários pagos (Smithson et al., 2018). No entanto, penso que isto não deva ser aplicado de forma generalizada, sendo necessário recorrer a uma análise de caso para caso. No caso dos monumentos da Rota, é preciso ter em consideração que são locais com centenas de anos, muito particulares da zona em que estão inseridos, o que significa que não são muitos conhecidos nem têm um número abundante e recorrente de visitantes, para além de que são na sua maioria locais pequenos e dedicados ao culto, não havendo qualquer necessidade de existir uma equipa de funcionários permanentes. Tendo isto em consideração, a importância do Cuidador deve ser reconhecida e o seu papel valorizado, sem a sua dedicação muitos destes espaços estariam sem cuidados frequentes e, dificilmente, seria dado a conhecer aos turistas da Rota, que tanto querem visitar o monumento como conhecer o seu Cuidador. É também graças aos Cuidadores, que fazem o que fazem por vontade e gosto, que as visitas aos elementos patrimoniais são marcantes para o visitante, tal como já foi discutido anteriormente.

## 4.2. Direção-Geral do Património Cultural

Um outro caso de estudo que é pertinente analisar é o projeto de voluntariado da DGPC.

A DGPC é um serviço central da administração direta do Estado com autonomia administrativa e financeira, responsável pela gestão do património cultural em Portugal Continental. A sua criação foi aprovada no Decreto-lei 115/2012, de 25 de maio<sup>7</sup>, e resulta da fusão entre o Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico (IGESPAR), o Instituto dos Museus e da Conservação (IMC) e da Direção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo, herdando assim atribuições na área do património cultural arquitetónico e arqueológico, dos museus, da conservação e restauro e do património cultural imaterial (Decreto-Lei n.º 115/2012, de 25 de maio). Esta entidade que é composta por uma grande equipa, atuando em muitos domínios técnicos e científicos, é estruturada funcionalmente em serviços centrais, sediados em Lisboa, especificamente no Palácio Nacional da Ajuda, e em 26 monumentos, museus e palácios distribuídos por todo o território nacional, incluindo cinco monumentos inscritos na lista do património mundial da UNESCO, 15 museus nacionais e dois palácios nacionais (DGPC, 2023)

De acordo com o Decreto-lei 115/2012, de 25 de maio, Artigo 2.º, a DGPC tem por missão “assegurar a gestão, salvaguarda, valorização, conservação e restauro dos bens que integrem o património cultural imóvel, móvel e imaterial do País, bem como desenvolver e executar a política museológica nacional”. Os esforços da DGPC passam pela: 1) definição de linhas de orientação e planos estratégicos para o património cultural, cumprindo uma função normativa, regulamentadora e fiscalizadora; 2) proteção do património, supervisionando sempre as metodologias e procedimentos de intervenção no património cultural e avaliando o seu impacto ambiental, podendo suspender obras caso estas violem normas ou condições estabelecidas, autorizam a realização de trabalhos arqueológicos, acompanhando e fiscalizando a sua execução, acompanham a circulação de bens culturais móveis, de forma a evitar tráfico ilícito de bens culturais, como também promovem a salvaguarda do património imaterial, através do apoio a programas de proteção das expressões orais de transmissão cultural e das técnicas e saberes tradicionais, e da promoção do registo gráfico, sonoro e audiovisual do património sem suporte material; 3) classificação do património, seja este imóvel, imaterial ou imaterial, tendo em consideração propostas internas ou apresentadas por outras entidades, nomeadamente pelos municípios; 4) conservação, recuperação e valorização do património, começando por

---

<sup>7</sup> Decreto-lei 115/2012, de 25 de maio. *Diário da República* n.º 102/2012, Série I de 2012-05-25. Aprova a orgânica da Direção-Geral do Património Cultural.

averiguar previamente as necessidades e o estado de conservação dos bens patrimoniais, para que seja estabelecido os planos e projetos de intervenção; 5) gestão de museus e monumentos, através das equipas destes equipamentos que asseguram as programações culturais, a gestão das coleções, a sua conservação e divulgação, a manutenção de bens e equipamentos, o acompanhamento das intervenções de recuperação e valorização, a segurança e a acessibilidade, a captação de públicos, os serviços educativos, a comunicação e a captação de mecenato, em articulação com os serviços técnicos centrais; 6) investigação, promovendo estudos técnico-científicos através de parcerias com Universidades, Centros de Investigação e outras entidades, com a intenção de conhecer a realidade patrimonial, definir medidas preventivas e estabelecer critérios e metodologias de intervenção modernas que garantam a sua salvaguarda e conservação; 7) inventariação do Património, atualizando Sistemas de Informação nos domínios do património material e imaterial e disponibilizando online um conjunto de Inventários e Itinerários temáticos, obtidos através de trabalhos de Inventariação desenvolvidos pela DGPC e pelas instituições que a precederam; 7) comunicação, ao elaborar uma estratégia de comunicação com o propósito de sensibilizar e informar o público sobre as suas atividades, a importância do património cultural na sociedade contemporânea e a programação dos museus, monumentos e palácios; 8) apoio a outras entidades, disponibilizando serviços de consultoria e assistência técnica a projetos desenvolvidos por outras entidades, sejam estas públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, no âmbito de intervenções de levantamento, conservação, recuperação e valorização de bens culturais móveis e imóveis; 9) gestão de bibliotecas e arquivos, concedendo acesso online aos seus catálogos (DGPC, 2023).

No que diz respeito ao seu programa de voluntariado, a DGPC afirma que a participação da sociedade civil em atividades e serviços relacionados ao estudo, preservação, valorização e divulgação de museus e monumentos, dos seus espaços e coleções, é bastante importante e benéfico, tanto para o voluntário como para o espaço de acolhimento. Através deste programa, a DGPC tenciona encorajar a participação individual e coletiva, para que estes beneficiem de formação cultural e de desenvolvimento de competências, ao mesmo tempo que integram projetos institucionais de referência (DGPC, 2023).

Na Carta de Voluntário<sup>8</sup>, criada em 2019, identificam-se as vantagens para os participantes deste programa tais como colaborar em ações de salvaguarda do património que constituem a herança cultural nacional, adquirir competências profissionais especializadas, participar em oportunidades únicas de aprendizagem, desenvolver competências comunicacionais, contactar

---

<sup>8</sup> Disponível em <https://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/voluntariado/cartadevoluntario.pdf>



diretamente com agentes culturais e participar em eventos culturais e sociais. Também nessa Carta, é apresentado um conjunto de benefícios mais específicos a que o voluntário terá acesso durante o tempo em estiver a concretizar o voluntariado, de acordo com o Regulamento Interno do Serviço:

- “a) contato direto e permanente com uma grande diversidade de públicos;
- b) contato com artistas, comissários de exposições nacionais e estrangeiros e outros agentes culturais;
- c) aquisição de conhecimentos mais aprofundados sobre os conteúdos científicos de cada espaço patrimonial;
- d) participação em conferências e debates realizados no âmbito das exposições organizadas pela DGPC;
- e) acesso às Bibliotecas e Centros de Documentação da DGPC para consulta de catálogos e bibliografia especializada;
- f) convites para inaugurações de exposições e outras atividades e iniciativas desenvolvidas pela DGPC, sempre que possível;
- g) possibilidade de se constituírem em grupo e de participarem nas visitas guiadas e outras atividades programadas pela DGPC, sempre que possível;
- h) emissão de um certificado comprovativo das funções desempenhadas enquanto voluntário;
- i) acessos gratuitos às exposições organizadas pela DGPC, bem como aos respetivos eventos temporários, sempre que possível e quando não haja condicionantes das entidades promotoras ou parceiras, para o voluntário e um acompanhante, mediante a apresentação do cartão de voluntário atualizado e validado;
- j) apólice de seguro para acidentes de trabalho, nos termos da legislação em vigor;
- k) oferta de 10 % de desconto nos produtos da DGPC à venda nas respetivas lojas, salvaguardando-se situações específicas de venda, de acordo com as orientações da Divisão Comercial da DGPC” (Carta de voluntário, 2019).

Apesar deste programa de voluntariado existir há algumas décadas, no seu início era mais restrito, envolvendo pouquíssimos museus. Mais tarde é que se criou uma estrutura que gere todos estes equipamentos, facilitando a sua coordenação.

Para quem esteja interessado neste programa de voluntariado, que está aberto o ano inteiro, basta aceder ao site da DGPC e preencher a ficha de inscrição. Feita a inscrição cabe ao equipamento selecionado fazer a seleção, a entrevista, e tomar uma decisão final, dado que, apesar destes monumentos, museus e palácios estarem sob tutela da DGPC e de um único

programa de voluntariado, são autónomos. Depois da seleção, procede-se à assinatura de um Acordo de Colaboração entre a DGPC e o voluntário, cujos objetivos assentam no

“reforço da capacidade de acolhimento ao público, contribuindo assim para uma melhoria da prestação dos diversos serviços; integração numa experiência para outras instituições culturais e um exemplo de boas práticas em benefício da sociedade civil e da cultura; e valorização do contributo individual de cada voluntário, colocando formações específicas e percursos profissionais diversos ao serviço do desenvolvimento e da melhoria das instituições e da sociedade” (Carta de voluntário, 2019).

Quem se inscreve neste programa de voluntariado tem a possibilidade de se propor a uma área específica ou deixar em aberto. Normalmente, quem deixa em aberto vê a sua participação como um desafio e acaba por descobrir valências ou aptidões que nunca tinha percebido que tinha; às vezes é uma descoberta e outras vezes é procurar um o que gostavam de ter seguido e nunca o fizeram e desbravar esse percurso. Os voluntários recebem sempre uma formação dada pelo equipamento, de forma a conhecerem o espaço, conceitos essenciais, procedimentos internos da organização, normas operativas e o exercício da atividade, de acordo com a área de colaboração (Carta de voluntário, 2019). Existem aspetos comuns que todos os voluntários aprendem, independentemente do espaço em que este esteja colocado, e outros mais específicos do equipamento, pois todos eles são muito diversos.

Neste momento, quase todos os equipamentos têm uma equipa de voluntários ativa, podendo haver um ou outro que temporariamente não tenha. Normalmente, os equipamentos que não têm voluntários estão localizados fora de Lisboa, já que na capital há uma grande procura, havendo espaços que, de forma temporária, não aceitem voluntários por falta de capacidade de os acompanhar. Tanto Coimbra como Porto têm igualmente muitos inscritos, o que pode acontecer por serem grandes cidades e terem um polo universitário muito forte, mas é realmente em Lisboa que se encontra o maior número de voluntários e de equipamentos. Entre os equipamentos tutelados pela DGPC, é o Museu de Arte Antiga que tem o maior número de voluntários, até porque foi um dos pioneiros neste tipo de colaboração, e o Convento de Cristo com o menor, tendo atualmente zero voluntários.

A respeito das características sociodemográficas, cerca 60% dos voluntários têm mais de 60 anos, 70% com um curso superior, 63% do género feminino e 64% são aposentados. No entanto, mais recentemente, tem-se verificado uma lenta e leve alteração destes dados, notando-se um crescente de jovens a aderir ao programa, sendo interessante partilhar que o voluntário mais novo do programa da DGPC tem só 12 anos (Palácio Nacional de Mafra) e o mais velho

90 anos (Museu dos Coches). Estes dados, principalmente os relativos à escolaridade dos voluntários, podem ser consequência do programa ser, maioritariamente, focado geograficamente em Lisboa, onde, segundo os Censos de 2021<sup>9</sup>, se encontra a maior percentagem pessoas com ensino superior, tanto a nível regional (NUT II) com 28,67%, como de concelho com 43,97% (INE, 2021). O facto de os voluntários serem pessoas reformadas e com alguma idade tem a ver com a necessidade de se manterem ativos, e acaba por tocar numa questão social. Existe um problema na sociedade que é o pós-reforma e o que as pessoas fazem nessa altura, é cada vez mais importantes estes indivíduos manterem a sua atividade e a prática de voluntariado é uma maneira deles se sentirem úteis, de se sentirem que contribuem e fazem parte da sociedade, de algo que está a ser construído e imortalizado. O voluntariado, então, acaba por ser um contributo para a sociedade e para o próprio voluntário, é um enriquecimento.

Apesar dos benefícios é preciso que o voluntário saiba que ao acordar fazer voluntariado no programa da DGP compromete-se a fazer nove coisas:

- “1) trabalhar em equipa, sob a coordenação do Diretor ou de um Técnico responsável por este processo, que deverá acompanhar e avaliar o funcionamento do programa de voluntariado;
- 2) informar uma disponibilidade mínima de colaboração, a acordar com o serviço no decurso do processo de seleção;
- 3) ser pontual, assíduo e responsável para com o serviço, sempre na base do acordado entre as Partes;
- 4) usar obrigatoriamente o cartão de identificação do serviço de voluntariado, devidamente assinado e validado pela entidade responsável;
- 5) escrever um relatório quando se registar alguma ocorrência anormal ao regular funcionamento da sua atividade e entregar à pessoa responsável pelo serviço de voluntariado;
- 6) ajudar no que for preciso, quando solicitado pelos responsáveis dos diversos serviços;
- 7) responder a pedidos de esclarecimento sobre o funcionamento do espaço e as suas respetivas atividades, (sobretudo horários, programação, exposições temporárias), quando lhe seja solicitado;
- 8) zelar pela preservação e segurança das peças em exposição, chamando a atenção dos visitantes, sempre que necessário;
- 9) zelar pela limpeza e manutenção do espaço em que prestar voluntariado” (Carta de Voluntário, 2019).

Foi anteriormente mencionado que quem se inscreve neste programa tem a possibilidade de se propor a uma área específica ou a área ser escolhida consoante a necessidade do espaço.

---

<sup>9</sup> População residente com 15 e mais anos segundo os Censos: total e por nível de escolaridade completo mais elevado (%).

Segundo a coordenadora do programa de voluntariado da DGPC, um dos fatores que leva os voluntários escolherem este programa na área da cultura é a questão da diversidade de áreas de ação, possibilitando o voluntário de escolher a que pretende, não exigindo assim que fique “presos” a uma área muito clara e única, e oferecendo experiências únicas que não existem em mais lado nenhum. Para perceber melhor isto, a razão pela qual existem tantas pessoas a fazer voluntariado com a DGPC, está também relacionado com a disponibilização de múltiplas áreas disponíveis para agir: acolhimento ao público; digitalização de coleções; inventário e investigação documental; serviços educativos; assistente de atividades; design e comunicação; apoio à conservação preventiva; apoio à manutenção de espaços e equipamentos; e apoio a bibliotecas e arquivos documentais da DGPC (Carta de Voluntário, 2019). É preciso chamar atenção que as áreas acabadas de mencionar são apenas algumas possíveis de encontrar, não representando a totalidade que existe, uma vez que há áreas muito específicas de alguns espaços. Por exemplo, o Palácio Nacional de Mafra oferece a possibilidade de fazer voluntariado na vertente de animação dos espaços, enquanto a Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves não disponibiliza essa área, dispondo, no entanto, outras que o Palácio de Mafra não possui, como o apoio na assistência a exposições e na conservação preventiva. No caso da área de animação dos espaços, isto acontece porque o monumento de Mafra apresenta uma interessante visita animada, em que os voluntários fazem figuração e transportam os visitantes a outras épocas, especialmente ao século XVIII, enquanto a Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves não oferece este tipo de visitas. Já as áreas de assistência a exposições e conservação preventiva, embora sejam áreas que, à partida, são necessárias em todos os elementos patrimoniais, são áreas que, provavelmente, o Palácio Nacional de Mafra não necessita de voluntários, ou até, no caso da área de conservação, seja um trabalho tão delicado e de grande responsabilidade que não recorre a voluntários. Uma das áreas mais procuradas é a área de acolhimento, o que evidencia a vontade que alguns dos voluntários têm de se inserirem na sociedade, mas também poderá ter a ver com a sua importância, porque um bom atendimento é tudo para qualquer local, e também a forte necessidade dos espaços.

No que concerne ao tempo médio que os voluntários permanecem no programa, este varia entre poucos meses (dois ou três) e vários anos. Há pessoas que quando se inscrevem não têm data de saída em mente, ficando lá até a experiência ser prazerosa ou até deixarem de ter disponibilidade, mas há outras que sabem *a priori* que só têm disponibilidade durante um período limitado. Normalmente, isto acontece com os jovens que pretendem ter esta experiência durante um tempo, mas que depois não têm mais disponibilidade para conciliar os estudos ou o primeiro emprego com o voluntariado, e também estrangeiros que vêm para Portugal e querem

desenvolver uma ação de voluntariado durante esse tempo limitado. Para alguns, pode ser surpreendente que cidadãos estrangeiros, que vêm passar uns tempos a Portugal, estejam dispostos a fazer voluntariado durante esse período, e até mesmo na área da cultura e património, no entanto, esta mentalidade pouca amiga do voluntariado é muito comum entre os portugueses, mas não se verifica em muitos outros países. Se retomarmos à Figura 2, que mostra em números percentuais a prática de voluntariado nos Estados-Membro da União Europeia em 2011, países europeus têm uma percentagem relativamente alta, isto é evidente. Fora da Europa, os números também são bem mais auspiciosos do que em Portugal. Segundo a investigação de 2021 do Centro para Estudos da Sociedade Cívica da Universidade Johns Hopkins, cujo pergunta de pesquisa foi “Já ofereceu o seu tempo a alguma organização?”<sup>10</sup>, a percentagem de voluntários dos Estados Unidos da América é 41,9%, Nova Zelândia 41,53%, Canadá 38,6%, contra o número português determinado durante a mesma investigação, 11,91% (Volunteer FDIP, 2023), que por si só é ligeiramente superior que os números divulgados por investigações e inquéritos europeus e portugueses em anos anteriores, como o Eurobarómetro e o INE. Isto mostra que, como já se tinha chegado à conclusão, Portugal é um país cuja cultura não está voltada para o voluntariado e que ainda está aquém de muitos outros países que reconhecem a sua importância e benefícios, e que de forma altruísta dedicam o seu tempo.

O *feedback* que a DGPC recebe dos seus voluntários é muito positivo e enriquecedor, esta experiência é um verdadeiro dar e receber. A cultura e os equipamentos patrimoniais dão muito, mas os voluntários também trazem muito, uma vez que proporcionam novas experiências, têm o seu espírito crítico mais aberto e uma nova e diferente visão das coisas. Segundo a coordenadora do programa da DGPC, os voluntários trazem, sem dúvida, uma grande mais-valia aos equipamentos. Portanto, beneficiando tanto os voluntários como os equipamentos, este programa possibilita uma troca de experiências e de mais-valias, pois a cultura é onde tudo começa, e estes locais são espaços únicos onde as pessoas podem adquirir conhecimentos, podem beber de tudo, e também onde o voluntário marca uma clara ligação muito importante entre o património e a sociedade civil.

É cada vez mais vital que o património trabalhe em colaboração e em prol da sociedade, não basta disponibilizar nem dar conhecer, é necessário criar uma relação bilateral. O património tem de beber da sociedade e perceber o que esta quer, não é dar por dar. Há muitos anos atrás, o património era considerado algo estático, praticamente intocável, e, até certo ponto, é verdade no sentido em que são bens imóveis, de grande importância para a civilização,

---

<sup>10</sup> Pergunta original, sem tradução: “Have you volunteered your time to an organization?”

de alto interesse histórico, e valor económico, no entanto é essencial que a população possa ter a possibilidade de o usufruir e conhecê-lo, porque só conhecendo é que se ganha a consciência da necessidade de preservá-lo, conservá-lo e respeitá-lo. Atualmente, já se começa a verificar uma evolução deste cenário, sendo possível encontrar diversas atividades e eventos em equipamentos, patrimoniais, desenvolvidos e divulgados pelos mesmos. É o caso do Museu Nacional do Teatro e da Dança, tutelado pela DGPC, que, segundo as suas redes sociais, no passado dia 4 de junho de 2023, recebeu a Orquestra Jovem Municipal Geração de Lisboa, que deu um concerto no exterior do Museu e cuja entrada foi livre. Também do Teatro Romano do Museu de Lisboa, que deverá receber, entre 5 de julho de 2023 a 29 de julho de 2023, a peça de teatro *A Comédia dos Burros*, numa adaptação do texto de Plauto pelo encenador Joaquim Horta (Museu de Lisboa, 2023). Como do Palácio Nacional de Queluz que em abril de 2023 recebeu nos seus jardins três workshops de pintura a aguarela, cujo objetivo seria encorajar a contemplação dos espaços, ao mesmo tempo que incentiva a expressão artística através da pintura (Morais, 2023). No fundo, esta colaboração dos espaços com a sociedade civil, nomeadamente através da disponibilização dos locais para a concretização de variados tipos de eventos, é essencial para mostrar que o património não é estático e não têm um único propósito, e que só pelo meio de partilha e colaboração, ao abrir à sociedade, é que se consegue transmitir a cultura.

No *site* da DGPC, na secção dedicada ao programa de voluntariado, é possível encontrar enumerados quatro objetivos deste programa:

- “1) aumentar o número de voluntários;
- 2) promover o envolvimento da sociedade civil na causa do património;
- 3) aproximação dos espaços museológicos e patrimoniais às comunidades onde estão inseridos;
- 4) Valorizar o contributo individual de cada voluntário, desenvolvendo ações de formação e proporcionando percursos profissionais enriquecedores ao serviço do desenvolvimento e da melhoria das instituições e da sociedade” (DGPC, 2023).

No entanto, na prática, o primeiro objetivo indicado não é sensato, na medida em que, apesar de ser um desejo partilhado pela equipa, simplesmente não é possível trabalhar com afinamento nele. Como já foi referido anteriormente, alguns espaços patrimoniais da DGPC não se encontram atualmente a aceitar voluntários por falta de capacidade, como acontece com o Mosteiro dos Jerónimos, Museu Nacional de Arqueologia, Museu Nacional de Arte Antiga, Museu Nacional Soares dos Reis e Palácio Nacional da Ajuda (DGPC, 2023), portanto, este objetivo está muito condicionado por esta questão. Existem, porém, espaços que realmente

precisam de ser encaminhados nesse sentido, de divulgar e angariar mais voluntários, mas outros não, por isso é preciso ter algum cuidado ao fazê-lo de forma a evitar negar os voluntários que se inscrevam. Isto também poderá estar relacionado com um crescimento de número de voluntários e inscrições que a DGPC tem notado, embora lento. Esta falta de capacidade alegada pela entidade, tem a ver com o número de funcionários dos equipamentos patrimoniais que não podem, nunca, ser ultrapassados pelo número de voluntários, uma vez que o voluntariado é um apoio e uma ajuda, não uma substituição. Segundo a coordenadora do programa de voluntariado, no panorama de 2023, existem cerca de 200 voluntários e mais de 1000 funcionários da DGPC, e este número, embora pareça alto, não é o suficiente para acompanhar todas as pessoas que mostram vontade de se voluntariar, pelo menos em determinados espaços. É exatamente esta questão, de ter condições para acolher mais voluntários e dar um acompanhamento mais próximo aos atuais voluntários, que tem um lugar de destaque de aspetos a melhorar do programa de voluntariado da DGPC. Os voluntários são elementos fundamentais dos equipamentos da DGPC, e, de acordo com a coordenadora do programa, a entidade pode pecar por essa falta de tempo para os acompanhar.

Apesar de não ser possível comparar todos os programas de voluntariado das áreas da cultura e património que existem em Portugal, é evidente que o presente programa deve ser um dos mais populares e com maior taxa de participação. Para além de ser promovido por uma entidade pública, é distribuído por diferentes pontos do país, o que por si só ajuda a chegar a um maior número de pessoas interessadas. Se tivermos em consideração o programa dos Cuidadores do Património, da Rota do Românico, percebemos as grandes dimensões do programa da DGPC. Enquanto o programa da Rota pode ser considerado um programa local, pois é muito restrito a uma área geográfica específica, o programa da DGPC, que apesar de ter um grande foco em Lisboa, tem alguns equipamentos patrimoniais espalhados por Portugal, em Santarém, Leiria, Coimbra, Évora, Viseu e Porto.

Apesar da distribuição geográfica, a Rota do Românico tem um maior número de equipamentos patrimoniais que a DGPC, no entanto, esses equipamentos são muito locais, sendo quase incomparável a popularidade dos monumentos de cada entidade. A influência e as proporções destes locais sob tutela da DGPC são, por si só, razão da popularidade e do número de voluntários do programa, lembrando que, em 2023, o programa da DGPC conta com mais de 200 participantes, contra os 44 Cuidadores do Património da Rota do Românico. Outro motivo que pode justificar estes números tão dissemelhantes é a própria maneira de como alguém se pode voluntariar. Como já foi mencionado, o Projeto dos Cuidadores é muito único nesse sentido, já que os participantes são cativados pela sua história e relação com o elemento

patrimonial, mas o programa da DGPC já se apresenta de uma maneira mais tradicional, disponibilizando um formulário de inscrição que se preenche online, que é a única maneira de alguém se voluntariar. As motivações para a participação dos voluntários também são bastante distintas entre estes dois programas, na Rota do Românico tem muito a ver com própria ligação do Cuidador com o monumento, mas na DGPC está mais associado a questões sociais, mais especificamente, à questão da solidão e isolamento social entre a população inativa, e também a diversidade de atividades disponíveis a desempenhar nos equipamentos, que abrangem uma variedade de áreas e, portanto, são atrativas para um maior número de pessoas. Embora Lisboa tenha uma população mais jovem, até pelo grande polo de estudantes que existe na região, a média de idades dos voluntários da DGPC e dos cuidadores do património da Rota é semelhante, em ambos programas se encontram mais pessoas com idades mais avançadas.

Sobre os restantes dados sociodemográficos recolhidos, também em ambos se regista um maior número de voluntários do sexo feminino, onde diverge, no entanto, é na questão da escolaridade. Enquanto os Cuidadores do Património, na sua maioria, não têm, mais que a quarta classe, uma grande percentagem dos voluntários da DGPC completaram algum tipo de curso superior. Estes dados relativos ao nível de escolaridade dos voluntários dos dois programas, são bem distintos, mas, se tivermos em consideração a localização de cada um deles não são surpreendentes. Por fim, um tópico importante a mencionar e, de certa forma, comparar entre o programa dos Cuidadores da Rota do Românico e o programa de voluntariado da DGPC, está relacionado à forma de como é que o voluntariado é visto entre as entidades. Se por um lado os elementos patrimoniais da Rota estão dependentes do seu Cuidador, os da DGPC não estão. A DGPC reforça bastante a ideia de que o voluntariado é somente uma ajuda ou um apoio, existe uma equipa de funcionários pagos e especializados e estes nunca devem ser substituídos por voluntários, não é esse o propósito do programa. A ideia é que os monumentos podem funcionar sem voluntários, mas não podem funcionar sem os seus funcionários.

### **4.3. Grupo de Amigos do Museu Nacional de Arte Antiga**

O último caso de estudo a explorar neste trabalho é o programa de voluntariado do GAMNAA.

O Museu Nacional de Arte Antiga, o foco desta associação e um dos museus tutelados pela DGPC, foi criado em 1884 e acomoda uma coleção nacional de arte antiga e um grande número de obras-primas internacionais de pintura, escultura e artes decorativas (Bastos e Carvalho, 2012). O GAMNAA nasceu em 1912, por iniciativa do primeiro diretor do Museu, José de Figueiredo, e foi um dos primeiros do seu género em Portugal e um dos mais antigos do mundo.



Entre os seus fundadores destacam-se se nomes associados ao mundo artístico e literário (GAMNAA, 2022). Numa carta para a Direção Geral do Ensino Secundário, Superior e Especial, de 26 de junho de 1912, José de Figueiredo dizia que a criação deste grupo viria “preencher uma lacuna que, pode dizer-se, só existia em Portugal, pois, lá fora, junto de todos os museus ainda meso de um valor mais secundário, existem corporações d’esta natureza” (Bastos e Carvalho, 2012). Nos seus estatutos, o Grupo dos Amigos, identificado como uma “associação de direito privado a que o Estado português reconheceu utilidade pública e este ano [2012] foi feita membro honorário da Ordem do Infante D. Henrique” (Bastos e Carvalho, 2012), deve contribuir, apoiar e colaborar com a direção do Museu na realização, desenvolvimento e divulgação dos seus programas e projetos, preparando simultaneamente atividades próprias que contribuam para esse fim (Estatutos do GAMNAA, s.d). Esta associação dá também um grande apoio a nível financeiro, possibilitando a aquisição de obras de arte.

O Museu Nacional de Arte Antiga, depende diretamente da tutela para o seu financiamento. Com um orçamento limitado para um número alto de equipamentos patrimoniais, é inevitável que existam espaços que acabem por ficar em desvantagem e ter algumas dificuldades. Uma vez que a compra de obras de artes exige, quase sempre, um valor muito alto, isto pode ser um fator dificultador e até impeditivo para o Estado, que desempenha o papel do grande subsidiário e angariador do património. Portanto, foi necessário desenvolver de uma ação mecenática coletiva que possibilitasse o enriquecimento das coleções dos museus. Esta ação precursora de José de Figueiredo, obteve uma enorme adesão entre a elite intelectual, política e social da época (Bastos e Carvalho, 2012) e resultou em algumas consequências no panorama museológico português, através da criação de grupos semelhantes. É o caso do Grupo de Amigos do Museu de Évora, criado em 1916; o Grupo de Amigos Defensores do Museu Rafael Bordalo Pinheiro, em 1920; o Grupo de Amigos do Museu Grão Vasco, em 1926, que durou apenas 9 anos depois, tendo o seu fim em 1930; e o Grupo de Amigos do Museu Nacional Dr. Santos Rocha, em 1939 (Bastos e Carvalho, 2012).

Os voluntários do GAMNAA, que são atualmente 16, não têm somente uma função. As propostas de voluntariado são definidas pelo Grupo, normalmente pelo Conselho Diretor que se reúne uma vez por semana, mas também pelo próprio Museu, porque apesar do Grupo dos Amigos ser independente, o seu objetivo principal é dar-lhe apoio. Assemelhando-se ligeiramente ao programa de voluntariado da DGPC, o Grupo oferece a possibilidade de fazer voluntariado em diferentes áreas, tendo, no entanto, em conta a necessidade do Museu. Duas das funções mais comuns estão ligadas com a vigilância das salas, que envolve controlar e

assegurar o bom funcionamento do espaço, e ao apoio e acompanhamento aos visitantes. Foi a propósito desse apoio que os voluntários decidiram criar um guia turístico<sup>11</sup> do Museu após verificarem que o guia anterior não estava atualizado, não mencionando, portanto, obras relevantes, e que muitos visitantes chegavam ao Museu um pouco desorientados. Nas alturas em que o Museu desenvolve atividades, é frequente ser necessário o apoio dos voluntários do Grupo, como no dia da Noite dos Museus em que os voluntários do GAMNAA tiveram de dar apoio nas salas, no acompanhamento e também vigilância. Estes voluntários também apoiam na área da comunicação, fazendo sempre a divulgação dos vários eventos e exposições que o Museu vai realizar, mas também dos seus próprios eventos e atividades. Estas são feitas à parte, uma vez que os Amigos do Grupo pagam quotas anuais e uma das muitas regalias a que têm direito é um pacote de visitas exclusivas, tanto dentro como fora do MNAA. Existe um voluntário que organiza as visitas dentro do Museu, ou seja, que está responsável por pensar em temas, contactar curadores, e também o Serviço Educativo, que faz depois a visita aos Amigos e organiza toda essa parte. Um segundo voluntário está encarregue de organizar as visitas fora do Museu. As atividades do GAMNAA realizam-se uma vez por semana e nessas ocasiões os voluntários estão no Museu para receber os Amigos quando estes chegam, porque às vezes há circunstâncias em que é preciso fornecer rádio guias, verificar quem já chegou ou não, e também ver se as cotas estão pagas.

O Museu também possui um auditório, o que significa que quando há eventos, os voluntários do Grupo também se disponibilizam para dar apoio. No fundo, os voluntários do Grupo dos Amigos dão apoio em todas as áreas e situações em que seja necessário. O próprio *site* do Grupo dos Amigos, como as suas redes sociais, foi criado por voluntários que fazem também o controlo desta parte informática. Para além destes 16 voluntários, os membros do Conselho Diretor são igualmente voluntários.

Para ser voluntário do GAMNAA é necessário tornar-se Amigo do Grupo, não precisa de ser logo de imediato, mas é importante que a pessoa se subscreva. Existem duas maneiras de se inscrever como voluntário do Grupo de Amigos, através do *site*, ou presencialmente, na sede do Grupo que é no átrio do Museu, junto à entrada (Largo 9 de Abril, Lisboa). Fazer parte do Grupo dos Amigos tem várias vantagens, como:

- “1) Entrada gratuita ilimitada no Museu Nacional de Arte Antiga;
- 2) Entrada gratuita ilimitada nos museus e monumentos dependentes da DGPC;

---

<sup>11</sup> Possível encontrar no site do GAMNAA.

- 3) Convites para inaugurações das exposições no espaço do MNAA; Participação gratuita e exclusiva em atividades e a visitas guiadas no MNAA, a decorrer mensalmente;
- 4) Acesso gratuito, ou com preços vantajosos, a atividades e a visitas guiadas a outros museus e monumentos;
- 5) Viagens culturais em Portugal e no estrangeiro;
- 6) Acesso a cursos e workshops;
- 7) Desconto de 10% na loja do MNAA;
- 8) Desconto de 10% no restaurante do MNAA” (GAMNAA, 2022).

Para esta prática de voluntariado cultural não existem requisitos, no entanto, os voluntários precisam de ter o mínimo domínio do inglês, uma vez que muitos visitantes do Museu são estrangeiros. Pode ser voluntário qualquer pessoa que esteja disposta a dedicar o seu tempo, que goste do Museu e que tenha sentido de responsabilidade, pois apesar do voluntariado não ser uma obrigação é um compromisso. Não é preciso ter muitos conhecimentos, até porque sendo um voluntariado, ou seja, um apoio, tudo aquilo que a pessoa precisa de saber é facilmente aprendido e compreendido.

Em relação à formação destes voluntários, não existe uma formação por assim dizer, mas os voluntários são acompanhados por uma das voluntárias mais antigas, a ver como as coisas funcionam e o que fazer, até se sentirem minimamente aptos. Algumas coisas fundamentais a perceber estão relacionadas a tarefas diárias, como as tarefas informáticas e o pagamento das quotas que implica o preenchimento de um documento Excel e enviar por *e-mail* à contabilidade. Ocasionalmente é realizada uma visita específica para os voluntários em que o Museu é mostrado e é oferecida uma explicação. Há muitos visitantes que pedem apoio informativo relativo ao Museu, então é importante que os voluntários, especialmente os mais novos, saibam a localização das coleções, o que está aberto ou fechado a visitas, as exposições, e também a história do próprio Museu. Ainda antes da formação e antes de poder exercer qualquer tipo de função como voluntário, é necessário que o GAMNAA comunique com a DGPC sobre a chegada de alguém. Embora sejam independentes, na medida em que o Grupo não depende a nível de decisões, pois tudo o que o voluntário faz no Museu cabe ao Conselho Diretor do Grupo dar autorização ou não, a DGPC tem de saber quem está dentro dos seus museus e daí fornecer um seguro ao voluntário, que é obrigatório, sem ele a pessoa não tem autorização para praticar voluntariado no Museu.

Sobre a duração das funções de voluntariado, os voluntários dedicam, geralmente, cerca de três horas por semana, mas pode chegar até cinco horas. A frequência por semana depende da

pessoa e da sua disponibilidade, há pessoas que se voluntariam somente uma vez por semana, durante uma manhã (10h às 13h) ou uma tarde (14h às 17h), e há outros que só vão ao Museu de quinze em quinze dias. Neste momento, as semanas estão todas ocupadas em termos de voluntários, verificando-se, portanto, uma maior lacuna durante os fins-de-semana, no entanto, se aparecer alguém interessado em fazer voluntariado, mas que só tenha disponibilidade durante a semana, a sua presença e altruísmo não será negado.

Depois da formação, quando se sentirem mais preparados, os voluntários estão no Museu sozinhos. Porém, a coordenadora dos voluntários do Grupo acredita que os voluntários são devidamente acompanhados durante o tempo de voluntariado. Apesar de se encontrarem sozinhos no equipamento patrimonial, o Grupo funciona como uma equipa e todos dão apoio uns aos outros, sempre que há alguma dificuldade todos se disponibilizam para ajudar. Existe muita polivalência em todas as funções, o próprio Grupo dos Amigos é muito saudável e os voluntários estão todos focados no mesmo objetivo, então não existe qualquer tipo de “abandono”. Os voluntários podem estar fisicamente sozinhos, mas sabem que, em necessidade, têm uma equipa a apoiá-los.

A respeito das características sociodemográficas dos voluntários do GAMNAA pode-se dizer que são na sua maioria reformados, na casa dos 70 anos e do sexo feminino. Se quisermos ser mais específicos, segundo a coordenadora dos voluntários do Grupo dos Amigos, um dos voluntários está no grupo etário dos 30 a 35 anos, outro dos 35 a 40 anos, dois dos 55 a 49 anos, um dos 60 a 65 anos, oito de 70 a 75 anos e dois acima dos 75 anos. Sobre a sua corrente situação profissional, onze são aposentados, dois estão empregados e dois estão no desemprego. Dos voluntários, três são homens e o resto são mulheres. Relativamente ao nível de escolaridade, são quase todos licenciados, sendo alguns licenciados em história de arte.

As motivações para a prática de voluntariado cultural através do GAMNAA podem ser variadas. Como já se verificou, grande parte dos voluntários são pessoas mais velhas, já reformadas, então, a sua participação está centrada no desejo de permanecer ativos e ocupados. O mesmo pode-se dizer sobre as pessoas que estão desempregadas, que apesar de serem mais jovens partilham o mesmo sentimento. Num caso mais especial, de um dos voluntários mais jovem do Grupo, a sua participação está fortemente ligada com a sua mãe que, para além de ter trabalhado no Museu, também foi voluntária do Grupo. Ou seja, é presumível que tenha crescido perto do equipamento patrimonial e que tenha criado uma ligação especial com o Museu. De forma geral, os voluntários são pessoas que se interessam por cultura e museus, que conheciam e visitavam o MNAA e que, por algum motivo, tinham alguma conexão com o espaço, daí quererem participar em alguma forma de atividade relacionada com o Museu. De

acordo com a coordenadora dos voluntários do Grupo, existe sempre uma ligação entre os voluntários e o Museu, ligação que nasce a partir do momento em que as pessoas se tornam Amigos e que pode desenvolver em algo mais, a partir do momento em que têm algum contacto e sabem do programa de voluntariado e decidem-se voluntariar. Uma vez que a maioria destes voluntários são reformados não existe uma motivação relacionada com questões profissionais, isto é, não há ninguém que procure uma possibilidade de melhorar o seu CV ou de ganhar experiência na área museológica através do programa de voluntariado do GAMNAA.

Em tempos encontrava-se ativo o GAMNAA Jovem, semelhante ao Grupo até aqui falado, mas dedicado a jovens, e era neste Grupo que se esperava encontrar jovens que vissem o voluntariado como uma mais-valia, especialmente a nível profissional. No entanto, apesar das tentativas de dar a conhecer este Grupo, através, por exemplo, de entrar em contacto com a Sociedade de Belas-Artes e com a Associação de Estudantes, não foi obtida nenhuma receptividade. Isto foi surpreendente para a coordenadora dos voluntários do Grupo que acredita que este programa seria uma boa oportunidade para os jovens, especialmente quando é não fácil entrar nesta área, e concluí que certamente há jovens interessados que estão a procurar no sítio errado e que o Grupo não está a chegar eles. O GAMNAA pretende investir nos jovens porque acredita que Portugal está a enfrentar um problema sério a nível cultural. As gerações mais novas parecem não estar interessadas na cultura, o que já foi evidenciado através de estudos já mencionados, como o da Fundação Gulbenkian, e da análise das características sociodemográficas dos voluntários dos programas de voluntariado apresentados neste trabalho, em que é comum um número alto de voluntários mais velhos e um número muito baixo de jovens. A nível de Amigos, o Grupo encontra-se com dificuldade em reter os jovens, uma vez que a partir do momento em que o Amigo ultrapassa os 25 anos é necessário pagar uma quota anual e estes jovens acabam por não ter interesse em continuar e pagar. Visto que o GAMNAA Jovem se encontra atualmente inativo devido à falta de voluntários, um dos objetivos atuais do Grupo dos Amigos é, portanto, que este Grupo para os jovens volte ao ativo. As visitas e atividades organizadas pelo GAMNAA Jovem têm de ser diferentes porque é dirigida a um público diferente, porque é preciso separar o público jovem de um público de pessoas entre os 50 e 60 anos que tiveram uma vida cultural diferente e que têm interesses diferentes. O MNAA é um espaço rico, tem um jardim e um auditório onde é possível concretizar eventos, como conferências e palestras, e receber convidados interessantes, no entanto, é importante que tudo isto esteja relacionado com o Museu. O propósito disto é mostrar às pessoas, especialmente aos jovens portugueses, que não o património não pode ser esquecido, não se pode deixar esta herança morrer, é essencial que ganhem gosto naquilo que é deles também.

Já foi mencionado que existe uma maior lacuna de voluntários durante os fins-de-semana, o que leva a que uma grande parte das visitas e outras atividades do Grupo sejam planeadas para os dias de semanas. Isto já originou algumas queixas entre os Amigos, contudo, quando o Grupo decide fazer essas visitas durante o fim-de-semana as pessoas não vêm, chega o dia e não há ninguém inscrito, o que acaba por ser um transtorno já que o Museu encerra às 18h e para a visita se concretizar o Grupo precisa de arranjar um vigilante. Para a coordenadora dos voluntários, um problema cá em Portugal é essa questão relativa ao horário de encerramento dos museus, normalmente definido às 18h. Na sua opinião, estes elementos patrimoniais deveriam fechar, nem que seja uma vez por mês, às 20h ou 21h, de forma a possibilitar a quem trabalha ir ao museu durante a semana, já que ao fim de semana as pessoas parecem não ter interesse em fazê-lo.

O *feedback* que os voluntários do GAMNAA recebem é sobretudo a nível informal. O próprio Museu dá um *feedback* muito positivo e agradável, agradecendo e valorizando muito o que os voluntários fazem, às vezes através de visitas especiais que o público geral não tem a possibilidade de fazer. Numa visita mais recente, o Grupo teve acesso às instalações onde estão a decorrer os restauros de painéis e onde a equipa dos conservadores lhes mostrou tudo o que está a ser feito, até radiografias. Já a nível interno, entre o Grupo, o Conselho Direto planeia e oferece um almoço com os voluntários, em que estes têm a possibilidade de falar e confessar algumas falhas que possam sentir. Por isso é que o Coordenador dos Voluntários tem de estar no Conselho Diretor, porque, no fundo, o coordenador é o intermediário entre os voluntários e o Conselho, e essa sua posição mostra que o Conselho valoriza e percebe a importância dos voluntários. Anualmente também é realizado um almoço entre os voluntários. Num tom mais pessoal, nos aniversários dos voluntários, a coordenadora costuma fazer umas pequenas atenções e oferece uns chocolates. A nível formal, todos os anos, a 5 de dezembro, no dia do voluntariado, os voluntários recebem uma e-mail de agradecimento da DGPC.

O MNAA tem algumas falhas, por exemplo, a nível dos vigilantes. A Noite dos Museus precisou de voluntários para se concretizar, então há aspetos de funcionamento que se dificultam por falta de funcionários e os voluntários estão lá exatamente para ajudar nessas circunstâncias, sem nunca os substituir. Os voluntários do GAMNAA, portanto, revelam-se fundamentais para aspetos essenciais de funcionamento do equipamento, e os voluntários do Conselho Diretor são fundamentais por todo o apoio financeiro que dão. Na questão da divulgação, o Grupo também dá um grande apoio. Como já foi referido, as próprias redes sociais são feitas por voluntários, e estas apresentam-se como uma forma de ajudar o Museu, porque muita chega ao espaço através desses meios. Todas as atividades feitas por voluntários são

também formas de dar a conhecer o Museu, logo, de uma forma ou de outra, o sucesso e o funcionamento do Museu e voluntários do Grupo estão interligados. O trabalho dos voluntários é uma verdadeira bengala para o Museu, ajuda a mantê-lo vivo. Existem certos aspetos em que o programa de voluntariado do GAMNAA pode melhorar, até porque achar que nunca há coisas a aperfeiçoar é um erro, assim é que não se consegue evoluir. Esses aspetos estão, sobretudo, relacionados com a diversidade de voluntariado, uma vez que existem áreas que os voluntários até preferiam estar a fazer, mas não podem. De certa forma, estes obstáculos estão muito ligados a questões burocráticas, não sendo assim de fácil resolução, no entanto, há coisas mais pequenas que à medida que vão aparecendo o Grupo vai resolvendo. No caso de alguém surgir com novas ideias e novas maneiras de pensar, o GMNAA tem-nas em consideração, já que a intenção é estar em constate desenvolvimento.

No que concerne as responsabilidades e tarefas existe uma clara diferença entre o trabalho dos voluntários e dos funcionários pagos, pois, como já referido, o objetivo do GAMNAA é dar apoio e nunca substituir ninguém. Os funcionários têm o trabalho deles e os voluntários apoiam quando e onde for preciso. Inclusive, o facto de a sede do Grupo dos Amigos ser no átrio do Museu é um grande apoio, pois, na eventualidade de algum funcionário faltar, é uma forma de poder ajudar. O Grupo não pretende, de forma alguma, entrar no trabalho de cada empregado do Museu, isso não lhes compete. O que concerne o Grupo é apoiar nas áreas que o Museu precise, inclusive financeiro. O Grupo dos Amigos é uma forma de se conseguir angariar dinheiro diretamente para o Museu, pois todo o dinheiro que entra através do GAMNAA é para ele. A todos os níveis, mas principalmente financeiro, se não fosse o Grupo as coisas poderiam ser um pouco mais difíceis, porque, novamente, existe toda uma burocracia que atrasa estas questões.

Existem aspetos entre estes três programas de voluntariados aqui discutidos que se apresentam diferenças, mas também semelhanças. No caso do método de inscrição, este é diferente para todas elas. Enquanto não existe uma forma óbvia de alguém se inscrever no programa dos Cuidadores do Património da Rota do Românico e o programa da DGPC aceitar, exclusivamente, inscrições via formulário online, o GAMNAA não tem método único de inscrição, aceitando inscrições através do seu site e também presenciais.

Já foi estabelecida a diferença das motivações entre os voluntários da Rota e os da DGPC, mas, agora, tornou-se claro que, nesse aspeto, as motivações dos voluntários do GMNAA são muito semelhantes às dos da DGPC, especialmente à questão da solidão e isolamento. A razão disto acontecer pode estar ligada ao facto de os voluntários do Grupo serem idênticos, a nível

de características sociodemográficas, aos voluntários da DGPC. Ambos são pessoas mais velhas, reformadas e licenciadas. Dos três programas, é o do Grupo dos Amigos que conta com menos voluntários, somente 16, contra os mais de 200 da DGPC e 44 da Rota do Românico. No entanto, é preciso ter em atenção que os primeiros dois programas analisados integram um bom número de elementos patrimoniais distribuídos por vários pontos geográficos, enquanto o Grupo está focalizado apenas no MNAA em Lisboa. Para além disso, o GAMNAA é o único que exige os voluntários subscrever ao Grupo, tornando-se assim, Amigo, o que requer os interessados com mais de 25 anos pagar uma quota anual. Para alguns, isto pode representar um impedimento, uma vez que existem outros programas semelhantes em Lisboa, como o da DGPC, que não exigem o pagamento de qualquer tipo de anuidade. Uma particularidade interessante e diferente dos outros dois programas é o facto de que apesar do GAMNAA ser independente, no fundo, a presença dos seus voluntários está dependente da DGPC, uma vez que sem o seguro desta entidade os voluntários não podem exercer as suas funções.

Outra particularidade é a questão relativa ao apoio financeiro. Enquanto a Rota do Românico, financiado por várias entidades, inclusive através de fundos comunitários, nacionais e até de turismo (Pinto, 2018), apoia os monumentos onde os Cuidadores dedicam o seu tempo, e a DGPC, através do Estado, distribui o dinheiro pelos monumentos sob sua tutela, o GAMNAA com a assistência de todos os seus voluntários, inclusive os que pertencem ao Conselho Diretor, angaria capital exclusivamente para o MNAA.

Relativamente à formação dos voluntários, a GAMNAA destaca-se entre os três por não disponibilizar uma formação mais séria. Tanto a Rota como a DGPC fornecem algum tipo de formação aos voluntários, no caso da primeira, é uma formação não muito rígida, mas ainda assim importante, já a segunda exige que cada equipamento patrimonial assegure uma formação para os voluntários.

Apesar de não termos informações relativamente ao tempo de permanência dos voluntários neste programa, pode-se especular que estes fiquem durante algum tempo. Os jovens, por estarem numa fase de transição entre estudantes e trabalhadores e por terem eventualmente de pagar quotas, têm uma maior facilidade em cortar relações com o Grupo e com o Museu, no entanto, já se verificou que este não é o grupo etário predominante no GAMNAA. É a geração mais velha, que é quem mais se voluntaria, que tem uma maior disponibilidade, motivações ligadas ao seu próprio bem-estar, e que paga a cota anual para ser Amigo do Grupo, mostrando assim uma forte ligação com o Museu e vontade de participar nas seus eventos e atividades.

Relativamente à posição que as entidades tomam em relação ao voluntariado ser somente um apoio, a Rota do Românico continua a ser o único cujos voluntários assumem uma maior



responsabilidade e trabalho, uma vez que não têm a quem dar apoio, já que não existem funcionários pagos nos equipamentos patrimoniais onde se voluntariam. O GAMNAA e a DGPC partilham da mesma convicção que os voluntários não substituem os funcionários e que o funcionamento dos espaços não pode estar dependente do apoio voluntário. Para finalizar, sobre os benefícios que estes programas de voluntariado oferecem aos voluntários, tanto a DGPC como os Grupo mostram-se os mais vantajosos, disponibilizando uma lista de regalias que qualquer apreciador de cultura e património daria apreço. É preciso ter noção que, apesar de se dedicarem sem esperar nada em troca, é importante que as entidades saibam reconhecer e agradecer o trabalho dos seus voluntários, uma vez que pode fazer a diferença entre um voluntário agradado e um voluntário insatisfeito.



## Conclusão

A presente dissertação apoiou-se num enquadramento teórico realizado através de uma revisão bibliográfica de estudos internacionais e portugueses.

Devido ao contexto e objetivos deste trabalho, desejou-se recorrer maioritariamente a dados e estudos portugueses; no entanto, para alguns temas, como os referentes às definições de voluntariado e voluntário, aos números europeus, aos determinantes e motivações e à prática de voluntariado em museus, não foi possível. Apesar disto, uma boa quantidade de informação provém de bibliografia portuguesa, inclusive legislação, o que se revela apropriado uma vez que se pretendia contribuir para o estudo e investigação desta temática em Portugal, e também porque, como foi possível concluir, Portugal, no contexto de voluntariado cultural, apresenta um quadro menos positivo em termos de participação em comparação a outros países, então a literatura estrangeira pode não estar muito alinhada à realidade portuguesa.

Um espaço cultural muito pensado quando se fala no voluntariado cultural são os museus, principalmente por causa do seu papel fundamental como difusor cultural. Sentiu-se, então, a necessidade de analisar o voluntariado nestes equipamentos culturais. Foi possível verificar que o voluntariado é extremamente bem visto e que em muitos outros países, como o Japão, Taiwan ou Grécia, é comum haver programas de voluntariado no património cultural e nos museus. Através dos estudos dedicados a esta temática, também se obtiveram dados impressionantes que captam a importância que estes países dão ao voluntariado, como por exemplo, no Canadá, o departamento do Património Canadense, estimou que os voluntários correspondiam a 65% dos trabalhadores nos museus. Até o facto de se encontrarem diversos estudos bastantes completos, que abordam os benefícios do voluntariado, características dos voluntários, motivadores, formação e barreiras, é, por si só, uma evidência de como estes países encaram o voluntariado.

O primeiro objetivo desta dissertação, averiguar as oportunidades de programas de voluntariado na área cultural distribuídos por Portugal, foi concluído com sucesso. Através desta investigação, pôde-se ver que estes estão distribuídos de forma dispersa e não homogénea pelo território. Enquanto na Área Metropolitana de Lisboa o número de oportunidades ultrapassa o número de concelhos, nas restantes regiões isso não se concretiza, especialmente nas ilhas da Madeira e Açores e no Alentejo, onde se verifica as percentagens mais baixas. Não só se verifica a ausência de um alto número de ofertas (178 oportunidades distribuídas por 308), como também parece não existir um forte interesse em participar nestas ações, verificado pela confiança da coordenadora de voluntários do GAMNAA. Isto poderá ter a ver a própria

população e o seu local de residência, uma vez que um local pode puxar para uma área diferente dependendo das suas características, tal como a população residente adapta-se à região onde vive e ao que esta tem a oferecer. Através desta investigação foi também possível verificar que a grande maioria das instituições promotoras de ações de voluntariado cultural em Portugal são públicas.

Com a concretização de entrevistas à Rota do Românico, DGPC e GAMNAA, foi possível atingir o segundo objetivo proposto com a elaboração desta dissertação, a caracterização dos voluntários culturais. Estes voluntários, na sua maioria, são pessoas mais velhas, reformadas e do sexo feminino, e embora partilhem as mesmas motivações, umas pesam mais que outras, dependendo do local da ação. Por exemplo, as motivações dos voluntários da Rota do Românico têm muito a ver com própria ligação do Cuidador com o monumento e as motivações dos voluntários da DGPC e GAMNAA estão mais associadas a questões sociais. Sobre a escolaridade, a maioria dos voluntários de Lisboa (DGPC E GAMNAA) são licenciados, mas os do Norte (Rota do Românico) têm uma escolaridade baixa, sendo raro quem tenha o 12º ano.

Um ponto de divergência evidenciado através deste estudo incide sobre as idades dos voluntários. Os dados de 2018 do INE, relativos à participação dos portugueses em ações de voluntariado, apontam que os jovens (15-24 anos) são quem mais doam o seu tempo, no entanto, de acordo com as informações reveladas nas três entrevistas concretizadas, este facto não se verifica nos seus espaços e equipamentos culturais, o que pode significar que esta área é atrativa a um número restrito de pessoas que compartilham algumas características sociodemográficas. Por esse motivo, seria interessante ver dados de instituições conceituadas alusivas exclusivas a esta área de voluntariado.

Para alcançar este segundo objetivo, foram também respondidas algumas questões relacionadas com os benefícios dos programas de voluntariado nos espaços de acolhimento, a diferença do trabalho que os voluntários e os funcionários pagos dos espaços fazem e as funções mais comuns praticadas pelos voluntários, que formavam os objetivos secundários desta dissertação. Em relação aos benefícios, verificou-se que, embora os voluntários não possam ser decisivos para o bom funcionamento do espaço, a verdade é que existem tarefas ou atividades que se dificultam sem o seu apoio. Por isso, um benefício óbvio desta cooperação é a ajuda que os espaços recebem que facilitam alguns aspetos de funcionamento. Sobre a diferença entre os voluntários e os trabalhadores dos espaços, esta é clara. O voluntariado é um apoio, nunca uma substituição, até porque o voluntariado não pode pesar no funcionamento ou não-funcionamento de um espaço. Portanto, vão sempre existir diferenças. Por fim, as funções mais

comuns praticadas pelos voluntários culturais estão associadas ao atendimento ao público, entanto, alguns programas, como o da DGPC, oferecem uma grande variedade de funções.

Para concluir, é possível afirmar que a presente dissertação concretizou os objetivos propostos, tanto os principais como os secundários. Para além disso, apresenta-se também como uma nova contribuição para estudantes e investigadores do património e cultura, uma vez que as informações e conclusões tiradas, tanto das entrevistas, como de todo o ponto relativo às oportunidades no setor cultural em Portugal, apresentam-se como novidades sobre esta temática.



## Fontes

### Legislação

Decreto-Lei nº 4/2008, de 03 de novembro 1998. Bases do enquadramento jurídico do voluntariado. *Diário da República* 1ª Série A. N.º 254 (03-11-1998), 5694-5696.

Decreto-Lei nº 389/99, de 30 de setembro 1999. Bases do enquadramento jurídico do voluntariado. *Diário da República* 1ª Série A. N.º 229 (30-09-1999), 6694-6698.

Decreto-lei nº 114/2012, de 25 de maio de 2012. Aprovação da orgânica das Direções Regionais de Cultura. *Diário da República* 1ª Série. N.º 102 (25-05-2012), 2768 – 2772

Decreto-lei nº 115/2012, de 25 de maio de 2012. Aprovação da orgânica da Direção-Geral do Património Cultural. *Diário da República* 1ª Série. N.º 102 (25-05-2012),. 2772 - 2777

UNESCO. (2003). *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*.  
[https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000132540\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000132540_por)

### Documentos da Administração Pública

Câmara Municipal de Vila Franca de Xira (2020, setembro 16). *Regulamento Interno do Museu do Neo-Realismo*. <https://www.cmvfxira.pt/cmvmfxira/uploads/document/file/2965/525.pdf>

CCDRLVT. (2015, dezembro). *POR LISBOA 2014 – 2020* [mapeamento do património cultural]. [https://lisboa.portugal2020.pt/np4/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=428&fileName=PORL2020\\_Mapeamento\\_Patrimonio\\_Cultural\\_.pdf](https://lisboa.portugal2020.pt/np4/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=428&fileName=PORL2020_Mapeamento_Patrimonio_Cultural_.pdf)

Direção-Geral do Património Cultural. (2019). *Carta de Voluntário(a)*.

Direção-Geral do Património Cultural. (2023). *Voluntariado*. Disponível em: <https://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/recursos/voluntariado/>

Direção Regional de Cultura do Norte. (2023). *DRCN*. <https://culturanorte.gov.pt/drcn/>

Museu de Lamego. (2020). *Voluntariado*. <https://museudelamego.gov.pt/museu/voluntariado/>

Museus da Universidade de Lisboa. (2023). *Voluntários*. <https://www.museus.ulisboa.pt/voluntarios>

### Fontes Estatísticas

INE (2018). Inquérito ao Trabalho Voluntário. INE: Instituto Nacional de Estatística. Disponível no INE em: [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_destaquas&DESTAQUESdestbou=379956338&DESTAQUESmodo=2](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaquas&DESTAQUESdestbou=379956338&DESTAQUESmodo=2)

- INE (2021). Censos 2021. INE: Instituto Nacional de Estatística. Disponível em INE: [https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=censos21\\_populacao&xpid=CENSOS21](https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=censos21_populacao&xpid=CENSOS21)
- INE. (2023). População residente (N.º) por Local de residência, Sexo e Grupo etário. INE: Instituto Nacional de Estatística. Disponível em INE: [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_indicadores&indOcorrCod=0004163&xlang=pt&contexto=bd&selTab=tab2](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0004163&xlang=pt&contexto=bd&selTab=tab2)
- FFMS. (2023). População residente com 15 e mais anos segundo os Censos: total e por nível de escolaridade completo mais elevado. Lisboa: PORDATA. Disponível em: <https://www.pordata.pt/municipios/populacao+residente+com+15+e+mais+anos+segundo+os+censos+total+e+por+nivel+de+escolaridade+completo+mais+elevado-69-259>
- TNS Opinion & Social. (2011, outubro). EUROBARÓMETRO 75.2 Voluntariado e Solidariedade Intergeracional. Disponível em: [https://www.europarl.europa.eu/pdf/eurobarometre/2011/juillet/04\\_07/rapport\\_%20eb75\\_2\\_%20benevolat\\_pt.pdf](https://www.europarl.europa.eu/pdf/eurobarometre/2011/juillet/04_07/rapport_%20eb75_2_%20benevolat_pt.pdf)
- Volunteer FDIP. (2023, janeiro 1). Countries with Highest Numbers of Volunteers: USA, Canada, Australia, UK, France, and Many More. Disponível em: <https://www.volunteerfdip.org/countries-with-highest-numbers-of-volunteers-usa-canada-australia-uk-france>

### **Outras Fontes Documentais**

- CASES. (2019). Banco Local de Voluntariado | Manual de apoio. Disponível em: <https://www.cases.pt/wp-content/uploads/2019/04/Bancos-Loais-de-Voluntariado-Manual-de-Apoio.pdf>
- CPV-Confederação Portuguesa do Voluntariado (2013). *Sobre nós*. Disponível em: <https://www.convoluntariado.pt/sobre-n%C3%B3s/sobre-n%C3%B3s>
- ENTRAJUDA. (2011, janeiro). *Alguns dados relativos ao Voluntariado em Portugal*. Disponível em: <https://www.entrajuda.pt/files/upload/ebiblioteca/voluntariado-em-portugal-jan-2011.pdf>
- GAMNAA. (s.d). Estatutos do GAMNAA. [https://www.grupoamigosmnaa.org/files/ugd/47b8a0\\_4eb05c5dd7e640a6a80962c11eea19b6.pdf](https://www.grupoamigosmnaa.org/files/ugd/47b8a0_4eb05c5dd7e640a6a80962c11eea19b6.pdf)
- GAMNAA. (2022). *Quem somos?* <https://www.grupoamigosmnaa.org/quem-somos>



- Rota do Românico. (2020, outubro 19). *Dia do Cuidador do Património 2020*.  
<https://www.rotadoromanico.com/pt/atualidade/noticias/dia-do-cuidador-do-patrimonio-2020/>
- Santa Casa da Misericórdia da Covilhã. (2023). *Missão, Visão e Valores*.  
<http://www.misericordiacovilha.pt/635427>
- Santa Casa de Santo António de S. Pedro do Sul. (2023). *Voluntariado*.  
<https://mspsul.pt/link/sub/100>
- Santos, L. (2002). *Guia do Voluntário*. CASES. <https://www.cases.pt/wp-content/uploads/2019/04/Guia-Volunt%C3%A1rio.pdf>

### **Fontes Orais**

- Entrevista a Paula Monteiro, coordenadora do Serviço Educativo da Rota do Românico, realizada a 1 de junho de 2023 via zoom.
- Entrevista a Isabel Melo, coordenadora do Programa de Voluntariado da DGPC, realizada a 5 de junho de 2023 no Palácio Nacional da Ajuda.
- Entrevista a Maria José Franco, coordenadora dos voluntários do GAMNAA, realizada a 16 de junho de 2023 no MNAA.



## Bibliografia

- Almeida, J. Ferreira et al. (1994). *Introdução à sociologia*. Universidade Aberta.
- Almeida, M. A., Nunes, S., Pais, S. & Amaro, T. P. (2008). *Estudo sobre o Voluntariado. Observatório do Emprego e Formação Profissional*. Lisboa.
- Amaro, R. R. (2002). *O Voluntariado nos projectos da luta contra a pobreza*. Fundação Aga Khan.
- André, A. (2022, novembro 23). *Censos 2021. Portugal tem menos católicos e mais pessoas sem religião*. Rádio Renascença. Disponível em: <https://rr.sapo.pt/noticia/religiao/2022/11/23/censos-2021-portugal-tem-menos-catolicos-e-mais-pessoas-sem-religiao/309270/>
- Bastos, C. & Carvalho, M. (2012). *Por Amor à Arte*. Grupo dos Amigos do Museu Nacional de Arte Antiga.
- Bryman, A. (2012). *Social Research Methods*. Oxford University Press
- Cardápio. (2023). *Monumentos em Portugal*. Disponível em: <https://www.cardapio.pt/monumentos/dir/>
- Catarino, A. (2004). Voluntariado – Uma leitura da experiência. *Revista Sociedade e Trabalho*, vol.1 (19/20), 9-15.
- Cnaan, R. A., Handy, F., & Wadsworth, M. (1996). Defining Who is a Volunteer: Conceptual and Empirical Considerations. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 25 (3), 364–383. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0899764096253006>
- Comissão Europeia. (2017, julho 3). *As ONG: o quê, porquê e onde?* Disponível em: [https://eures.ec.europa.eu/ngos-what-why-and-where-2017-07-03\\_pt](https://eures.ec.europa.eu/ngos-what-why-and-where-2017-07-03_pt)
- Creigh-Tyte, A. & Thomas, B. (2001). Employment. In S. Selwood (ed.), *The UK Cultural Sector: profile and policy issues* (pp. 250–279). Policy Studies Institute.
- Debo, T. A. (2013). Volunteers in Museums: Are Small Museums Utilizing Volunteer Management Policies?. *Research Papers*, paper 394. [https://opensiuc.lib.siu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1496&context=gs\\_rp](https://opensiuc.lib.siu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1496&context=gs_rp)
- Delicado, A., Almeida, A. N. de & Ferrão, J. (2002). *Caracterização do Voluntariado em Portugal*. ICS-UL.
- Dooley, L. M. (2002). Case Study Research and Theory Building. *Advances in Developing Human Resources* (4), 335-354.

- Edwards, D. & Graham, M. (2006). Museum volunteers: A discussion of challenges facing managers in the cultural and heritage sectors. *Australian Journal of Volunteering*, 11, 19-27.
- Fabiano, F. (2019). *Motivações para o voluntariado e satisfação com a vida em estudantes do Ensino Superior: Um estudo exploratório* [Tese de Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde, Universidade da Beira Interior]. Repositório da Universidade da Beira Interior. [https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/9786/1/6849\\_14630.pdf](https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/9786/1/6849_14630.pdf)
- Ferreira, M., Proença, T., & Proença, J. F. (2008). As motivações no trabalho voluntário. *Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão*, 7(3), 43-53.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. Editora Atlas.
- Gomes, D. R. F. (2009). *Mundos Vividos: os Caminhos do Voluntariado Hospitalar*. [Dissertação de Mestrado em Sociologia, Universidade de Coimbra]. Repositório Institucional da Universidade de Coimbra. <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/12287?locale=pt>
- Groninger, K. (2011). Volunteering and professionalisation in UK museums. *St Andrews Journal of Art History and Museum Studies*, 15, 23-29.
- Hirzy, E. C. (2007) *Transforming Museum Volunteering: A Practical Guide for Engaging 21st Century Volunteers*. American Association for Museum Volunteers.
- Holmes, K. J. (1999). Changing Times: Volunteering in the Heritage Sector 1984-1998, *Voluntary Action*, 1(2), 21-35.
- Holmes, K. J. (2002). Volunteer and Visitor Interaction in the UK Heritage Sector: motives and benefits [PhD Thesis, University of Leeds]. White Rose eTheses Online. <https://etheses.whiterose.ac.uk/2607/>
- Holmes, K. J. (2003). Volunteers in the heritage sector: a neglected audience? *International Journal of Heritage Studies*, 9(4), 341-355. <https://doi.org/10.1080/1352725022000155072>
- Holmes, K. J. (2005, July 3-6). *Volunteering in the UK Museums Sector: The Case of Aspiring Museum Professionals*[Paper presentation]. 8th International Conference on Arts and Cultural Management, HEC Montréal, Canada. [http://neumann.hec.ca/aimac2005/PDF\\_Text/Holmes\\_Kirsten.pdf](http://neumann.hec.ca/aimac2005/PDF_Text/Holmes_Kirsten.pdf)
- Holmes, K., & Edwards, D. (2008). Volunteers as hosts and guests in museums. In K. D. Lyons & S. Wearing (eds), *Journeys of Discovery in Volunteer Tourism: International Case Study Perspectives*, (pp. 155-165). CABI.

- Hooper-Greenhill, E. & Chadwick, A. (1985). Volunteers in museums and galleries: a discussion of some of the issues. *Museums Journal*, 84(4), 177-178.
- Jäger, U., Schmidt, K., & Beyes, T. (2007). *Leading Without Formal Power* [Paper presentation]. 6th Workshop on the Challenges of Managing the Third Sector, Venice, Italy.
- Latham, G. P. & Pinder, C. C. (2005). Work motivation theory and research at the dawn of the Twenty-First Century. *Annual Reviews Psychology*, vol. 56, pp. 485-516.
- Lune, H. & Berg, B. L. (2018). *Qualitative Research Methods for the Social Sciences*. Pearson.
- Marques, M. (2016). *As motivações para o voluntariado. Estudo exploratório numa amostra de estudantes do ensino superior politécnico* [Mestrado em Comunicação Organizacional, Instituto Politécnico de Coimbra]. Repositório Comum do Instituto Politécnico de Coimbra. <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/14831>
- Mattingly, J. (1984). *Volunteers in Museums and Galleries: The Report of a Survey into the Work of Volunteers in Museums and Galleries in the United Kingdom*. The Volunteer Centre UK.
- Meirinhos, M., & Osório, A. (2010). Investigação em Educação: O estudo de caso como estratégia de investigação em educação. *EduSer*, 2(2). <https://doi.org/10.34620/eduser.v2i2.24>
- Monteiro, E. (2021, junho 5). Memoriais e marmoirais que contam histórias. *Dinheiro Vivo*. <https://www.dinheirovivo.pt/iniciativas/memoriais-e-marmoirais-que-contam-historias-13805076.html>
- Morais, C. (2023, abril 11). Jardins com Arte: Palácio de Queluz é cenário de aulas de pintura. *TimeOut*. <https://www.timeout.pt/lisboa/pt/noticias/jardins-com-arte-palacio-de-queluz-e-cenario-de-aulas-de-pintura-041123>
- Museu de Lisboa. (2023). *A Comédia dos Burros*. Disponível em: <https://museudelisboa.pt/pt/acontece/comedia-dos-burros>
- Neves, J. S., Macedo, S. C., Santos, J. & Miranda, A. P. (2021). *Da Salvaguarda à Valorização: Os Monumentos Nacionais de Portugal e a Abertura ao Público em 2020*, Observatório Português das Atividades Culturais, CIES-Iscte.
- Păceșilă, M. (2020). Volunteering in the Heritage Sector: Opportunities and Trends. *Management and Economics Review*, 5(1), 91–107. <https://doi.org/10.24818/mer/2020.06-08>
- Pais, J. M., Magalhães, P. C., Antunes, M. L. (Eds.) (2022). *Práticas culturais dos portugueses: inquérito 2020*. Imprensa de Ciências Sociais

- Pinto, F. (2018, abril 18). “Cada dia que passa vejo a Rota do Românico com mais futuro”. *Verdadeiro Olhar*. <https://www.verdadeiroolhar.pt/cada-dia-que-passa-vejo-a-rota-do-romanico-com-mais-futuro-cvideo/>
- Pittman, T. & Heller, J. F. (1987). Social motivation. *Annual Reviews Psychology*, vol. 38, 461-489.
- Quinta, M. (2016). *Antecedentes da intenção de praticar Voluntariado Jovem: um estudo empírico em Portugal* [Dissertação de Mestrado em Assessoria de Administração, Instituto Politécnico do Porto]. Repositório Científico do Instituto Politécnico do Porto. <https://recipp.ipp.pt/handle/10400.22/9701>
- Quivy, R. & Campenhoudt, L. V. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, 2ª Ed. Gradiva.
- República Portuguesa. (2021, dezembro 5). *Voluntariado em Portugal cresce quase 30% em 2021*. Disponível em: <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacao/noticia?i=voluntariado-em-portugal-cresce-quase-30-em-2021>
- Romão, G. R., Gaspar, V., Correia, T. P., & Amaro, R. R. (2012). *Estudo de caracterização do voluntariado em Portugal*. PROACT.
- Schmitt, N., Cortina, J. M., Ingerick, M. J. & Wiechmann, D. (2003). *Personnel selection and employee performance*. In W. C., Borman, D. R. Ilgen & R. J. Klimoski (Eds.), *Handbook of psychology: Industrial and organizational psychology* (Vol. 12, pp. 77–105). John Wiley & Sons, Inc.
- Serapioni, M., Ferreira, S., & Lima, T. M. (2013). *Voluntariado em Portugal: contextos, atores e práticas*. Fundação Eugénio de Almeida.
- Smithson, C., Rowley, J., & Fullwood, R. (2018). Promoting volunteer engagement in the heritage sector. *Journal of Cultural Heritage Management and Sustainable Development*, 8(3), 362–371. <https://doi.org/10.1108/jchmsd-0620170042>
- SPES - Centro di Servizio per il Volontariato del Lazio (2009). *Volunteering across Europe. Organisations, promotion, participation* Finland, Latvia, Malta, Portugal, Luxembourg. SPES.
- Stamer, D., Lerdall, K., & Guo, C. (2008). Managing Heritage Volunteers: An Exploratory Study of Volunteer Programmes in Art Museums Worldwide. *Journal of Heritage Tourism*, 3(3), 203–214. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/17438730802138949>

- Steers, R. & Sanchez-Runde, C. (2002). *Culture, motivation and work behaviour*. In M. J. Gannon & K. L. Newman (Eds.), *The Blackwell Handbook of Principles of Cross-Cultural Management* (pp 190-216). Blackwell Publishers.
- Universidade do Porto. (2023). *Museus e Núcleos Museológicos*. Disponível em: <https://www.up.pt/portal/pt/conhecer/cultura-museus-e-patrimonio/museus/>
- Williams, R. (1976). *Keywords: a vocabulary of culture and society*. Oxford University Press.
- Wuthnow, R. (1991). *Acts of compassion, caring for others and helping ourselves*. Princeton University Press.





## ANEXOS

### Anexo A – Oportunidades de voluntariado cultural em Portugal

<b>DISTRITO: BRAGA</b>			
<b>Concelho</b>	<b>Local/Área</b>	<b>Instituição organizadora</b>	<b>Tarefas</b>
<b>Esposende</b>	Cultura	BLV	
<b>Barcelos</b>	Cultura e Património	BLV	
<b>V. Nova de Famalicão</b>	Museus do concelho	C.M de Famalicão	- Inventário e documentação; Conservação;
<b>Braga</b>	Mosteiro de Tibães	Direção Regional de Cultura do Norte	- Vigilância de todo o conjunto monástico; - Orientação e acolhimento de visitantes; - Realização de atividades do Serviço de Educação; - Execução de trabalhos de conservação dos jardins e da mata; - Recolha de dados para a realização de estudos.
<b>Braga</b>	Museu D. Diogo de Sousa	Direção Regional de Cultura do Norte	
<b>Braga</b>	Museu dos Biscainhos	Direção Regional de Cultura do Norte	
<b>Vila Verde</b>			
<b>Amares</b>			
<b>Guimarães</b>	Paço dos Duques de Bragança	Direção Regional de Cultura do Norte	
<b>Guimarães</b>	Cultura e Defesa do Património	BLV	
<b>Vizela</b>	Cultura e Defesa do Património	BLV	
<b>Póvoa do Lanhoso</b>	Cultura e Defesa do Património	BLV	
<b>Fafe</b>			
<b>Terras de Bouro</b>			
<b>Vieira do Minho</b>			
<b>Cabeceiras de Basto</b>	Museu das Terras de Basto	C. Municipal	
<b>Celorico de Basto</b>			

<b>DISTRITO: BRAGANÇA</b>			
<b>Concelho</b>	<b>Local/Área</b>	<b>Instituição organizadora</b>	<b>Tarefas</b>
Alfândega da Fé			
Bragança			
Carrazeda de Ansiães			
Freixo de Espada à Cinta			
Macedo de Cavaleiros			
Miranda do Douro	Cultura e Património	BLV	
Mirandela	Cultura e Património	BLV	
Mogadouro			
Torre de Moncorvo			
Vimioso			
Vila Flor			
Vinhais			

<b>DISTRITO: VIANA DO CASTELO</b>			
<b>Concelho</b>	<b>Local/Área</b>	<b>Instituição organizadora</b>	<b>Tarefas</b>
Viana do Castelo			
Caminha	Cultura	BLV	
Vila Nova de Cerveira	Cultura e Património	BLV	
Ponte de Lima			
Paredes de Coura	Cultura e Defesa do Património	BLV	
Valença	Cultura e Defesa do Património	BLV	
Monção	Cultura e Património	BLV	
Melgaço			
Arcos de Valdevez	Cultura e Defesa do Património	BLV	
Ponte de Barca			

<b>DISTRITO: VILA REAL</b>			
<b>Concelho</b>	<b>Local/Área</b>	<b>Instituição organizadora</b>	<b>Tarefas</b>
<b>Alijó</b>	Cultura e Defesa e Recuperação do Património	BLV	
<b>Boticas</b>	Cultura	BLV	
<b>Chaves</b>			
<b>Mesão Frio</b>			
<b>Mondim de Basto</b>	Cultura e Defesa do Património	BLV	
<b>Montalegre</b>			
<b>Murça</b>			
<b>Peso da Régua</b>	Cultura	BLV	
<b>Ribeira de Pena</b>			
<b>Sabrosa</b>			
<b>Santa Marta de Penaguião</b>			
<b>Valpaços</b>	Cultura e Defesa do Património	BLV	
<b>Vila Pouca de Aguiar</b>	Cultura	BLV	
<b>Vila Real</b>	Cultura e Defesa do Património	BLV	

<b>DISTRITO: PORTO</b>			
<b>Concelho</b>	<b>Local/Área</b>	<b>Instituição organizadora</b>	<b>Tarefas</b>
<b>Amarante</b>			
<b>Baião</b>			
<b>Felgueiras</b>	Cultura e Defesa do Património	C. Municipal	
<b>Gondomar</b>	Cultura e Património	BLV	
<b>Lousada</b>	Cultura e Património	C. Municipal (Programa VIVAZ)	
<b>Maia</b>	Cultura e Defesa do Património	C. Municipal	
<b>Marco de Canaveses</b>			
<b>Matosinhos</b>	Cultura e Bibliotecas	C. Municipal	
<b>Matosinhos</b>	Museu da Quinta de Santiago	C. Municipal	
<b>Paços de Ferreira</b>			
<b>Paredes</b>	Cultura e Defesa do Património	C. Municipal	
<b>Penafiel</b>	Cultura e Defesa do Património	C. Municipal	
<b>Penafiel</b>	Museu de Penafiel	C. Municipal	
<b>Porto</b>	Museu Nacional de Soares dos Reis	Direção-Geral do Património Cultural	
<b>Porto</b>	Centro Português de Fotografia	Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conservação e restauro</li> <li>- Digitalização e reprodução</li> <li>- Tratamento arquivístico</li> <li>- Extensão Cultural e Educativa (acompanhamento de visitas guiadas, eventos comemorativos, cursos, workshops, ateliers)</li> <li>- Comunicação, Imagem e Mecenato (marketing e multimédia)</li> <li>- Unidade Informativa/Biblioteca Pedro Miguel Frade</li> <li>- Exposições</li> <li>- Museologia</li> </ul>
<b>Porto</b>	Museus da Universidade do Porto	Universidade do Porto	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Apoio na inventariação e investigação documental com vista a uma melhor gestão e conhecimento das coleções</li> <li>- Apoio na organização de exposições</li> </ul>

			<ul style="list-style-type: none"> <li>- Apoio aos serviços educativos desenvolvidas no museu, nomeadamente na preparação e realização de visitas guiadas</li> <li>- Apoio na divulgação do museu</li> <li>- Apoio na manutenção e valorização dos espaços e equipamentos do museu</li> <li>- Apoio no acolhimento ao público</li> </ul>
<b>Póvoa de Varzim</b>			
<b>Santo Tirso</b>	Cultura e Defesa do Património	BLV	
<b>Trofa</b>	Cultura e Património	BLV	
<b>Valongo</b>	Cultura e Defesa do Património	BLV	
<b>Vila do Conde</b>	Cultura e Património	BLV	
<b>Vila Nova de Gaia</b>	Património	BLV	

<b>DISTRITO: VISEU</b>			
<b>Concelho</b>	<b>Local/Área</b>	<b>Instituição organizadora</b>	<b>Tarefas</b>
<b>Armamar</b>	Cultura e Património	BLV	
<b>Carregal do Sal</b>	Cultura e Defesa do Património	BLV	
<b>Castro Daire</b>			
<b>Cinfães</b>			
<b>Lamego</b>	Museu de Lamego	Direção Regional de Cultura do Norte	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Acolhimento ao público</li> <li>- Digitalização de coleções</li> <li>- Inventário e investigação documental</li> <li>- Serviço Educativo</li> <li>- Assistente de exposição</li> <li>- Design e comunicação</li> <li>- Apoio à conservação preventiva</li> <li>- Apoio à manutenção de espaços e equipamentos</li> <li>- Apoio a bibliotecas e arquivos documentais do museu</li> </ul>
<b>Mangualde</b>			
<b>Moimenta da Beira</b>	Cultura e Defesa do Património	BLV	
<b>Mortágua</b>			
<b>Nelas</b>			
<b>Oliveira de Frades</b>			
<b>Penalva do Castelo</b>	Defesa do Património	BLV	
<b>Penedono</b>			
<b>Resende</b>			
<b>Santa Comba Dão</b>			
<b>São João da Pesqueira</b>	Museu do Vinho de S. João da Pesqueira	C. Municipal	
<b>São Pedro do Sul</b>	Património Cultural	Santa Casa da Misericórdia de S. Pedro do Sul	
<b>São Pedro do Sul</b>	Defesa do Património	BLV	
<b>Sátão</b>			
<b>Sernancelhe</b>			
<b>Tabuaço</b>			
<b>Tarouca</b>			
<b>Tondela</b>			
<b>Vila Nova de Paiva</b>			
<b>Viseu</b>	Museu Nacional Grão Vasco	Direção-Geral do Património Cultural	
<b>Viseu</b>	Cultura	BLV	
<b>Vouzela</b>			



<b>DISTRITO: AVEIRO</b>			
<b>Concelho</b>	<b>Local/Área</b>	<b>Instituição organizadora</b>	<b>Tarefas</b>
<b>Águeda</b>	Cultura	BLV	
<b>Albergaria-a-Velha</b>			
<b>Anadia</b>	Cultura	BLV	
<b>Arouca</b>	Cultura	BLV	
<b>Aveiro</b>	Museu de Aveiro / Santa Joana	C. Municipal	
<b>Castelo de Paiva</b>	Defesa do Património Histórico-Cultural de Castelo de Paiva	Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural de Castelo de Paiva	
<b>Castelo de Paiva</b>	Cultura e Património	BLV	
<b>Espinho</b>	Cultura e Património	BLV	
<b>Estarreja</b>	Cultura e Património	BLV	
<b>Ílhavo</b>			
<b>Mealhada</b>	Cultura e Património	Fundação Mata do Bussaco	- Apoio no funcionamento do Convento de Santa Cruz do Buçaco
<b>Mealhada</b>	Cultura	BLV	
<b>Murtosa</b>			
<b>Ovar</b>			
<b>Oliveira de Azeméis</b>	Cultura	BLV	
<b>Oliveira do Bairro</b>	Cultura	BLV	
<b>Santa Maria da Feira</b>	Cultura	BLV	
<b>São João da Madeira</b>	Cultura e Património	BLV	
<b>São João da Madeira</b>	Museu Chapeleira S. João da Madeira	C. Municipal	- Serviço Educativo do Museu - Centro de Documentação - Serviço de Gestão de Coleções
<b>São João da Madeira</b>	Museu Do Calçado	C. Municipal	- Serviço Educativo do Museu - Centro de Documentação - Serviço de Gestão de Coleções
<b>Sever do Vouga</b>			
<b>Vagos</b>	Cultura e Defesa do Património	BLV	
<b>Vale de Cambra</b>			

**DISTRITO: GUARDA**



<b>Concelho</b>	<b>Local/Área</b>	<b>Instituição organizadora</b>	<b>Tarefas</b>
<b>Aguiar da Beira</b>			
<b>Almeida</b>			
<b>Celorico da Beira</b>			
<b>Figueira de Castelo Rodrigo</b>			
<b>Fornos de Algodres</b>	Cultura e Defesa do Património	BLV	
<b>Gouveia</b>	Museu Municipal de Arte Moderna Abel Manta	C. Municipal	
<b>Guarda</b>			
<b>Manteigas</b>			
<b>Mêda</b>			
<b>Pinhel</b>	Cultura e Património	C. Municipal	
<b>Sabugal</b>	Museu Municipal do Sabugal	C. Municipal	
<b>Seia</b>			
<b>Trancoso</b>			
<b>Vila Nova de Foz Côa</b>	Museu do Côa	Fundação Côa Parque	

<b>DISTRITO: COIMBRA</b>			
<b>Concelho</b>	<b>Local/Área</b>	<b>Instituição organizadora</b>	<b>Tarefas</b>
<b>Arganil</b>			
<b>Cantanhede</b>	Cultura	BLV	- Apoio em atividades da Biblioteca - Apoio a eventos culturais - Apoio em atividades relacionadas com turismo
<b>Coimbra</b>	Cultura e Defesa do Património	BLV	
<b>Coimbra</b>	Museu Machado de Castro	Direção-Geral do Património Cultural	
<b>Condeixa-a-Nova</b>	Museu Monográfico de Conimbriga	Direção-Geral do Património Cultural	
<b>Figueira da Foz</b>	Cultura	BLV	
<b>Góis</b>	Cultura e Património	Lousitânea - Liga de Amigos da Serra da Lousã	- Conservação e valorização do património cultural e natural das Aldeias de Xisto de Góis
<b>Lousã</b>	Cultura e Defesa do Património	BLV	
<b>Mira</b>			
<b>Miranda do Corvo</b>			
<b>Montemor-o-Velho</b>			
<b>Oliveira do Hospital</b>	Cultura e Defesa do Património	BLV	
<b>Pampilhosa da Serra</b>			
<b>Penacova</b>			
<b>Penela</b>	Cultura	BLV	
<b>Soure</b>			
<b>Tábua</b>	Cultura	BLV	
<b>Vila Nova de Poiares</b>			

<b>DISTRITO: CASTELO BRANCO</b>			
<b>Concelho</b>	<b>Local/Área</b>	<b>Instituição organizadora</b>	<b>Tarefas</b>
<b>Belmonte</b>			
<b>Castelo Branco</b>			
<b>Covilhã</b>	Cultura e Património	Santa Casa da Misericórdia da Covilhã	- Apoio ao funcionamento do Arquivo Histórico e nos eventos religiosos (procissões) - Apoio nas igrejas e outros edifícios da misericórdia
<b>Covilhã</b>	Cultura e Defesa do Património	BLV	
<b>Fundão</b>	Museu Arqueológico do Fundão	C. Municipal	
<b>Idanha-a-Nova</b>	Cultura e Defesa do Património	BLV	
<b>Oleiros</b>			
<b>Penamacor</b>			
<b>Proença-a-Nova</b>	Cultura e Defesa do Património	BLV	
<b>Sertã</b>	Cultura e Defesa do Património	BLV	
<b>Vila de Rei</b>	Cultura e Património	C. Municipal	
<b>Vila Velha de Ródão</b>	Cultura e Defesa do Património	BLV	

<b>DISTRITO: LEIRIA</b>			
<b>Concelho</b>	<b>Local/Área</b>	<b>Instituição organizadora</b>	<b>Tarefas</b>
<b>Alcobaça</b>	Mosteiro de Alcobça	Direção-Geral do Património Cultural	
<b>Alvaiázere</b>	Cultura e Defesa do Património	BLV	
<b>Ansião</b>	Património	BLV	
<b>Batalha</b>	Museu da Comunidade Concelhia da Batalha	C. Municipal	
<b>Batalha</b>	Mosteiro de Santa Maria da Vitória	Direção-Geral do Património Cultural	
<b>Bombarral</b>	Cultura	BLV	
<b>Caldas da Rainha</b>	Cultura e Defesa do Património	BLV	
<b>Castanheira de Pera</b>			
<b>Figueiró dos Vinhos</b>			
<b>Leiria</b>	Cultura e Património	IPLeiria	- Ações de promoção, divulgação e recuperação do património histórico e cultural;
<b>Marinha Grande</b>			
<b>Nazaré</b>			
<b>Óbidos</b>			
<b>Pedrógão Grande</b>			
<b>Peniche</b>	Cultura e Defesa do Património	BLV	
<b>Peniche</b>	Património	PATRIMONIUM	
<b>Peniche</b>	Museu Nacional Resistência e Liberdade, Fortaleza de Peniche	Direção-Geral do Património Cultural	
<b>Pombal</b>			
<b>Porto de Mós</b>			

<b>DISTRITO: SANTARÉM</b>			
<b>Concelho</b>	<b>Local/Área</b>	<b>Instituição organizadora</b>	<b>Tarefas</b>
<b>Abrantes</b>	Cultura e Património	BLV	
<b>Alcanena</b>			
<b>Almeirim</b>	Museu Municipal de Almeirim	C. Municipal	
<b>Alpiarça</b>			
<b>Benavente</b>	Museu Municipal de Benavente	C. Municipal	
<b>Cartaxo</b>			
<b>Chamusca</b>	Cultura e Património	BLV	
<b>Constância</b>			
<b>Coruche</b>	Cultura e Património	BLV	
<b>Entroncamento</b>	Museu Nacional Ferroviário	Fundação Museu Nacional Ferroviário Armando Ginestal Machado	
<b>Entroncamento</b>	Cultura e Património	BLV	
<b>Ferreira do Zêzere</b>			
<b>Golegã</b>	Cultura e Património	BLV	
<b>Mação</b>	Cultura	BLV	
<b>Ourém</b>	Museu Municipal de Ourém	C. Municipal	
<b>Rio Maior</b>			
<b>Salvaterra de Magos</b>			
<b>Santarém</b>	Cultura	BLV	
<b>Sardoal</b>	Cultura e Património	IPTomar	- Atividades na área de arquivos, cultura, biblioteca
<b>Tomar</b>	Convento de Cristo	Direção-Geral do Património Cultural	
<b>Torres Novas</b>	Cultura	BLV	
<b>Vila Nova da Barquinha</b>			

<b>DISTRITO: LISBOA</b>			
<b>Concelho</b>	<b>Local/Área</b>	<b>Instituição organizadora</b>	<b>Tarefas</b>
<b>Alenquer</b>	Cultura e Defesa do Património	BLV	
<b>Amadora</b>	Museu Municipal de Arqueologia	C. Municipal	
<b>Arruda dos Vinhos</b>			
<b>Azambuja</b>	Cultura e Defesa do Património	BLV	
<b>Cadaval</b>	Cultura e Defesa do Património	BLV	
<b>Cascais</b>			
<b>Lisboa</b>	Museu Nacional de História Natural e da Ciência	Universidade de Lisboa	
<b>Lisboa</b>	Museu das Comunicações	Fundação Portuguesa das Comunicações	
<b>Lisboa</b>	Cultura	Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	
<b>Lisboa</b>	Museu Nacional de Arte Antiga	Direção-Geral do Património Cultural	
<b>Lisboa</b>	Mosteiro dos Jerónimos	Direção-Geral do Património Cultural	
<b>Lisboa</b>	Torre de Belém	Direção-Geral do Património Cultural	
<b>Lisboa</b>	Palácio Nacional da Ajuda	Direção-Geral do Património Cultural	
<b>Lisboa</b>	Museu do Chiado	Direção-Geral do Património Cultural	
<b>Lisboa</b>	Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves	Direção-Geral do Património Cultural	
<b>Lisboa</b>	Museu Nacional de Arqueologia	Direção-Geral do Património Cultural	
<b>Lisboa</b>	Museu Nacional do Azulejo	Direção-Geral do Património Cultural	
<b>Lisboa</b>	Museu Nacional dos Coches	Direção-Geral do Património Cultural	
<b>Lisboa</b>	Museu de Arte Popular	Direção-Geral do Património Cultural	
<b>Lisboa</b>	Museu Nacional do Teatro e da Dança	Direção-Geral do Património Cultural	
<b>Lisboa</b>	Museu Nacional do Traje	Direção-Geral do Património Cultural	
<b>Lisboa</b>	Panteão Nacional	Direção-Geral do Património Cultural	
<b>Lisboa</b>	Teatro Nacional D. Maria II	Teatro Nacional D. Maria II	
<b>Lisboa</b>	Património	GRACE	
<b>Lisboa</b>	Cultura e Património	Fundação EDP	- Apoio aos visitantes do Museu

<b>Loures</b>			
<b>Lourinhã</b>	Cultura e Defesa do Património	BLV	
<b>Lourinhã</b>	Museu da Lourinhã	Grupo de Etnologia e Arqueologia da Lourinhã	- Vigilância, desenvolvimento e melhoria da exposição. - Apoio a atividades
<b>Mafra</b>	Palácio Nacional de Mafra	Direção-Geral do Património Cultural	
<b>Odivelas</b>	Centro de Exposições de Odivelas	C. Municipal	- Recuperação do acervo municipal dos azulejos
<b>Odivelas</b>	Cultura	BLV	
<b>Oeiras</b>			
<b>Sintra</b>			
<b>Sobral de Monte Agraço</b>	Cultura	BLV	
<b>Torres Vedras</b>	Cultura	BLV	
<b>Vila Franca de Xira</b>	Cultura e Defesa do Património	BLV	
<b>Vila Franca de Xira</b>	Museu Nacional Vila Franca de Xira	C. Municipal	
<b>Vila Franca de Xira</b>	Museu do Neo-Realismo	C. Municipal	

<b>DISTRITO: PORTALEGRE</b>			
<b>Concelho</b>	<b>Local/Área</b>	<b>Instituição organizadora</b>	<b>Tarefas</b>
<b>Alter do Chão</b>			
<b>Arronches</b>			
<b>Avis</b>			
<b>Campo Maior</b>			
<b>Castelo de Vide</b>			
<b>Crato</b>			
<b>Elvas</b>			
<b>Fronteira</b>			
<b>Gavião</b>			
<b>Marvão</b>			
<b>Monforte</b>			
<b>Nisa</b>			
<b>Ponte de Sor</b>			
<b>Portalegre</b>			
<b>Sousel</b>			

<b>DISTRITO: ÉVORA</b>			
<b>Concelho</b>	<b>Local/Área</b>	<b>Instituição organizadora</b>	<b>Tarefas</b>
<b>Alandroal</b>			
<b>Arraiolos</b>	Cultura	Monte - Desenvolvimento Alentejo Central	- Apoio: ao turista, na biblioteca, em monumentos
<b>Borba</b>			
<b>Estremoz</b>			
<b>Évora</b>	Cultura e Património	Fundação Eugénio de Almeida	
<b>Évora</b>	Museu Nacional Frei Manuel do Cenáculo	Direção-Geral do Património Cultural	
<b>Montemor-o-Novo</b>			
<b>Mora</b>			
<b>Mourão</b>			
<b>Portel</b>			
<b>Redondo</b>			
<b>Reguengos de Monsaraz</b>			
<b>Vendas Novas</b>	Cultura e Defesa do Património	BLV	
<b>Viana do Alentejo</b>	Cultura e Defesa do Património	BLV	
<b>Vila Viçosa</b>			



<b>DISTRITO: SETÚBAL</b>			
<b>Concelho</b>	<b>Local/Área</b>	<b>Instituição organizadora</b>	<b>Tarefas</b>
<b>Alcácer do Sal</b>			
<b>Alcochete</b>	Cultura	BLV	
<b>Alcochete</b>	Museu Municipal de Alcochete	C. Municipal	
<b>Almada</b>			
<b>Barreiro</b>			
<b>Grândola</b>	Cultura e Património	BLV	
<b>Moita</b>			
<b>Montijo</b>	Cultura	BLV	
<b>Palmela</b>	Cultura e Património	BLV	
<b>Santiago do Cacém</b>			
<b>Seixal</b>			
<b>Sesimbra</b>	Cultura	BLV	
<b>Setúbal</b>	Cultura e Património	BLV	
<b>Sines</b>	Cultura e Património	BLV	

<b>DISTRITO: BEJA</b>			
<b>Concelho</b>	<b>Local/Área</b>	<b>Instituição organizadora</b>	<b>Tarefas</b>
<b>Aljustrel</b>	Cultura	C. Municipal	
<b>Almodôvar</b>			
<b>Alvito</b>			
<b>Barrancos</b>			
<b>Beja</b>			
<b>Castro Verde</b>			
<b>Cuba</b>			
<b>Ferreira do Alentejo</b>			
<b>Mértola</b>	Património	Associação de Defesa do Património de Mértola	
<b>Moura</b>			
<b>Odemira</b>	Cultura e Defesa do Património	BLV	
<b>Ourique</b>			
<b>Serpa</b>			
<b>Vidigueira</b>			

<b>DISTRITO: FARO</b>			
<b>Concelho</b>	<b>Local/Área</b>	<b>Instituição organizadora</b>	<b>Tarefas</b>
<b>Albufeira</b>	Cultura	C. Municipal	
<b>Alcoutim</b>			
<b>Aljezur</b>			
<b>Castro Marim</b>			
<b>Faro</b>	Cultura	Universidade do Algarve	
<b>Lagoa</b>			
<b>Lagos</b>			
<b>Loulé</b>	Cultura e Património	Almargem-Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental do Algarve	- Coordenação da biblioteca - Coordenação da hemeroteca - Coordenação da fototeca e videoteca - Coordenação do arquivo - Promoção de atividades
<b>Loulé</b>	Fundação António Aleixo (Cultura)	Fundação António Aleixo	
<b>Monchique</b>	Cultura e Defesa do Património	BLV	
<b>Olhão</b>			
<b>Portimão</b>	Cultura	BLV	
<b>São Brás de Alportel</b>	Museu do Traje de São Brás de Alportel	Museu do Traje de São Brás de Alportel	
<b>Silves</b>			
<b>Tavira</b>	Cultura e Património	BLV	
<b>Vila do Bispo</b>			
<b>Vila Real de Santo António</b>	Cultura e Património	BLV	

<b>REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA</b>			
<b>Concelho</b>	<b>Local/Área</b>	<b>Instituição organizadora</b>	<b>Tarefas</b>
Câmara de Lobos			
Funchal			
Machico			
Ponta do Sol			
Porto Moniz			
Porto Santo			
Ribeira Brava			
Santa Cruz			
Santana			
São Vicente			

<b>REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES</b>				
<b>Ilhas</b>	<b>Concelho</b>	<b>Local/Área</b>	<b>Instituição organizadora</b>	<b>Tarefas</b>
<b>Santa Maria</b>	Vila do Porto			
<b>São Miguel</b>	Lagoa	Cultura	BLV	
<b>São Miguel</b>	Nordeste			
<b>São Miguel</b>	Ponta Delgada			
<b>São Miguel</b>	Vila da Povoação			
<b>São Miguel</b>	Ribeira Grande	Museu Municipal de Ribeira Grande	C. Municipal	
<b>São Miguel</b>	Vila Franca do Campo			
<b>Terceira</b>	Angra do Heroísmo			
<b>Terceira</b>	Praia da Vitória			
<b>Graciosa</b>	Santa Cruz da Graciosa			
<b>São Jorge</b>	Calheta de S. Jorge			
<b>São Jorge</b>	Velas			
<b>Pico</b>	Lajes do Pico			
<b>Pico</b>	Madalena			
<b>Pico</b>	São Roque do Pico			
<b>Faial</b>	Horta			
<b>Flores</b>	Lajes da Flores			
<b>Flores</b>	Santa Cruz das Flores			
<b>Corvo</b>	Vila do Corvo			

## **Anexo B – Guiões das Entrevistas**

### **Rota do Românico – Entrevista**

Esta entrevista será trabalhada através de uma metodologia de análise de conteúdo, podendo ser utilizados, pontualmente, excertos da mesma, não identificando pessoalmente o interlocutor. Os resultados da entrevista serão apenas utilizados para efeitos da realização deste trabalho académico.

Solicita-se ainda autorização para a gravação áudio desta mesma entrevista, sendo a mesma transcrita em sistema temático e não se procede à sua transcrição integral.

#### **I. IDENTIFICAÇÃO**

1. Data de entrevista
2. Local da entrevista
3. Cargo que ocupa o entrevistado
4. Relação do entrevistado com o Programa Cuidadores do Património

#### **II. PROGRAMA DE VOLUNTARIADO DA ROTA DO ROMÂNICO**

1. Quando é que foi oficializado o programa dos Cuidadores do Património?
2. Neste momento quantos Cuidadores tem o programa?
3. Existem Cuidadores em todos os monumentos integrantes da Rota? Se não, porquê?
4. Nos monumentos, que percentagens são Cuidadores e funcionários?
5. A maioria destes monumentos tem funcionários ou estão sob cuidado, quase exclusivo, dos Cuidadores?

#### **III. RECRUTAMENTO, SELEÇÃO E FORMAÇÃO DOS VOLUNTÁRIOS**

6. Quais são as principais funções dos Cuidadores?
7. Os Cuidadores têm algum tipo de formação?
8. Como é que é o processo para alguém se tornar Cuidador do Património?
9. De que forma é que os locais que recebem os Cuidadores beneficiam com este programa? E vice-versa.

#### IV. CARACTERIZAÇÃO DO VOLUNTÁRIO

10. A respeito das características sociodemográficas, o que se pode dizer sobre estes Cuidadores? (Idade, género, escolaridade).
11. O que acha que motiva os Cuidadores a dedicar o seu tempo aos monumentos onde se voluntariam?
12. Com uma população cada vez mais envelhecida e com a geração mais nova mais desligada à religião, cultura e património, existe alguma preocupação com o futuro destes monumentos?
13. No seguimento da questão anterior, o que acha que pode ser feito para incentivar a população, especialmente os mais jovens, a fazer voluntariado no património?

#### V. AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE VOLUNTARIADO

14. Existe algum controlo sobre o trabalho dos Cuidadores?
15. De forma geral, qual é o feedback que os Cuidadores recebem dos visitantes dos monumentos?
16. De que forma é que este programa está a ser divulgado e a ser dado a conhecer?
17. A recente distinção com o prémio internacional Transromanica atraiu novos participantes ou curiosos sobre o programa dos Cuidadores do Património?

## **Direção-Geral do Património Cultural - Entrevista**

Objetivos: O objetivo desta entrevista é caracterizar o estado atual do programa de voluntariado da DGPC, como também perceber a motivação para a existência deste programa e se o órgão promotor considera benefícios tanto para os espaços culturais como para os voluntários. Dada a elevada componente de voluntários presente nas instituições do setor cultural na maioria dos países europeus, pretende-se caracterizar a situação nos Museus, Monumentos e Palácios (MMP) tutelados pela Direção Geral do Património Cultural (DGPC) em relação à presença e relevância dos voluntários no património cultural.

Esta entrevista será trabalhada através de uma metodologia de análise de conteúdo, podendo ser utilizados, pontualmente, excertos da mesma, não identificando pessoalmente o interlocutor. Os resultados da entrevista serão apenas utilizados para efeitos da realização deste trabalho académico.

Solicita-se ainda autorização para a gravação áudio desta mesma entrevista, sendo a mesma transcrita em sistema temático e não se procede à sua transcrição integral.

### **I. IDENTIFICAÇÃO**

1. Data de entrevista
2. Local da entrevista
3. Cargo que ocupa o entrevistado
4. Relação do entrevistado com o programa de voluntariado da DGPC

### **II. PROGRAMA DE VOLUNTARIADO DA DGPC**

5. O programa de voluntariado da DGPC encontra-se ativo? (S/N);
6. Desde quando é que este programa existe?
7. Dos 23 monumentos, museus e palácios sob tutela da DPGC, quantos estão a receber voluntários ou têm de momento uma equipa de voluntários?
8. Entre os locais distribuídos por Portugal Continental, que zona do país tem um maior número de voluntários e inscrições? E que monumento ou museu tem um maior e menor número de voluntários?
9. Qual a percentagem de voluntários em relação aos funcionários permanentes?

### **III. RECRUTAMENTO, SELEÇÃO E FORMAÇÃO DOS VOLUNTÁRIOS**

10. Existe uma altura específica para a inscrição e seleção de voluntários ou é algo que se possa fazer em qualquer altura do ano?
11. Como é que é o processo de seleção dos voluntários? Existem critérios de seleção? E quem é que é responsável pela seleção?
12. Os voluntários propõem-se ad hoc ou há áreas que podem ser seleccionadas?
13. Antes de iniciarem funções os voluntários têm algum tipo de formação? Esta é adaptada consoante os espaços de acolhimento?

#### IV. CARACTERIZAÇÃO DO VOLUNTÁRIO

14. A respeito das características sociodemográficas, o que se pode dizer sobre estes voluntários? (Idade, género, escolaridade).
15. Quais são as áreas de colaboração que os voluntários mais procuram?
16. Em média por quanto tempo é que os voluntários ficam nos locais?
17. Os voluntários vêm na expectativa de uma posição permanente?
18. Na sua opinião, porque é que os voluntários escolhem estas ações? O que os motiva?

#### V. AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE VOLUNTARIADO

19. Que feedback é que a DGPC recebe dos voluntários?
20. De que forma é que os locais que recebem os voluntários beneficiam com este programa? E vice-versa.
21. Um dos objetivos do projeto de voluntariado é o aumento do número de voluntários, como é que a DGPC procura atingi-lo?
22. Nos últimos anos, a DGPC tem notado algum crescimento ou declínio de números de voluntários e inscrições?
23. Em que aspetos é que o programa de voluntariado da DGPC pode melhorar?
24. Existe algum aspeto do funcionamento do monumento ou museu que se dificulte por falta de voluntários?

Objetivos: O objetivo desta entrevista é caracterizar o estado atual do programa de voluntariado cultural, perceber as motivações para o mesmo e os benefícios que o voluntariado cultural traz para os espaços culturais e para os voluntários.

Esta entrevista será trabalhada através de uma metodologia de análise de conteúdo, podendo ser utilizados, pontualmente, excertos da mesma, não identificando pessoalmente o interlocutor. Os resultados da entrevista serão apenas utilizados para efeitos da realização deste trabalho académico.

Solicita-se ainda autorização para a gravação áudio desta mesma entrevista, sendo a mesma transcrita em sistema temático e não se procede à sua transcrição integral.

## I. IDENTIFICAÇÃO

1. Data e Local da entrevista
2. Nome do entrevistado
3. Função dentro da Organização
4. Envolvido com o GAMNAA desde que ano.

## II. GAMNAA

5. Há quanto tempo existe o GAMNAA?
6. Na criação do GAMNAA, está contemplada a ação de voluntariado cultural? Apenas no MNAA, ou em outros espaços culturais?
7. Diria que o voluntariado cultural é a principal ação do GAMNAA?
8. As propostas para ações de voluntariado chegam via que meios? Através da Direção do Museu, da Direção do Grupo?
9. O GAMNAA participa na definição dos programas onde são precisos voluntários? Ou o pedido de voluntários não acontece de forma programada?
10. Na sua opinião, o que leva as pessoas a juntarem-se ao GAMNAA e à prática do voluntariado cultural?

## III. VOLUNTARIADO DO MNAA

11. A respeito das características sociodemográficas, o que se pode dizer sobre os voluntários?
12. Que tipo de tarefas e funções desempenham os voluntários no MNAA?
13. Há voluntários no MNAA para além dos Amigos do Museu Nacional? Sem sim, como são recrutados?



14. Os voluntários têm formação prévia para exercerem as respetivas funções? Se sim, achou útil e/ou suficiente? Acha que existe algum tópico que devesse ter sido aprofundado?
15. Qual a duração das funções de voluntariado no MNAA? (Horas por semana)
16. Há algum requisito que o Museu tenha para a prática do voluntariado cultural?
17. O GAMNAA recebe algum feedback relativo à prestação dos voluntários?

#### IV. AVALIAÇÃO DO VOLUNTARIADO NO MNAA

18. Que benefícios acha que este programa de voluntariado traz para o Museu?
19. Em que aspetos é que o programa de voluntariado pode melhorar?
20. Sente que o voluntário é acompanhado devidamente durante o voluntariado?
21. Já lhe foi pedido algum feedback do programa de voluntários por parte dos responsáveis?
22. No que concerne às responsabilidades e tarefas, acha que há uma grande diferença entre o trabalho que os voluntários fazem e os funcionários pagos do Museu?